

Departamento de História

O papel do conhecimento na preservação do património

Termas do Vale dos Cucos, Torres Vedras

Ana Paula Moreno Fernandes

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Gestão e Estudos da Cultura

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2016

Resumo:

O papel do conhecimento na preservação do património. As Termas do Vale dos Cucos, Torres Vedras

Este trabalho visa dar a conhecer as Termas do Cucos, em Torres Vedras, demonstrando que elas significam um importante Património Cultural da região, sensibilizando para a importância da sua preservação. Este espaço, apesar de ser reconhecido como Património Cultural de interesse público, está remetido ao esquecimento e às marcas da passagem do tempo. É necessário promover o seu conhecimento, de modo a que a comunidade e as entidades competentes tomem consciência da necessidade de medidas efetivas de preservação do espaço.

Tendo por base os conceitos de Identidade, Memória, Monumento e Património, o presente trabalho procura dar um suporte teórico e empírico à ação de salvaguarda das Termas do Vale dos Cucos, tanto no que respeita ao edificado, como às suas valências. A pesquisa incidiu, numa primeira fase, na abordagem do suporte teórico que pudesse consolidar a importância destas termas enquanto elemento integrante da identidade de uma região. A temática do Termalismo é também abordada, procurando-se desta forma inserir as Termas do Vale dos Cucos num contexto nacional associado à evolução e implantação desta prática em Portugal.

Os capítulos seguintes deste trabalho incidem na descrição dos factos que influenciaram a construção da estância Termal do Vale dos Cucos, a sua evolução ao longo de várias gerações até ao seu fecho ao público, terminando na descrição do seu estado atual e do uso que destas termas é feito nos dias de hoje. Apesar da sua função original ter terminado, a verdade é que este espaço continua a ser usufruído pela comunidade da região como um bem que lhe pertence. Desta forma, a região continua unida em torno deste Património que carece da atribuição de uma nova utilização para que possa ser salvaguardado, indo ao encontro de uma aposta diferente ao nível da história local e do património.

Palavras-chave

Património, Identidade, Memória, Monumento, Termas dos Cucos

Abstract

This paper aims to present the Thermal Resort of the Cucos, in Torres Vedras, showing that they mean an important cultural heritage of the region, raising awareness of the importance of its preservation. This space, despite being recognized as cultural heritage of public interest, are sent to oblivion and present marks of the passage of time. It is necessary to promote his knowledge to the community and authorities must become aware of the need for effective measures to preserve the space.

Based on the concepts Identity, Memory, Monument and Heritage, the present work seeks to support a theoretical framework to a practical need for a space that need all its valences and assumptions for their protection. The research focused initially on the theoretical support that could consolidate its importance as an element belonging to the identity of a region. The theme of Thermalism is also addressed as the object of study is a Thermal resort, thus seeking to frame it in a national context associated with the evolution and context of this practice in our country.

Another part of this work focuses on the description of the facts that influenced the construction of the Thermal resort of Vale dos Cucos and his evolution over the generations until his closure to the public, ending with the description of its current state and and use. Although its original function has ended, the truth is that this area continues to be enjoyed by the community in this region as something that belongs to all of us. Thus the region remains united around this heritage that lacks the assignment of a new use for it to be safeguarded, going against a different bet in terms of local history and heritage.

Key Words

Heritage, Identity, Memory, Monument, Thermal Resort of the Cucos

Índice

| | |
|--|----|
| 1 – Introdução | 7 |
| 2 – Metodologia | 11 |
| 3 – Aspetos essenciais de reabilitação e preservação do património: a Memória, a Identidade e o Património Cultural | 15 |
| 4 – As dinâmicas temporais do Termalismo em Portugal | 27 |
| 4.1 – Evolução histórica | 27 |
| 4.2 - A importância das águas minerais medicinais | 35 |
| 4.3 -“ A cura termal” e a mudança de “ares” | 38 |
| 5 – As Termas dos Cucos | 41 |
| 5.1 – Enquadramento histórico – os antecedentes da fundação das Termas dos Cucos . 41 | |
| 5.2 – Termas dos Cucos – construção e funcionamento | 43 |
| 5.2.1 - As exigências das elites locais e o projeto inicial | 43 |
| a) A crescente utilização e a falta de condições..... | 43 |
| b) As pressões públicas na imprensa | 45 |
| c) O projeto inicial – uma revolução urbana | 48 |
| 5.2.2 - Da ideia de base à implementação real | 49 |
| 5.3 – Os diferentes projetos de recuperação | 54 |
| 5.4 – Classificações atribuídas / proposta de inventário | 57 |
| 6- As Termas do Vale dos Cucos enquanto património – observação empírica | 59 |
| 6.1 – O estado atual das Termas dos Cucos | 59 |
| 6.2 – A sua utilização | 74 |
| 7 – Perspetivas de futuro | 77 |
| 8– Conclusão | 83 |
| 9 – Fontes e Bibliografia | 87 |
| 9.1 – Fontes | 87 |
| 9.1.1- Fontes impressas | 87 |
| 9.1.2 – Imprensa Periódica | 88 |
| 9.1.3 – Fontes Oraís | 88 |
| 9.1.4 – Fontes Digitais | 88 |
| 9.2 – Bibliografia | 89 |
| 10 – Anexos | 96 |

| | |
|--|----|
| 10.1 – Anexo 1 – Classificação da Estância Termal de Vale de Cucos como Monumento de Interesse Público | 97 |
| 10.2 – Anexo 2 – Proposta de registo de Inventário | 98 |

Índice de Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1 Síntese dos proprietários e respetivas obras realizadas no Sítio dos Cucos..... | 56 |
|--|----|

Índice de Imagens

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Termas do Vale dos Cucos..... | 59 |
| Figura 2 – Villa D. Feliciana..... | 59 |
| Figura 3 - Villa D. Maria | 60 |
| Figura 4 - Buvette/ Fonte Termal | 61 |
| Figura 5 - Quarto do Hotel | 63 |
| Figura 6 – Balneário Termal | 63 |
| Figura 7- Sala de receção | 64 |
| Figura 8 - Gabinete de tratamentos..... | 64 |
| Figura 9 - Corredor do lado direito..... | 65 |
| Figura 10 - Uma das salas da zona de habitação..... | 65 |
| Figura 11 - Placa existente na sala de Hydrotherapia | 66 |
| Figura 12 - Local onde era servida a água termal | 67 |
| Figura 13 - Salão Nobre | 67 |
| Figura 14 - Escadaria para os pisos inferiores | 68 |
| Figura 15 - Antiga Sala dos Gargarejos..... | 69 |
| Figura 16 - Estruturas utilizadas para os gargarejos | 69 |
| Figura 17 - Fotografia dos Banhos das Lamas | 70 |
| Figura 18 - Banhos gerais - atualmente | 71 |
| Figura 19 - Capela de Nossa Senhora da Saúde | 72 |
| Figura 20 - Casino | 73 |

1 – Introdução

A divulgação do Património Cultural junto da sociedade é, provavelmente, um dos passos mais importantes para a sua preservação. Quanto maior for o conhecimento acerca dele maior é a envolvimento das pessoas com aquilo que pretendemos que seja salvaguardado, pois torna-se parte integrante da sua memória e da sua identidade. A Cultura através da visão e das técnicas associadas à gestão de um recurso, deve ser entendida como um processo dinâmico e não estático, onde prevaleçam as aplicações que permitam a gestão dos recursos culturais, de forma flexível, renovável e também consumível.¹

Atualmente, como reflexo da globalização, existe uma urgência em termos de demarcação das identidades por aquilo que os distingue e que ao mesmo tempo os une como grupos sociais.² Este regresso às origens conduziu necessariamente o homem ao enraizamento na valorização e promoção dos vestígios do passado, que dão corpo e forma às identidades de um grupo, de uma comunidade ou de uma região. Esta necessidade de reafirmar e de distinguir as identidades através do património cultural enquadra-se também numa outra tendência que é a promoção do desenvolvimento económico associado à promoção de atividades ligadas ao Turismo Cultural. É então uma evidência que, a par de uma tendência das sociedades em salvaguardar o património que faz parte das identidades individuais e coletivas, existe a emergência de um consumo muito associado ao Turismo Cultural. Este consumo do Património tem sido também muitas vezes um elemento complexo, no sentido em que se tem de conjugar as necessidades em termos de infraestruturas para acolher os públicos, mas, por outro lado, temos de ter presente o tipo de património em questão e procurar respeitar as suas especificidades, tentando promover desta forma um desenvolvimento sustentável dos mesmos.³

Afirma-se uma reinterpretação do que é percecionado como Património Cultural que abarca não só o seu valor simbólico enquanto sustentáculo da identidade coletiva, mas também o seu significado enquanto objeto de consumo, distinção ou apenas uma

¹ GONÇALVES, Lúcia Saldanha, e Mário FORTES (2014), «O bom e o mau governo», *Revista Património*, n.º 2, Direcção-Geral do Património Cultural, p. 54.

² FARIA, Margarida Lima de, Renata ALMEIDA (2016), «O Problemática da “Identidade” e o lugar do “Património” num mundo crescente cosmopolita», *Comunicação e Cultura*, n.º1, p. 120

³ PRIETO, Luís César Herrero (2014), «La sostenibilidad del patrimonio cultural: reflexiones y desafios», *Revista Património*, n.º 2, Direcção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 87 -88.

ocupação de lazer. Surge, assim, uma nova apropriação do Património Cultural, mais individualista do que coletiva, no sentido em que para além do seu significado social identitário, é também vivido como um bem de consumo que tenta dar resposta aos desejos individuais de quem o procura.⁴

Existem formas institucionalmente consignadas de proteger o Património Cultural. Para alguns, essa protecção significaria imobilizar no tempo o património como forma de o proteger. Contudo, para outros, a protecção do Património Cultural deveria passar por uma atualização, uma adaptação aos usos e comportamentos do presente. Neste sentido, a conservação dos traços originais dos edifícios antigos, pode fazer parte de uma estratégia de preservação através da sua adaptação e alteração dos usos que lhe são dados, sendo esta uma noção de preservação do Património que protagoniza uma relação do passado com o presente. Numa perspectiva de continuidade a descrição do passado é importante para a funcionalidade presente do objeto.⁵

Os bens imóveis e móveis que obtêm a classificação de Património histórico usualmente já perderam a sua função original, a que ditou a sua construção. Nesse sentido, devemos ter presente que a sua preservação ou salvaguarda passará pela atribuição de uma nova função. Desta forma, continuamos a fazer a história do mesmo património, fazendo uma ponte entre o passado e o presente, conferindo-lhe a possibilidade de um futuro. De facto, apesar das classificações atribuídas possibilitarem um reconhecimento em termos legislativos, nem sempre essa protecção passa do campo teórico para a prática efetiva, para a tomada de medidas concretas que promovam a salvaguarda do património. Este é sem dúvida um problema atual.⁶

Existem várias fontes dispersas sobre o objeto de estudo deste trabalho. Tratam temáticas diversas com vertentes variadas, relacionadas com a importância deste elemento enquanto complexo termal, com repercussões em termos nacionais, tendo em conta as suas características como estância termal, ou ainda as suas propriedades

⁴ PRIETO, Luís César Herrero (2014), «La sostenibilidad del patrimonio cultural: reflexiones y desafíos», *Revista Património*, n.º 2, – Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 87.

⁵ BRANDÃO, Pedro (2014), «Memória e duração: o espaço público da cidade, que se sustém no tempo mudando», *Revista Património*, n.º 2, – Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 36-37.

⁶ CHOAY, Françoise (2015), *As Questões do património. Antologia para um combate*, Edições 70, Lisboa, p. 52-53.

terapêuticas, devido às características das suas águas e das suas lamas. Tendo em conta que se trata de um objeto com múltiplas e variadas possibilidades de abordagem e estudo, optou-se neste trabalho focar estas termas enquanto elemento patrimonial, um Património edificado onde se inscreve a história da região envolvente. Pretende-se, desta forma, destacar o que levou uma comunidade a impulsionar a sua construção, comunidade essa acompanhou o seu desenvolvimento e encerramento, mas que, atualmente, continua a usufruir do espaço exterior.

Todo o complexo termal dos Cucos encontra-se fechado e a necessitar de obras de restauro e de conservação. No entanto, se considerarmos a importância da identificação das pessoas com o seu Património, estas Termas tocam transversalmente a sociedade de Torres Vedras, o seu concelho e a região em que se insere. Embora este espaço seja propriedade privada, a comunidade envolvente faz dele um uso público, usufruindo das possibilidades que ainda oferece à população enquanto local de lazer e de passeio. Contudo, são poucos os que sabem a sua história. Faltam ações mais concretas por parte da sociedade civil e das entidades oficiais que contribuam para a preservação e divulgação deste Património.

Neste sentido, é nosso objetivo dar a conhecer este Património e ao mesmo tempo apelar à sua preservação, promovendo um maior conhecimento do espaço, do seu funcionamento, das estruturas que possui e do seu estado atual. Procuraremos descrever um pouco daquilo que foram e são as vivências de todo um complexo que, adormecido pelo tempo, precisa de ser revitalizado, cuidado e preservado. Pretende-se promover a descoberta de um complexo termal e através da divulgação da sua história fomentar o seu conhecimento e, conseqüentemente, a vontade de definir e concretizar medidas de preservação das estruturas edificadas e dos espaços que lhe são adjacentes.

Tem sido prática no nosso país preservar o Património através de projetos de reabilitação que fazem a reconversão dos edifícios, conferindo-lhes uma nova função, nomeadamente em unidades hoteleiras como é caso das Pousadas de Portugal. Ou então convertendo o património edificado em espaços museológicos, como é o caso do Museu do Hospital e das Caldas, nas Caldas da Rainha.

Uma das linhas orientadoras deste trabalho prende-se sobretudo com o dar a conhecer o passado das Termas do Vale dos Cucos, como se chegou ao presente, como é a sua vivência atual, até porque, apesar de estar devidamente acautelada em termos

legislativos, não se consegue dislumbrar o futuro deste Património que faz parte da história desta região.

Esta dissertação de Mestrado desenvolve-se ao longo de sete capítulos. Após o capítulo dedicado à apresentação, o segundo capítulo visa explicitar os métodos adotados na realização da pesquisa. São também referidas as fontes consultadas e as principais dificuldades encontradas na elaboração do presente trabalho.

O terceiro capítulo, é constituído pela abordagem de alguns conceitos teóricos associados à preservação do Património, e a sua relação direta com os conceitos da memória e da identidade. Procura igualmente propor a base teórica e conceptual do presente trabalho.

O quarto capítulo, traça um breve enquadramento histórico em torno da temática que do Termalismo, a sua história e relação com o Turismo.

O enquadramento histórico das Termas do Vale dos Cucos dá forma ao quinto capítulo, descrevendo-se os antecedentes e protagonistas da construção do complexo termal, destacando-se os proprietários que tiveram uma ação mais interventiva na construção do complexo termal, atualmente um monumento. É também descrita de forma sucinta o funcionamento das termas e a sua importância para a região, bem como as classificações atribuídas ao Património em questão.

Após o enquadramento do objeto de estudo, são descritas no sexto capítulo, as estruturas que fazem atualmente parte das Termas do Vale dos Cucos, destacando para cada um dos edifícios mencionados os problemas mais evidentes em termos de degradação do espaço. Associado a esta descrição estão alguns dados encontrados na pesquisa documental, em que se descreve, nomeadamente quanto ao balneário, as estruturas que atualmente já não existem e que sofreram alterações ao longo do tempo. Para além desta descrição, são também referidas as utilizações que este espaço tem tido desde o seu encerramento.

O sétimo e último capítulo comporta uma reflexão em termos de perspetivas de futuro para as Termas do Vale dos Cucos, onde são expostas as principais ideias que poderiam fomentar o conhecimento do mesmo e potenciar o acesso da comunidade a um Património que vai sendo remetido para o esquecimento. Pretende-se, também neste capítulo, levantar algumas questões relativas à importância do meio envolvente e de

todos, na salvaguarda e na promoção do Património histórico e cultural da região, sendo que a responsabilização deve ser mais abrangente em termos de grupos e entidades locais.

2 – Metodologia

O objetivo comum às ciências sociais é que todas procuram conhecer o real e a maioria dos especialistas coloca como meta das ciências sociais a explicação de fenómenos de forma a torná-los inteligíveis.⁷

A existência de processos padronizados de recolha de informação sobre o real, contribuiu para que a própria observação se torne numa fase do trabalho científico. Este progresso só se tornou possível porque existe uma matriz teórica organizada como um grupo de conceitos e de relações entre conceitos. Pretende-se destacar a importância do papel da teoria no processo de pesquisa empírica, pois ela é o ponto de partida e ao mesmo tempo o elemento que dirige e que orienta toda a pesquisa. Os processos de recolha de informação são também eles processos sociais, sendo que, na maioria das técnicas de observação recorre ao depoimento de agentes sociais⁸.

O método de pesquisa com recurso ao estudo de caso, numa perspetiva micro que se centra ao nível individual das relações sociais através de uma pesquisa intensiva, é o mais adequado no presente projeto. Recorre-se ao método qualitativo porque o objetivo é compreender como é que as pessoas viveram e que continuam a usufruir aquele espaço.

A pesquisa qualitativa foi usada durante muito tempo para descrever uma forma de pesquisa diferente da pesquisa quantitativa. A pesquisa qualitativa tem características específicas que a diferenciam da quantitativa que resulta do uso de textos como objeto de estudo em vez de números, uma vez que, não procura enumerar nem quantificar ou medir

⁷ QUIVY, Raymon, Campenhoudt, Lucvan (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, p.19.

⁸ QUIVY, Raymon, Campenhoudt, Lucvan (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, p. 15–16.

eventos, mas sim descrever e entender fenómenos ligados a uma determinada realidade que está a ser investigada.⁹

Segundo Denzin e Lincoln¹⁰, a pesquisa qualitativa é uma técnica situada que coloca o investigador no mundo. Ela consiste num conjunto de técnicas e de materiais que tornam a realidade perceptível. Essas técnicas fazem uma série de representações da realidade, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias e gravações. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma dinâmica interpretativa e naturalística diante a realidade. Isso significa que, os investigadores estudam os objetos nos seus contextos, tentando compreender ou interpretar os fenómenos desses contextos.

Nesta investigação opta-se pelo estudo de caso, tendo em conta a natureza descritiva, particularista, heurística e intuitiva desta metodologia, o que se revela mais adequado à pergunta de partida desta investigação, que está direcionada para um contexto específico e não para um universo geral.

A análise de dados será de natureza indutiva, tendo em conta que não se pretende verificar uma hipótese pré-determinada, mas sim encontrar uma resposta e um modelo de atuação a partir dos dados recolhidos.¹¹

Tendo em conta a importância dos métodos de investigação nas Ciências Sociais, esta investigação começou pela pesquisa de fontes documentais sobre o objeto de estudo, as Termas dos Cucos, que pudessem dar as informações necessárias para a organização dos principais momentos da história deste lugar. Neste sentido, numa primeira fase foi solicitado a ajuda dos proprietários, que muito afavelmente disponibilizaram alguns documentos escritos com factos históricos. Posteriormente, verificou-se que existiam documentos na Biblioteca Municipal de Torres Vedras, o que permitiu confrontar e comparar os elementos recolhidos em locais diferentes. Tendo em conta as fontes facultadas salientou-se que existe uma obra elaborada por um dos proprietários, José

⁹ DENZIN, Norman K., Lincoln, Yvonna S. (2005), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks: Sage, Publications, Inc. International Education and Professional Publisher Thousand Oaks, London, p. 1-16.

¹⁰ DENZIN, Norman K., Lincoln, Yvonna S. (2005), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks: Sage, Publications, Inc. International Education and Professional Publisher Thousand Oaks, London, p. 1-16.

¹¹ DENZIN, Norman K., Lincoln, Yvonna S. (2005), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks: Sage, Publications, Inc. International Education and Professional Publisher Thousand Oaks, London, p. 12-15.

António Neiva Vieira, intitulada “*História das Termas do Vale dos Cucos*” Separata de *O Médico*, de 1964¹², sendo que, o que foi escrito posteriormente a esta obra assenta, sobretudo, senão mesmo na íntegra, nas informações prestadas por esta obra. Outros documentos anteriores referem-se a relatórios que eram feitos por cada época balnear e que foram publicados de 1893 a 1897 e de 1902 a 1915. Dos relatórios consultados o seu conteúdo incide sobretudo na descrição de casos clínicos com que se confrontaram e nos resultados obtidos com os tratamentos com as águas e as lamas do local. Contêm igualmente uma parte dedicada às análises realizadas às águas e seus resultados, bem como elementos referentes ao funcionamento e a obras realizadas, designada como parte da administração. Num relatório da época balnear de 1895¹³ destaca-se, para além dos elementos acima descritos, uma parte intitulada “ As thermas dos Cucos e a crítica ilustrada – Apreciações medicas”, onde vários médicos, após uma visita ao local, fazem uma apreciação do estabelecimento e dos efeitos terapêuticos das águas e das lamas.

As fontes consultadas e a sua informação por elas veiculada sobre a história que esteve na origem das Termas do Vale dos Cucos estão compiladas no documento de 1964. Tudo leva a crer que a maioria das fontes foram compiladas pelos proprietários ou por sua designação. No sentido de tentar colmatar este problema, dado que as obras ou artigos publicados com uma data mais recente assentavam nessas mesmas fontes, procurou-se na imprensa, sobretudo na imprensa regional, mas também, nalguns casos na imprensa nacional, encontrar artigos sobre as Termas do Vale dos Cucos, o que acabou por diversificar o tipo de fontes utilizadas neste estudo.

De modo a poder dar rigor conceptual ao presente trabalho, foi realizada uma pesquisa documental sobre alguns dos conceitos aqui utilizados e que de forma direta interferem no âmbito do objeto de estudo. Neste sentido, a reflexão incidiu sobretudo nos conceitos de Memória, Identidade e Património Cultural. Existe bastante bibliografia sobre qualquer um destes conceitos, que são transversais a toda a pesquisa. No que respeita à salvaguarda do Património, é evidente a existência de divergências entre os autores consultados e o debate existente em torno desta ideia permitiu enriquecer a análise realizada.

¹² VIEIRA, José António Neiva (1964), *História Das Termas Do Vale Dos Cucos*, Separata de «O Médico» nº 676-1964, Tip. Sequeira, Lda., Porto.

¹³ FREIRE, Justino Xavier da Silva (1897), *Thermas dos Cucos Relatório Epoque Balnear de 1895*, Typ. Costa Braga & Cª, SUCC, Lisboa.

Tendo em conta que o objeto de estudo são as Termas dos Cucos, foi feita uma pesquisa bibliográfica em torno da evolução das Termas e do Termalismo em Portugal, sendo de destacar que existem muitos artigos sobre esta temática, embora muito dispersa e de carácter bastante generalista. A bibliografia consultada incide sobretudo sobre o período de ocupação romana e o termalismo na Península Ibérica, outros destacam a importância das águas minero-medicinais e referem os principais documentos escritos no âmbito da hidrologia. Outros artigos dedicam-se a explicar as estruturas tipo que caracterizavam os estabelecimentos termais. Neste caso, a maior dificuldade foi lidar com informações dispersas por várias obras, artigos ou monografias. Foi dada uma maior atenção a uma ou outra vertente, e em particular quando se descreviam e analisavam os hábitos de higiene e uso da água na higiene pessoal.

Para a caracterização do estado atual das Termas do Vale dos Cucos recorreu-se à observação “in loco”. Para tal, optou-se por selecionar como campo de análise os edifícios imóveis que fazem parte do complexo termal das Termas do Vale dos Cucos. Neste tipo de observação o investigador efetua diretamente a recolha de informações, apelando diretamente ao seu sentido de observação, com base nos indicadores pré estabelecidos, pertinentes para o tratamento do objeto de estudo.¹⁴

Neste sentido foram feitas três visitas ao exterior e ao interior de todos os edifícios que compõem as Termas dos Cucos. As visitas foram feitas na companhia de um funcionário, o Sr. Ramiro Fernandes, que trabalha para esta casa há 64 anos, o que acabou por ser bastante enriquecedor, pois, para além da visita e do registo fotográfico, obteve-se também o seu testemunho, que forneceu dados complementares acerca das utilizações e das funções de cada um dos espaços deste complexo termal.

¹⁴ QUIVY, Raymon, Campenhoudt, Lucvan (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, p.164.

3 – Aspectos essenciais de reabilitação e preservação do património: a Memória, a Identidade e o Património Cultural.

O termo identidade deriva do latim “identitas” e tem dois significados básicos.¹⁵ “O primeiro é um conceito de semelhança total”, o segundo é um conceito de distinção que presume a consistência e continuidade ao longo do tempo, temos uma identidade que nos particulariza e que se mantém ao longo da nossa vida. Deste modo, a noção de identidade estabelece duas possíveis relações de comparação entre as pessoas e as coisas: por um lado, as semelhanças, por outro lado, as diferenças. Na opinião de Jenkins,¹⁶ a identidade é antes que qualquer outra coisa, baseada num laço social e cultural, pois constrói-se na interação com os outros seres humanos e com as concretas condições materiais de vida. Segundo o autor, a identidade só pode ser compreendida como um processo que se vai desenvolvendo na vida em sociedade, onde o tempo e o espaço são os mecanismos básicos de ordenação e seleção da experiência dos grupos. Não existe nada como o tempo, ou como o espaço, que se pode tocar, que se pode delimitar, porque nenhum destes parâmetros pertence à realidade, mas sim ao nosso modo de percebê-la. Neste sentido, a percepção da realidade está indiscutivelmente unida à representação que dela fazemos. Com efeito, segundo Almudena Hernando¹⁷, a relação que se estabelece na mente humana é a representação que fazemos dela. O Homem rodeia-se de representações que faz da realidade, enraizando e estabelecendo laços que traçam os contornos de uma identidade coletiva.

Se por um lado, as ideias sobre identidade são utilizadas para alimentar alguns conflitos, servindo de oposição a outras vivências sociais e culturais, por outro, e já no âmbito do Património, a identidade está associada a uma ideia global de democracia e de difusão de ideias que poderão colmatar as diferenças.¹⁸ O Património tem com a Identidade muitas e variadas relações, sendo mesmo um fator fundamental na construção

¹⁵ JENKINS, Richard (1996), *Social Identity*, Routledge, pp. 3-4, autor citado por ALMUDENA, Hernando Gonzalo (2002), *Arqueologia de la identidade*, Editorial Akal, Madrid, p. 50.

¹⁶ JENKINS, Richard (1996), *Social Identity*, Routledge, p. 4, autor citado por ALMUDENA, Hernando Gonzalo (2002), *Arqueologia de la identidade*, Editorial Akal, Madrid, p. 52 - 53.

¹⁷ ALMUDENA, Hernando Gonzalo (2002), *Arqueologia de la identidade*, Editorial Akal, Madrid, p. 53.

¹⁸ FARIA Margarida Lima de, ALMEIDA Renata (2006), A Problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita, *Comunicação & Cultura*, n.º 1, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p. 125.

da identidade cultural. O Património permite recordar um passado, sendo uma manifestação, um testemunho do mesmo, daí a sua associação à memória social que torna legítima a identidade de um grupo.¹⁹ É pois de grande importância olhar para o Património como um dos fatores que contribuem para a construção da identidade dos habitantes locais, sendo simultaneamente essa mesma identidade determinante na valorização patrimonial e na sua preservação para as gerações vindouras.²⁰

Para esta noção de identidade foi necessária uma evolução do próprio conceito de Património, assumindo-se o Património Comum da Humanidade como um legado indispensável à vivência de todos os povos. O conceito foi-se construindo com um propósito de procura de opções pacíficas para a construção de uma cidadania global, pois através da classificação de locais, de objetos culturais como Património da Humanidade, estes adquirem uma dimensão global, pelo que a sua preservação torna-se um dever de todos. Cria-se, assim, a noção de um Património único que, nesta aceção, se torna também unificador²³ de um grupo, de uma região, de um país e da Humanidade. Associado à descaracterização veiculada pela globalização tornou-se também numa capa protetora das identidades locais. Neste sentido, o conjunto de iniciativas, individuais ou coletivas, que se destinam a proteger o Património, parecem corresponder a uma resposta das comunidades locais aos processos de globalização cultural.²⁴

Património e identidade constituem-se como um binómio, tendo a sua exposição os mesmos canais globais. Muitas vezes, a identidade de um determinado grupo assenta em elementos históricos e patrimoniais²⁵.

¹⁹ RODRIGUES, Donizete (s/d), «Património Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica», Universidade da Beira Interior, Center of Research in Anthropology Lisboa, p.4.

²⁰ FORTUNA, Carlos (2013), «Identidades, Percursos Paisagens Culturais», *Estudos Sociológicos da Cultura Urbana*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 38.

²³ FARIA Margarida Lima de, ALMEIDA Renata (2006), «A Problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita», *Comunicação & Cultura*, n.º 1, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p. 125.

²⁴ FARIA Margarida Lima de, ALMEIDA Renata (2006), «A Problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita», *Comunicação & Cultura*, n.º 1, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p. 126.

²⁵ FARIA Margarida Lima de, ALMEIDA Renata (2006), «A Problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita», *Comunicação & Cultura*, n.º 1, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p. 124.

O autor, Paulo Peixoto remete-nos para a ideia de que a “identidade é um recurso metonímico de processos de patrimonialização”.²⁶ Neste sentido, a identidade é apontada como o elemento que dá significado através de uma relação objetiva com os objetos ou práticas reavivadas pelos processos de patrimonialização, onde a requalificação se une à preservação. Para o autor, a formação de uma consciência patrimonial é um processo identitário. Ao protegermos o património construímos identidades, damos-lhe forma e corpo. Segundo Paulo Peixoto,²⁷ a viabilidade de um património tem por base muitas das vezes operações de branqueamento de alguns elementos identitários, pois é frequente a pretensão de difundir uma determinada ideologia associada a uma idealização da realidade. Segundo o mesmo autor,²⁸ o conceito de Património remete-nos para a noção de objetos, ou práticas culturais, que perderam a sua função original, deixando de fazer parte das práticas económicas e sociais do dia-a-dia. Ela insere-se desta forma na memória coletiva porque corre o risco de se perder, ou seja, a suposta reinvenção de um Património está consequentemente associada ao desaparecimento de uma identidade.

Segundo David Lowenthal,²⁹ a nostalgia e o Património são dois fatores presentes na sociedade atual que, associados a um mal-estar social devido ao ritmo avassalador da mudança, a sociedade tenta compensar através de referências culturais do passado, como elementos que conferem segurança e identidade.

Neste contexto, em que o Património dá corpo às necessidades da identidade, é importante refletirmos também sobre o conceito de memória, que segundo a autora, Dina Alves, para além dos seus muitos significados, inclui o significado da mensagem e da recordação associado a algo de coletivo, dada a socialização inerente aos indivíduos como

²⁶ PEIXOTO, Paulo (2004), «A Identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, p.185.

²⁷ PEIXOTO, Paulo (2004), «A Identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, p.186.

²⁸ PEIXOTO, Paulo (2004), «A Identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, p.202.

²⁹ LOWENTHAL, David (2003), *The past is a Foreign Country*, Cambridge: Cambridge Press citado por FARIA Margarida Lima de, ALMEIDA Renata (2006), «A Problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita», *Comunicação & Cultura*, n.º 1, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p.127.

comunidades da memória. É a memória que distingue e unifica os indivíduos, como um processo de herança que nos é transmitida e que nos identifica.³⁰

Neste sentido, Dina Alves³¹ destaca o papel importante das pequenas comunidades na preservação do Património Cultural com a qual se identifica, como herança para as futuras gerações. Sendo, na opinião da mesma,³² legítimo afirmar que o Património Cultural é onde assenta a identidade da sociedade, onde cada grupo participa na criação e recriação social. Deste modo, ao salvaguardarmos o Património, estamos a contribuir também para o desenvolvimento de uma comunidade, pois a valorização do Património, para além do bem cultural, exerce um efeito benéfico para a localidade, pois contribui para a afluência de um determinado público. Em suma é com este público que partilhamos elementos identitários como a herança de um passado comum.

Segundo a autora Maria Filomena Barata, a memória permite ao homem perceber o futuro, pois o homem tem capacidade para manter, guardar ou eliminar, selecionando o que é ou não importante. É na memória coletiva que a sociedade amplifica as suas heranças, os seus elementos unificadores e distintivos. Neste caso, a História tem um papel muito importante, pois a identidade não se produz de uma forma estática, permitindo múltiplas leituras. Quando nos dirigimos à História e à função dos seus vestígios, estamos a projetar, enquanto herança e, neste sentido, somos representantes de uma construção sobre os vestígios que pretendemos resgatar, conferindo-lhes uma nova realidade. Neste caso, transmissão não é reproduzir o que já está feito, mas sim acrescentar-lhe algo de novo, associando a novidade ao passado.³³

³⁰ ALVES, Dina Duarte, (2009), «Identidade e Património - Um percurso por Óbidos Monumental», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p. 58-59.

³¹ ALVES, Dina Duarte, (2009) «Identidade e Património - Um percurso por Óbidos Monumental», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, p. 59.

³² ALVES, Dina Duarte, (2009), «Identidade e Património - Um percurso por Óbidos Monumental», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p. 60.

³³ BARATA, Maria Filomena, (2004) «A Salvaguarda dos bens Culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro in Património estudos», *Salvaguarda do Património*, nº6, Instituto Português do Património Arquitetónico – Departamento de Estudos, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 12-14.

Portanto, a matéria do Património é, também, a memória que os diversos discursos e narrativas artificializam através de objetos que usamos e cujos conteúdos atualizam através desse uso. Nas sociedades pós – industriais o conceito de Património deixou de ter limites. Apresenta-se como um dos poucos elementos do presente que é capaz de ligar a herança histórica e valores estéticos, artísticos, tecnológicos, histórico que caracterizam as nossas sociedades atuais. Assim, nesta linha de pensamento, existe sempre um discurso da memória mediatizado pelas expressões coletivas das comunidades humanas que as diferentes produções artísticas veiculam e cuja substância tem uma natureza certamente patrimonial. O tipo de relação que cada cultura mantém com o tempo manifesta-se com mais clareza no modo de inscrição desse discurso da memória na vida de cada comunidade. Por aqui, se percebe, de que modo ela associa as suas origens ao seu destino presumidos, por aqui, pela memória e pelo discurso que a evoca, se formam o Mito e a História, isto é, se origina a própria cultura.³⁴ Como tal, a memória permite-nos criar representações que nos transportam até um determinado acontecimento passado sob o qual se justifica e alicerça a identidade.³⁵

O autor Acácio de Sousa³⁶ aponta o conceito de Património como sendo o testemunho da relação que os homens estabelecem com o seu meio envolvente, sendo dentro desta relação que se edifica a ligação entre as várias gerações que vão dando continuidade a essa memória, à sua identidade. Neste sentido, o património é uma forma de, no presente, identificarmos as nossas origens, de projetarmos as representações de determinados acontecimentos do passado. Esta abordagem aponta para a possibilidade de um objeto ter em si diferentes valores da memória que assentam na imaterialidade.³⁷

A noção de Património é deste modo muito complexa, resultando de uma construção e de um processo de acumulação de valores que vão sendo adquiridos e

³⁴ JORGE José Duarte Centeno, (2003), «A Matéria do Património», in *A Matéria do Património: memórias e identidades*, coord. de Manuel João Ramos, Unidade de Investigação Departamento de Antropologia, ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p.15.

³⁵ JORGE José Duarte Centeno, (2003), «A Matéria do Património», in *A Matéria do Património: memórias e identidades*, coord. de Manuel João Ramos, Unidade de Investigação Departamento de Antropologia, ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p.12.

³⁶ SOUSA, Acácio, (2009), «Património Identidade e os Registos escritos», in VIEIRA, Ricardo, MAGALHÃES, Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p.99.

³⁷ JORGE José Duarte Centeno, (2003) «A Matéria do Património», in *A Matéria do Património: memórias e identidades*, coord. de Manuel João Ramos, Unidade de Investigação Departamento de Antropologia, ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p.11-12.

retirados. Trata-se de um conceito polissémico e em constante mudança. A noção de Património começou por estar associada à herança de bens materiais associado a estruturas familiares, económicas e jurídicas. Hoje em dia, o significado do termo é mais abrangente, pois está associado a uma construção mental simbólica que esses bens foram adquirindo. Só assim existe património. O Património enquanto construção mental desempenha uma função essencial em qualquer sociedade, servindo como referência de identidade que localizamos no espaço e no tempo. Neste sentido, o conceito de Património está irremediavelmente ligado à ideia de perda, de potencial desaparecimento, ao perigo de destruição, e ao desejo e necessidade de preservação. A ideia / conceito de Património reconhece que a perda constitui um sacrifício e que a sua preservação supõe sacrifícios.³⁸

Segundo o autor Manuel João Ramos³⁹ devemos ter sempre presente que, quando nos referimos ao Património, está sempre subjacente a memória, quer seja no plano coletivo como no plano individual. Sem memória não seria possível teorizar o Património, pois a herança baseia-se no que somos hoje, preenchendo a nossa identidade. No seguimento desta ideia, o autor afirma que são “os valores da memória que o Património consagra”,⁴⁰ sendo neste sentido apontado como matéria do Património a memória inscrita nas narrativas concretizada nos objetos que usamos e que atualizamos através do uso que lhe conferimos. É através do Património que as representações do passado ganham corpo, tornam-se numa narrativa. Neste sentido, segundo o autor,⁴¹ todos os artefactos do passado não poderiam ser transformados em testemunhos históricos sem ter tido como origem um elemento memorial. A Memória perpetua o passado, o presente assumindo-se como o eterno protetor de um passado condicionado pelo medo do esquecimento e pela necessidade do ser humano em fazer parte de uma identidade. Neste sentido, “o passado assume a configuração de uma narrativa onde se vão buscar os

³⁸ CUSTÓDIO, Jorge e outros, coord., (2011), *100 anos de património memória e identidades, Portugal 1910-2010*, 2ª edição, IGPA, Lisboa, p.346-347.

³⁹ JORGE, José Duarte Centeno, A Matéria do Património, in RAMOS, Manuel João, (2003), *A matéria do Património: Memórias e identidades*, Unidade de Investigação Departamento de Antropologia ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p.12.

⁴⁰ JORGE, José Duarte Centeno, A Matéria do Património, in RAMOS, Manuel João, (2003), *A matéria do Património: Memórias e identidades*, Unidade de Investigação Departamento de Antropologia ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p.15.

⁴¹ CHOAY, Françoise (1999), *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, p.22.

exemplos que permitem justificar o presente, e construir o futuro como desejo” o reavivar de hábitos culturais do passado funciona como o suporte identitário.⁴²

O Património, é normalmente visto como uma soma, uma reunião – como se consegue obter nos depósitos de objetos reais ou imaginários – de narrativas, de rotinas de comportamento, de bens, de objetos ou de testemunhos – objetos que, enquanto formas, por exemplo, assumiriam a representação de valores históricos, artísticos, técnicos ou científicos e, por essa via, individualizaram os grupos que, culturalmente, se tornariam caracterizáveis por via da prática e do conhecimento de tudo isso, junto ou em partes.⁴³

Nesta linha de pensamento podemos também destacar o conceito de Património Cultural definido como “Todos os bens materiais e imateriais que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante – designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico – devam ser objeto de especial proteção e valorização”.⁴⁴ O Património Cultural é pertença em primeiro lugar do grupo e da comunidade que o criou e com o qual se identifica. É dentro desta apropriação do Património que podemos encontrar diferentes esferas de relacionamento com esse legado, sejam elas sociais ou económicas. Estas relações entre a comunidade e o Património são muito importantes, pois a partir do momento em que a comunidade deixar de se identificar com ele, o seu significado irá perder-se deixando o Património de cumprir a sua função social de manutenção da identidade local⁴⁵. É aqui também importante realçar que cada comunidade tem a responsabilidade de identificar e

⁴² FARIA, M. Lima de (2006), «Trajectórias sociais e representações de “património” – breve apresentação de um estudo de caso» in *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta, p.58.

⁴³ JORGE José Duarte Centeno, (2003) «A Matéria do Património», in *A Matéria do Património: memórias e identidades*, coord. de Manuel João Ramos, Unidade de Investigação Departamento de Antropologia, ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p.13.

⁴⁴ A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, artigo 2.º ponto 4., *Diário da República – I Série –*, n.º 209 p. 5808.

⁴⁵ ALVES, Dina Duarte, (2009) «Identidade e Património - Um percurso por Óbidos Monumental, Património e Identidade», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria p.61.

de gerir o seu Património, no sentido em que os mesmos fazem parte da memória coletiva sendo, por isso, portadores dos seus valores patrimoniais.⁴⁶

Tendo em conta que o objeto de estudo é composto por vários edifícios é importante abordar também o conceito de Património arquitetónico, entendendo-o como o conjunto das estruturas físicas (os edifícios ou estruturas construídas e seus componentes, os núcleos urbanos e seus componentes, as paisagens e seus componentes) às quais determinado indivíduo, comunidade ou organização reconhece, num dado momento histórico, interesse cultural e ou civilizacional, independentemente da natureza dos valores em que esse interesse radique: valor arquitetónico (artístico, construtivo, funcional); valores histórico e documental; e valores simbólico e identitário⁴⁷.

Segundo o autor Françoise Choay⁴⁸ a palavra monumento é originária do termo latino *monumentum* derivando ele próprio da termo *monere*, que significa advertir, recordar, o que de certa forma nos volta a transportar para a memória. Neste sentido, teria a designação de monumento qualquer artefacto elaborado por um grupo de indivíduos destinado a preservar para outras gerações ritos, crenças, acontecimentos ou sacrifícios. O sentido da palavra remete para uma ação que visa preservar a memória. Segundo o autor, o monumento procura diminuir o eterno medo da morte e do esquecimento. Neste âmbito, o preâmbulo da «Carta de Veneza, de 1964»,⁴⁹ remete-nos para a designação dos monumentos como elementos portadores de mensagens do passado que persistem como testemunhos vivos das tradições de uma cultura.

Na «Carta de Cracóvia», de 26 de outubro de 2000⁵⁰, sobre “Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído”, o Comité de redação da mesma, definiu o conceito de Monumento como “uma entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória”. Nele, a memória reconhece aspetos relevantes relacionados com atos e pensamentos humanos, associados ao curso da história

⁴⁶ Carta Cracóvia, 2000

<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

⁴⁷ KITS – PATRIMÓNIO | KIT01 Património Arquitetónico – Geral, IGESPAR, Coleção KITS Património, novembro 2010, p.8.

⁴⁸ CHOAY, Françoise (1999), *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, p.16.

⁴⁹ Carta de Veneza 1964, <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

⁵⁰ CartaCracóvia,2000,<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

e, todavia, acessíveis a todos. Em ambas as terminologias o monumento dá forma e coesão à memória, tendo um papel primordial na preservação dos dados culturais dos grupos.

O monumento tem por objetivo “reviver no presente um passado engolido pelo tempo”,⁵² sendo através do coroar de um passado que a mente humana dá corpo à sua existência e à sua identidade. Segundo Francoise Choay, qualquer que seja a época dos monumentos eles são “testemunhos irrepreensíveis da história”, pois estes testemunhos permitem a construção de várias histórias em variados âmbitos que vão desde os costumes, às artes, às técnicas, aos ofícios entre outros. Neste sentido, para o autor,⁵³ os monumentos e o património histórico podem assumir duas funções, promover o prazer e o conhecimento, dado que são obras de saber e de prazer que estão à disposição de todos, mas que ao mesmo tempo se assumem como produtos culturais preparados e difundidos para consumo.

Para Saúl Gomes “Os monumentos sem vida, sem habitantes de coração vivo, desfalecem, entram em letargia, em acentuada deterioração, este fenómeno é particularmente visível no património monumental arquitetónico”,⁵⁴ ou seja, se não reinventarmos o Património, se não lhe dermos um novo uso, a sua degradação acelera-se. Neste sentido, é da competência da sociedade civilizada trabalhar para a preservação dos seus bens culturais, promovendo-os através do conhecimento que deles provem, fomentando a divulgação e proporcionando a exposição dos mesmos.

Desta forma, o autor Saul Gomes⁵⁵ defende que, enquanto os edifícios mantêm a função para a qual foram construídos, são objeto de cuidados e de manutenção, mas, quando abandonados, rapidamente os edifícios entram em ruína. A ruína destes espaços ficará a depender de uma intervenção dos seus proprietários ou das entidades públicas, no âmbito de uma revitalização do espaço normalmente associada a um novo uso e a uma nova função. Saliente-se que será importante associar nessa nova função a partilha de um

⁵² CHOAY, Francoise (1999), *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, p.98.

⁵³ CHOAY, Francoise (1999), *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, p.185.

⁵⁴ SAÚL, António Gomes, (2009) «Património Monumental, Identidade e História da Região de Leiria», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p.46.

⁵⁵ SAÚL, António Gomes, (2009) «Património Monumental, Identidade e História da Região de Leiria», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p.47.

Património e de todo um conhecimento que dele provém, com as pessoas que ajudaram na construção da memória oral e social.

Contudo nem sempre a revitalização do espaço é uma tarefa pacífica segundo o autor Françoise Choay,⁵⁶ introduzir um monumento numa utilização viva através da sua reutilização será a forma mais difícil de valorização patrimonial, dado que a atribuição de um novo destino é um processo difícil e bastante complexo. Tendo em conta todos os campos envolvidos na valorização do património, devemos ter em atenção que a indústria patrimonial associada a uma pedagogia democrática com vista ao desenvolvimento e ao turismo representa atualmente uma parte crescente no desenvolvimento económico para muitos Estados, regiões e municípios. Neste sentido, podemos afirmar que a valorização do património é um empreendimento considerável.

Para uma valorização adequada ou mais conciliadora devemos ter sempre presente que os Monumentos, segundo Saúl António Gomes,⁵⁷ são obras dos indivíduos orientados por saberes técnicos e científicos, mas também marcados por uma ideologia política e social que justifica a sua construção. O monumento nunca poderá ser considerado como um ato isolado, na sua esfera artística, pois engloba em si saberes do passado que acompanha o homem no futuro. É portanto dentro do contexto da vida em sociedade com todas as suas condicionantes que devemos entender e contextualizar os monumentos.

Para Saul Gomes podemos ter duas atitudes perante o Património: uma ação apenas reservada ao saudosismo, preservando apenas na memória e que conduz necessariamente a uma difícil manutenção; uma intervenção ativa com recursos pedagógicos, vitalizando o património que permitirá um reconhecimento e enriquecimento das comunidades. Neste sentido, se a memória permanecer como um legado passivo acabará por não contribuir como símbolo identitário, pois deixa de ser um fator de coesão social.⁵⁸

⁵⁶ CHOAY, Françoise, (1999) *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, p.196.

⁵⁷ SAÚL, António Gomes (2009), «Património Monumental, Identidade e História da Região de Leiria», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p.45.

⁵⁸ SAÚL, António Gomes (2009), «Património Monumental, Identidade e História da Região de Leiria», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p.46-47.

Preservando e valorizando o Património (independentemente de todas as noções, ou ainda conceitos por definir, do que é que esse património será ou não será, ou o que é que deve conter como pressupostos), preservamos memórias, identidades e diversidades culturais. De facto, muitas das novas atitudes do homem contemporâneo relacionam-se com a sua necessidade de garantir o futuro vivendo o presente e assumindo o passado, material ou imaterial.⁵⁹

Segundo Ana Cristina Leite, o Património é reinventado pelas representações que fazemos e pelos novos usos que lhe conferimos. Neste âmbito o Património deverá cada vez mais ser tratado com criatividade e imaginação na sua reinvenção. A sua preservação e valorização é ao mesmo tempo a preservação de memórias, de identidades e de diversidades culturais. Muitas das ações do homem atual centram-se numa necessidade de “garantir o futuro vivendo o presente e assumindo o passado, material ou imaterial”.⁶¹

Neste contexto o Património é, ou deve ser, assumido de forma cada vez mais imaginativa e criativa, com o objetivo de reinvenção de uma cultura viva, de um povo ou de uma comunidade ou mesmo, se quisermos, de um território ou de um país.⁶²

A reinvenção do Património, para além da criatividade e da imaginação, deverá também ter em conta o público a que se destina. O autor Saul Gomes, destaca a importância da preservação e de restauro dos edifícios direcionada para uma partilha com o público, tendo em conta que muitas vezes se evidencia um certo “desacerto entre o significado mundial de tais monumentos e o seu sentido local verdadeiro”.⁶³ O Património local não se pode dissociar do espírito do lugar. A consciência do Património entronca no

⁵⁹ SAÚL, António Gomes (2009), «Património Monumental, Identidade e História da Região de Leiria», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p.46-47.

⁶¹ LEITE, Ana Cristina (2003), «Lisboa: Memórias da cidade Intangível», in RAMOS, Manuel João (coord.), *A matéria do Património: Memórias e identidades*, Unidade de Investigação Departamento de Antropologia, ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p.23.

⁶² LEITE, Ana Cristina (2003), «Lisboa: Memórias da cidade Intangível», in RAMOS, Manuel João (coord.), *A matéria do Património: Memórias e identidades*, Unidade de Investigação Departamento de Antropologia, ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p.23.

⁶³ SAÚL, António Gomes (2009), «Património Monumental, Identidade e História da Região de Leiria», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria p.48.

espírito do lugar, o que de certo modo, também justifica o gosto pelo conhecimento do Património edificado demonstrado pelo povo português.⁶⁴

O aumento pelo interesse pela conservação e pelo usufruto do legado natural e cultural tem favorecido o desenvolvimento de estratégias que visam a ligação entre esses patrimónios e a sociedade. Em contexto patrimonial, esta mediação entre o público com o que lhe é dado a ver refere-se a todo um conjunto de intervenções que tentam estabelecer pontes entre o que é exposto e as significações desse mesmo Património. Trata-se de uma estratégia de comunicação de cariz educativo que tem por objetivo tornar possível a compreensão de certas dimensões do Património. Esta mediação associada ao Património interfere com as noções de comunicação, animação e interpretação.⁶⁵

A interpretação surge como uma necessidade de compreensão dos visitantes e da sua insatisfação perante uma ação meramente contemplativa do Património. A interpretação acaba por se materializar nas interações humanas e nos seus suportes que sugerem significações e importâncias dos objetos expostos. Desta forma, podemos considerar que a interpretação é um processo criativo da arte de comunicar que se desenvolve em função do público, dos recursos patrimoniais e das técnicas utilizadas.⁶⁶

Contudo, Françoise Choay⁶⁷ levanta uma questão associada ao usufruto dos bens patrimoniais, tendo em conta que toda esta afluência de visitantes aos tesouros do passado poderá colocar outras questões relacionadas com a forma como esse afluxo poderá conduzir à destruição desses mesmos tesouros, sendo que, neste caso, seria a sua proteção associada ao consumo cultural que conduziria à sua autodestruição. Destacando o fervor com que o culto pelo património se propaga pelo mundo inteiro,⁶⁸ assistimos atualmente

⁶⁴ SAÚL, António Gomes (2009), «Património Monumental, Identidade e História da Região de Leiria», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Património e Identidade* profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p.49.

⁶⁵ LEITE, Ana Cristina (2003), «Lisboa: Memórias da cidade Intangível», in RAMOS, Manuel João (coord.), *A matéria do Património: Memórias e identidades*, Unidade de Investigação Departamento de Antropologia, ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p.23.

⁶⁶ LEITE, Ana Cristina (2003), «Lisboa: Memórias da cidade Intangível», in RAMOS, Manuel João (coord.), *A matéria do Património: Memórias e identidades*, Unidade de Investigação Departamento de Antropologia, ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p.23.

⁶⁷ CHOAY (1999), *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, p.198.

⁶⁸ CHOAY (1999), *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, p.205.

ao desenvolvimento de movimentos em prol do Património, e encontramos uma maior consciencialização do valor implícito no Património.

Todos os conceitos anteriormente abordados conferem um suporte teórico que conduz à necessidade de preservação do espaço das Termas dos Cucos, pois o mesmo faz parte da identidade, da memória coletiva e do espírito da região de Torres Vedras. Neste caso, a salvaguarda do Património em questão estaria também a contribuir para o desenvolvimento da própria comunidade, uma vez que, implica um público com quem iremos partilhar uma herança.

Tendo em conta que o espaço das Termas do Vale dos Cucos continua a ser usufruído pela população em variadas atividades, percebe-se que o mesmo não está esquecido. Contudo, as estruturas do complexo Termal necessitam de uma revitalização que poderia passar pela atribuição de um novo uso com vista à sua salvaguarda.

Para além, da questão da revitalização do Património, não podemos esquecer que os Cucos são originalmente umas Termas e como referido anteriormente, projetamos, através do património edificado, representações de determinados acontecimentos do passado, pelo que será relevante neste contexto, retomar alguns aspetos da implementação do Termalismo em Portugal.

4 – As dinâmicas temporais do Termalismo em Portugal

4.1 – Evolução histórica

Quando pensamos no conceito de Termalismo, é usual associarmos a utilização da água mineral ao bem-estar, como terapêutica, cura ou lazer. Terá sido então dentro deste contexto que se desenvolveu a ciência da utilização e da exploração das águas minerais, promovendo o desenvolvimento, expansão e organização de locais destinados ao usufruto dos efeitos terapêuticos das águas, vulgarmente conhecidos por estâncias termais. A utilização de águas minerais tem tido várias variantes, consoante o seu próprio contexto

histórico, mas sempre inserido nas questões da saúde e da doença, bem como nos hábitos sociais associados a estas práticas.¹⁰⁴

A utilização das águas minerais em Portugal é, segundo António Cantista, muito anterior à fundação de Portugal. Para a utilização e usufruto das águas minerais foram construídas várias infraestruturas e envolvências que foram tendo várias denominações, consoante o seu período histórico, tal como Caldas, Caldelas, Termas ou simplesmente de Banhos.¹⁰⁵

Na Europa, o apogeu das civilizações gregas e romanas levou à frequência dos banhos públicos que chegaram a ser o passatempo obrigatório, onde se cuidava não só da saúde do corpo como do deleite do espírito dos negócios. A utilização das águas pelos Romanos tinha um carácter social, onde a saúde e o lazer andavam de mãos dadas.¹⁰⁶ É provável que grande parte das águas termais portuguesas e as suas capacidades terapêuticas fossem já conhecidas pelos romanos. O período lusitano-romano foi caracterizado pelo início da apropriação das nascentes conhecidas por parte dos primeiros romanos que se estabeleceram neste território. A paixão que ostentaram pelo culto do banho levou-os a construírem balneários dos quais hoje restam algumas estruturas. No período pós-romano foram destruídas algumas estruturas de banhos, existindo poucas informações sobre as termas em Portugal após a queda do Império Romano no Ocidente.¹⁰⁷

Com o domínio muçulmano, houve um renascimento do culto pelas águas minerais, o que se relaciona com a importância que a mesma tinha devido aos seus rituais religiosos e a sua utilização no quotidiano. Esse culto durante a Idade Média acaba por se perder, pois a utilização das águas passa a ser vista apenas como tendo um efeito terapêutico físico, onde a água é de certa forma santificada.¹⁰⁸ Segundo Maria Manuela

¹⁰⁴ LEANDRO, Maria Engrácia; Leandro, Ana Sofia da Silva (2015), «Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo», *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXX, p.89.

¹⁰⁵ CANTISTA, António Pedro Pinto (2008-2010), «O Termalismo em Portugal», *Anales de Hidrologia Médica*, Vol. 3, p.81.

¹⁰⁶ CANTISTA, António Pedro Pinto (2008-2010), «O Termalismo em Portugal», *Anales de Hidrologia Médica*, Vol. 3, p.82.

¹⁰⁷ RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005), *O Termalismo em Portugal: Dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística*, (Tese de Doutoramento não publicada), Universidade de Aveiro, Aveiro, p.66.

¹⁰⁸ MANGORRINHA, Jorge (2000), *O lugar das termas: património e desenvolvimento regional: as estâncias termais da região Oeste*, Livros Horizonte, Lisboa, p.34.

Quintela¹⁰⁹, na Europa, durante o período medieval, as termas não eram bem vistas pela Igreja, sendo os banhos de água quente designados de infames, uma vez que, as termas ao proporcionarem o bem-estar do corpo, eram consideradas locais do pecado, pois não se coadunavam com a doutrina cristã defensora das penitências (mortificação do corpo através do jejuns e de outras penitências).¹¹⁰ Por outro lado,, a propagação da lepra por toda a Europa, nos séculos XI, XII e XIII, conduziu à criação de hospitais, gafarias ou leprosarias. Em Portugal foram construídas cerca de setenta instituições deste cariz que tiveram a particularidade de uma boa parte delas estarem localizadas junto às Termas devido à importância dada à utilização das águas medicinais no tratamento destas doenças.¹¹¹As águas medicinais das termas passam a ser usadas com fins apenas curativos, tendo uma aplicação bem localizada, existindo uma notória inclinação para a adaptação dos edifícios termais em hospitais, que desta forma acabaram por perder as suas características luxuosas, reavivando as virtudes terapêuticas das águas medicinais. Neste sentido, a conotação de proporcionar o bem-estar ao corpo dá lugar à cura milagrosa de um povo assolado por várias doenças epidémicas, criando uma nova esperança para quem desesperava no combate às enfermidades.¹¹²

O declínio da atividade termal iria durar um longo período, associado à ideia de que os banhos abriam os poros dos corpo podendo desta forma ser causadores de doença e até de morte. É neste contexto que se irá generalizar a ideia de que o banho deveria ser sempre precedido de repouso e de vestuário adequado à proteção do corpo, que deveria estar isolado. Os vários períodos de peste acabaram por enraizar e amplificar na sociedade a ideia da permeabilidade da pele, o que de certo modo contribuiu para que entre o século

¹⁰⁹ QUINTELA, Maria Manuela (2004), «Saberes e práticas termais: uma perspetiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)», in *História, Ciências, Saúde*, vol. 11 (suplemento 1), Manguinhos, Rio de Janeiro, p.246.

¹¹⁰ LOURO, M. R. (1995), *O Culto das Águas*, Lisboa, Edições INAPA, autor citado por RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005), *O Termalismo em Portugal: Dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística* (Tese de Doutoramento não publicada), Universidade de Aveiro, Aveiro, p.67.

¹¹¹ RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005), *O Termalismo em Portugal: Dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística* (Tese de Doutoramento não publicada), Universidade de Aveiro, Aveiro, p.66.

¹¹² NARCISO, Armando (1920), *A evolução da Crenoterapia e as águas medicinais portuguesas*. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e SARZEDAS, J. (1906) - *Algumas Estâncias Hidromedicinais*, Lisboa, autores citados por RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005), *O Termalismo em Portugal: Dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística* (Tese de Doutoramento não publicada) Universidade de Aveiro, Aveiro p.67-68.

XVI e o século XVII o banho público e o banho privado quase desapareçam, associado à ideia de que a água podia tornar o corpo propício à entrada de doenças e de enfermidades. A ideia que irá prevalecer até ao século XVIII será a de que a higiene passaria sobretudo por apenas algumas partes do corpo serem objeto de cuidados especiais de higiene, devendo o resto do corpo ficar resguardado.¹¹³ Contudo, terão existido em alguns locais banhos públicos, sendo que um deles seria em Lisboa, mais precisamente na freguesia de S. Miguel de Alfama, que teria dois estabelecimentos abertos, pouco se sabendo sobre o seu funcionamento.¹¹⁴

Alguns dos monarcas portugueses tiveram um papel ativo na valorização e promoção do desenvolvimento das termas, devido às virtudes terapêuticas mas sobretudo dentro de uma vertente social de ajuda, onde muitas vezes as virtudes terapêuticas eram sobrepostas pela ajuda aos mais desfavorecidos. Estes acabaram por favorecer a construção ou manutenção de espaços termais dada necessidade de dar resposta a algumas doenças que assolaram o país que alguns monarcas acabaram. Apesar desta vertente social que as termas acabaram por ter, podemos também encontrar referências da sua utilização por parte dos monarcas.

Outra referência na história dos espaços termais está relacionada com a atribuição das propriedades terapêuticas das águas à esfera religiosa, o que acabou por atribuir a estas águas a denominação de “águas santas”. Esta conceção levou à construção de povoados, de albergues, balneários, conventos e hospitais. Será neste contexto que a rainha D. Leonor mandou construir o primeiro Hospital Termal da Europa, nas Caldas da Rainha¹¹⁵. O Hospital das Caldas da Rainha, no século XVIII, era um espaço peculiar, pois a mesma instituição era frequentada por pessoas de diferentes estratos sociais, com objetivos diferentes. Os Hospitais eram por norma locais reservados à cura dos mais desfavorecidos, mas neste caso esta instituição era também procurada pela elite para os tratamentos termais.¹¹⁶

¹¹³ MATTOSO, José, dir. (2011), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, Temas e Debates – Circulo de Leitores, pp. 266 – 267.

¹¹⁴ VIGARELLO, Georges (1998), *O Limpo e o Sujo, A Higiene do corpo desde a Idade Média*, Fragmentos, Lisboa, p.16-24.

¹¹⁵ CANTISTA, António Pedro Pinto (2008-2010), «O Termalismo em Portugal», *Anales de Hidrologia Médica*, Vol. 3 p. 83.

¹¹⁶ MATTOSO, José, dir. (2011), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, Temas e Debates – Circulo de Leitores, pp290-291.

Será com D. João V, no seguimento da ideia adotada por Luís XIV em França, que se irá abrilhantar as Termas, tornando-as locais frequentados pelas elites. Neste sentido, constroem-se palácios, parques e alamedas junto das Termas de modo a poder entreter e acomodar uma nobreza que acorre às Termas. Exemplo disso será o que aconteceu nas Caldas da Rainha, com a intervenção do rei D. João V na reconstrução do velho hospital, e algumas outras construções e obras necessárias para a transformação da Vila em Termas da Corte de D. João V.¹¹⁷ Para além das Caldas da Rainha este monarca mandou fazer obras necessárias para a sua manutenção, nas Termas das Taipas, de S. Pedro do Sul e do Gerês.¹¹⁸ Para além das construções começam também a aparecer as primeiras publicações de estudos sobre as águas minerais, destacando-se o caso de Francisco da Fonseca Henriques, médico da corte de D. João V que, em 1726 escreve aquele que será considerado como o primeiro tratado sobre as águas minerais de Portugal, o “Aquilégio Medicinal”.¹¹⁹

Será também com D. José I que continuaremos a assistir ao apoio e ajuda na manutenção das Termas, nomeadamente marcando a sua presença na inauguração da estância termal do Estoril. Outra medida importante para o desenvolvimento deste setor está relacionada com a ação do Marquês de Pombal ao contratar o químico italiano Domenico Vandelli com a finalidade de o mesmo passar a fazer análises mineromedicinais nas Caldas da Rainha. Este tipo de trabalho terá sido posteriormente desenvolvido pelo Visconde de Vila Maior, conhecido por ser o fundador da química hidrológica portuguesa.¹²⁰

O início do século XVIII marcou a emergência, por toda a Europa, de estâncias termais que se caracterizaram pela sua arquitetura monumental e pela moda da cura termal. Será ao longo deste século, que o banho se afirma como sendo um luxo, aumentando

¹¹⁷ RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005), *O Termalismo em Portugal: Dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística* (Tese de Doutoramento não publicada), Universidade de Aveiro, Aveiro, p.71.

¹¹⁸ LOURO, M.R. (1995), *O Culto das Águas*, Lisboa, Edições INAPA, autor citado por RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005), *O Termalismo em Portugal: Dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística* (Tese de Doutoramento não publicada), Universidade de Aveiro, Aveiro, p.72.

¹¹⁹ CANTISTA, António Pedro Pinto (2008-2010), «O Termalismo em Portugal», *Anales de Hidrologia Médica*, Vol. 3, p.83.

¹²⁰ RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005), *O Termalismo em Portugal: Dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística* (Tese de Doutoramento não publicada), Universidade de Aveiro, Aveiro, p.72.

também a publicação de estudos em torno da temática do banho, defendendo a noção de que o banho quente podia aliviar das doenças e melhorar a disposição das pessoas. Neste sentido, os banhos, para além da componente higiénica, assumem também a função de fortalecimento do corpo e de instrumento de saúde.¹²¹

Segundo Dominique Jarassé¹²², em França, entre 1800 e 1850, foram avaliados mais de 300 projetos para edifícios termais, tendo a exploração termal sofrido um forte impulso associado a uma arquitetura neoclássica. Contudo, terá sido no século XIX que assistimos a um maior desenvolvimento da atividade termal já com uma vertente turística.

Iam às termas os doentes e também os indivíduos que pretendiam usufruir de momentos de lazer, propícios ao descanso do corpo e do espírito. As termas tinham, neste sentido, tal como os banhos de mar, a dupla função de curar os doentes e de contribuir para o bem-estar social¹²³. A aristocracia e a grande burguesia oitocentista tinham por hábito deslocar-se às principais termas da Europa: Spa, na Bélgica, Vichy, Cauterets e Enghien-les-Bains, na França, e Baden-Baden, na Alemanha.¹²⁴

Como complemento deste desenvolvimento assistimos também ao avanço da hidrologia. Neste sentido, a água como elemento primordial associado ao termalismo terá a afirmação da sua atividade a partir da segunda metade do século XVIII, quando a comunidade científica se preocupou com o estudo das águas e das suas aplicações. Quando o Termalismo se afirmou em Portugal já internacionalmente tinham sido feitos

¹²¹ VIGARELLO, Georges (1998), *O Limpo e o Sujo, A Higiene do corpo desde a Idade Média*, Fragmentos, Lisboa, p.81-94.

¹²² JARRASSÉ, Dominique (1992), *Les thermes romantiques, bains et villégiatures en France de 1800 à 1850*, Publications de l'Institut d'Études du Massif Central, Collection «Thermalisme et Civilisation», Fascicule II, Faculté des Letres et Sciences Humaines de l'Université Blaise Pascal, 1992, citado por CUNHA, Maria Manuela Ferreira da (2012), *Caldas de Vizela do Passado à atualidade: uma proposta de reconversão*, Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, p.9.

¹²³ VAQUINHAS, Irene e CASCÃO, Rui (1993), «Sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», in *História de Portugal*, direção de José Mattoso vol. V, coord. de Luís Torgal e João Lourenço Roque, Círculo de Leitores, Lisboa, p.455-456.

¹²⁴ VAQUINHAS, Irene e CASCÃO, Rui (1993), «Sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», in *História de Portugal*, direção de José Mattoso vol. V, coord. de Luís Torgal e João Lourenço Roque, Círculo de Leitores, Lisboa, p.455-456.

avanços e desenvolvidas técnicas que acabaram por ser aplicadas nos complexos termais em Portugal.¹²⁵

Acompanhando a moda europeia associada à hidroterapia, desde o final do século XVIII, que existiam pessoas que tomavam banhos de mar nas proximidades de Lisboa. Neste sentido, Francisco de Mello Franco, médico em 1814, foi um defensor desta prática fosse no mar ou no rio, dado que estes seriam hábitos que estariam associados sobretudo às elites, onde a imersão do corpo na água deixou de ser vista como algo nefasta mas sim com fins medicinais.¹²⁶

No século XIX, através da determinação régia de 2 de Setembro de 1822, refere-se a necessidade de se realizar um levantamento das nascentes, da sua origem, da sua qualidade e quantidade, de modo a promover o seu estudo. Esta seria a primeira medida tomada pelo poder central tendo em vista a atividade termal.¹²⁷

Na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento dos transportes que os avanços tecnológicos proporcionam, começa a existir uma sociedade voltada para o lazer, associado aos banhos, aos passeios festas e desportos. Muita desta sociabilidade girava em torno da praia ou das termas,¹²⁸ sendo que os guias escritos por Ramalho Ortigão (1875 e 1876) permitiram um conhecimento geográfico e sociológico dos locais por ele descritos. Associado à promoção das estâncias termais existiu uma preocupação em criar espaços de lazer como casinos, teatros e jardins de modo a proporcionar aos banhistas uma vida social mais diversificada.¹²⁹ Por fim, o auge do Termalismo em Portugal irá ocorrer nos séculos XIX e XX.

¹²⁵ HIPÓLITO, Ricardo Fonseca de Oliveira Furtado (2014), *O Turismo nas Caldas da Rainha do século XIX para o século XX*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, p.27.

¹²⁶ MATTOSO, José, dir. (2011), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, Temas e Debates – Circulo de Leitores, Lisboa, p.267-268.

¹²⁷ MANGORRINHA, Jorge (2000), *O lugar das termas: património e desenvolvimento regional: as estâncias termais da região Oeste*, Livros Horizonte, Lisboa, p.35.

¹²⁸ SILVA, Artur Santos; Francisco Sarsfield Cabral, Raquel Henriques da Silva e Rui Vieira Nery (2010), *Viajar Travelling viajar, viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I Republica*, Centenário da Republica 1910-2010, Turismo Portugal / Imprensa Nacional Casa da Moeda, julho, Lisboa, p.10-24.

¹²⁹ LOUSADA, Maria Alexandre (2010), «Viajantes e Turistas. Portugal 1850 – 1926», in *Viajar Travelling viajar, viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I Republica*, Centenário da Republica 1910-2010, Turismo Portugal / Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, p.68-69.

A Primeira Republica deu continuidade ao processo em curso, tentando desenvolver o Termalismo, nomeadamente as Termas de Pedras Salgadas, de Monção e de São Pedro do Sul.¹³⁰ Neste sentido, a 26 de maio de 1911, foi criada uma Comissão Superior de Águas Minerais que tinha como principal função fiscalizar, vigiar e regulamentar as instalações hidrotermais, promovendo o aproveitamento das riquezas hidrológicas do nosso País.¹³¹

Em Portugal, destacam-se dois autores que defendem diferentes estruturas para a história do termalismo em Portugal. Para o engenheiro geólogo Luis de Acciaiuolli (1952) existem seis fases na história do Termalismo português, enquanto Claudino Ferreira (1994) nos remete para a existência de três períodos, partindo da análise dos processos sociais associados ao ciclo de vida do Termalismo português, entre 1892 e 1992. Para Luis Acciaiuolli as primeiras quatro fases correspondem ao período anterior à fundação da nação, e a quinta fase corresponde ao início da formação do Reino, fase esta que irá durar até 1891. A última fase, sexta, começa então em 1892, altura em que é introduzida a legislação que veio regulamentar a exploração das águas mineromedicinais (Decreto n.º 16, de 30 de Setembro de 1892). Já para Claudino Ferreira os períodos da história do Termalismo português teve início exatamente com a introdução desta legislação a 1892. O primeiro período (1892-1930) corresponde a um período de desenvolvimento do termalismo onde a atividade termal é institucionalizada a par da organização da vertente turística das termas.¹³² O segundo período (1930 – 1970) é então descrito por Claudino Ferreira como um período de declínio sobretudo na vertente turística das termas, pois as termas são substituídas pelo sol e pela água do mar. O terceiro período (1970 – 1992) é apontado como um período de recuperação e ao mesmo tempo

¹³⁰ HENRIQUES, Eduardo Brito e Lousada, Maria Alexandre (2010), « As férias em Portugal no primeiro quartel do século XX. A arte de ser Turista, Viajantes e Turistas. Portugal 1850 – 1926», in *Viajar Travelling viajar, viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I Republica*, Centenário da Republica 1910-2010, Turismo Portugal, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, p.107.

¹³¹ SILVA, Artur Santos - Rollo, Maria Fernanda - Silva, Raquel Henriques da – Cabral, Francisco Sarsfield – Nery, Rui Vieira (2010), *Corpo. Estado, Medicina e Sociedade no tempo da Primeira Republica*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da Republica 1910 – 2010, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, p.116.

¹³² QUINTELA, Maria Manuela (2004), «Cura Termal: Entre as práticas “Populares” e os saberes “Científicos”», *VIII Congresso Luso-Afro – Brasileiro de Ciências Sociais 16, 17 e 18 de setembro de 2004*, Coimbra, p12.

de ascensão das termas quer na sua vertente terapêutica quer na sua vertente turística, através de uma adaptação e modernização das suas instalações e equipamentos.¹³³

4.2 - A importância das águas minerais medicinais

Diferentes áreas de conhecimentos evidenciaram que a água foi sempre utilizada pelos povos, tendo diversas funções que vão desde as utilitárias, curativas, económicas ou até de lazer. Os Romanos trouxeram para Portugal os usos e costumes associados à prática do uso da água termal através da construção de infraestruturas designadas por termas ou caldas, influenciando desta forma o desenvolvimento do Termalismo.¹³⁴ A esta utilização antiga das águas termais para os banhos associam-se os tratamentos de cariz medicinal na cura de doenças. Para além desta componente, devemos também ter presente que a água parece acompanhar as vivências físicas e morais do homem, dado que a sua utilização abrange a cura do corpo e da alma. A utilização da água, por ter diferentes objetivos em várias situações, acabou por condicionar a construção de edifícios termais, de forma a controlar por um lado o seu consumo, mas por outro lado poder oferecer uma maior comodidade para quem usufrui delas.

Esta terapêutica foi transformada no final do século XIX no objeto de estudo de uma nova ciência a hidrologia médica e foram os hidrologistas que definiram o termalismo como “um conjunto de atividades que envolvem a terapêutica pelas águas minero - medicinais aplicadas a um doente durante a sua estadia numa estância Termal”.¹³⁵

Já no século XVIII, o médico Francisco Fonseca Henriques escreveu a obra “Aquilégio Medicinal – tratado sobre hidrologia terapêutica” (1726), onde o autor,

¹³³ FERREIRA, Claudino (1994), «Os Usos sociais do Termalismo. Práticas, representações e identidades sociais dos frequentadores das Termas da Curia», autor citado por QUINTELA, Maria Manuela (2004), «Cura Termal: Entre as práticas “Populares” e os saberes “Científicos”», VIII Congresso Luso-Afro – Brasileiro de Ciências Sociais 16, 17 e 18 de setembro de 2004, Coimbra, p.12 - 13.

¹³⁴ RÉZIO, Maria Margarida Dinis (2012), *Transformação Urbana e vivência Termal: O caso das Caldas da Rainha* (Tese de Doutoramento não publicada em sociologia Urbana Território e Ambiente) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa p.20–21.

¹³⁵ TEIXEIRA, Frederico «O termalismo no quadro das políticas de saúde e da segurança social», citado por QUINTELA, Maria Manuela (2004), «Saberes e práticas termais: uma perspetiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)», *História, Ciências, Saúde* vol. 11 (suplemento 1), Manguinhos, Rio de Janeiro, p.241.

destaca que este tipo de obra era necessária devido às inúmeras notícias das muitas caldas que se encontravam em Portugal.¹³⁶ Segundo M. R. Louro¹³⁷, este médico da Casa Real, contratado por D. João V, publicou uma série de trabalhos ligados à água e às suas potencialidades. A sua obra – «O Aquilégio Medicinal» acabou por ser o primeiro inventário dos recursos hidrológicos, dado que, Portugal é rico em termos hidrológicos, pelas propriedades das suas águas medicinais que possui e pelos benéficos resultados que tem no campo da saúde.

A obra de Ramalho Ortigão *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, publicada em 1875,¹³⁸ oferece um roteiro das várias estações termais, descrevendo as diferentes águas medicinais existentes no nosso país. É nesta obra, que podemos encontrar a descrição pormenorizada do local onde se faziam os banhos, quais as condições e infraestruturas que se podia encontrar nas estações termais da época. Uma das descrições diz respeito às águas da fonte dos Cucos, onde o autor remete para algumas das principais atividades económicas da região, que de certa forma caracterizavam a própria vegetação e a paisagem da região na época em questão, como as vinhas e a pastorícia. Ramalho Ortigão acaba por fazer uma descrição de como e onde se procediam os banhos, sendo esta uma utilização anterior à construção da estância das Termas do Vale dos Cucos. Um outro elemento interessante neste relato é a de o autor ter a preocupação de dar informações precisas dos meios de transporte existentes e necessários para que os doentes pudessem chegar à zona dos banhos. Ramalho Ortigão, destaca também que apesar dos resultados obtidos, tendo em conta a fama das virtudes terapêuticas desta água, estes banhos não serem muito concorridos tendo em conta as fracas condições existentes. Como reforço das virtudes terapêuticas o autor acaba por mencionar que um amigo seu, Dr. Brandt que só encontrou cura para as suas maleitas nestas águas.

“Águas Da Fonte Dos Cucos:”

¹³⁶ RÉZIO, Maria Margarida Dinis (2012), *Transformação Urbana e vivência Termal: O caso das Caldas da Rainha*, Tese de Doutoramento em sociologia Urbana Território e Ambiente, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa p.61.

¹³⁷ LOURO, M. R., «O Culto das Águas», citado por RÉZIO, Maria Margarida Dinis (2012), *Transformação Urbana e vivência Termal: O caso das Caldas da Rainha* (Tese de Doutoramento não publicada em sociologia Urbana Território e Ambiente) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa, p.61-62.

¹³⁸ ORTIGÃO, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Livraria Universal, Porto, p.100 – 102.

“O sitio e as suas redondezas, em que se cultivam muitas vinhas e se fabricam excelentemente pequenos queijos e requeijões de ovelha, é muito aprasivel, ainda que improprio para um estabelecimento de banhos. (...) Os banhos são ministrados debaixo de barracas de madeira em tinhas de madeira cravadas no local em que nascem as aguas. (...) O trajecto de Lisboa a Torres Vedras faz-se por duas linhas: ou pelo caminho de ferro, sahindo na estação de Alhandra e tomando ahi a diligencia, ou partindo de Lisboa em uma diligencia que sae do Rocio e vae directamente a Torres (...). Em Torres Vedras há uma ou duas carruagens de aluguel e a estrada até ao banho é carruajavel. Em Torres há duas hospedarias e varias casas para alugar. Nos Cucos há também pequenas casas de um só pavimento térreo. (...) Os banhos dos Cucos são muito pouco concorridos, comquanto eu tenha ouvido exaltar muito das suas virtudes therapeuticas, principalmente do tratamento da gotta. Ao dr. Brandt, distincto médico, meu amigo, actualmente estabelecido no Porto, ouvi fazer d’estas aguas o maior elogio. Mistress Brandt, padecendo as maiores horríveis dôres de cabeça e tendo consultado os mais illustres médicos da Europa, curou-se com poucos banhos da Fonte dos Cucos, reconhecendo-se que era a gotta a causa do seu atroz padecimento.”¹³⁹

A importância deste recurso natural não passou despercebido ao poder político, que, sobretudo no século XIX, sentiu necessidade de legislar e regulamentar a exploração hidrológica. Neste sentido, no início do século XX foram publicadas várias leis que visavam a regulamentação da utilização das águas em geral, acabando as águas minerais naturais por surgir como fator estruturador de pessoas e de lugares.¹⁴⁰

Segundo Avelino Vieira, deveríamos escolher para tratamento das doenças crónicas as águas mineromedicinais em detrimento dos “agentes químicos e das drogas da farmácia”.¹⁴¹ Acrescenta que se estaria a aproveitar os recursos hidrológicos para o alívio do sofrimento de qualquer tipo de doença crónica, que mesmo que não curasse podia sem dúvida atenuar os seus efeitos:

¹³⁹ ORTIGÃO, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Livraria Universal, Porto, p.100–102.

¹⁴⁰ RÉZIO, Maria Margarida Dinis (2012), *Transformação Urbana e vivência Termal: O caso das Caldas da Rainha* (Tese de Doutoramento não publicada em sociologia Urbana Território e Ambiente) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p.21–23.

¹⁴¹ VIEIRA, Avelino (1914), *Termas do Cucos*, Dissertação Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto, Porto, p.3–4.

“Se no tratamento das doenças agudas devemos recorrer aos agentes químicos e às drogas de farmácia, no tratamento das doenças crónicas é para a fisioterapia que devemos apelar, e entre os elementos de que a fisioterapia dispõe há as águas minero-medicinais que estão consagradas por um uso secular, devido à suavidade no seu emprego, e à sua real eficácia. Num país como o nosso, tam rico em águas minero-medicinais, de tam diferente composição e de tam variadas indicações, qualquer doente com uma doença crónica deve confiar em encontrar a cura, ou, pelo menos, alívios para os seus sofrimentos. Qualquer que seja a doença crónica, gota, reumatismo, neuralgias, dispepsia, enterite, albuminuria, diabetes, etc., há sempre entre as águas minero-medicinais do nosso país algumas que a debelem ou pelo menos a atenuem.”¹⁴²

Tal como acontece com os medicamentos, a água termal é transformada num bem de consumo, que muitas das vezes poderá ser representada como um substituto dos medicamentos, o que se coaduna com o facto da água termal ser prescrita como tal. Praticamente em quase todos os períodos históricos, podemos encontrar referências da utilização da água ou dos banhos como prática popular que coexistiu, muitas vezes, com práticas institucionalizadas nos hospitais, nas termas ou até nos conventos.¹⁴³

4.3 -“ A cura termal” e a mudança de “ares”

A denominação de cura termal começou a ser utilizada a partir da segunda metade do século XIX, principalmente em França. A cura termal correspondia a um determinado período de tempo em que se fazia um tratamento com água termal, que implicava a permanência nos locais destinados a estas práticas. Esta cura termal esteve sempre relacionada com a deslocação, com uma viagem. Armando Narciso designa estas viagens como o “primeiro movimento turístico da viagem “da cura e do prazer””.¹⁴⁴ Era necessário uma mudança de ares, o que implicava uma viagem, o que normalmente se traduzia para

¹⁴² VIEIRA, Avelino (1914), *Termas do Cucos, Termas do Cucos*, Dissertação Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto, Porto, p.3–4.

¹⁴³ QUINTELA, Maria Manuela (2004), «Cura Termal: Entre as práticas “Populares” e os saberes “Científicos”», *VIII Congresso Luso-Afro – Brasileiro de Ciências Sociais 16, 17 e 18 de setembro de 2004*, Coimbra, p.12-14.

¹⁴⁴ NARCISO, Armando (1944), *Investigação Científica e Medicina Social na Termas*, Editora Médica, Lisboa, autor citado por QUINTELA, Maria Manuela, «Cura Termal: Entre as práticas “Populares” e os saberes “Científicos”», *A Questão social No Novo Milénio VIII Congresso Luso-Afro – Brasileiro de Ciências Sociais 16, 17 e 18 de setembro de 2004*, Coimbra, p.1-5.

a maioria dos clientes numa saída da cidade para o campo. Esta ideia é-nos transmitida por Ramalho Ortigão¹⁴⁵ (1875) no seu guia *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, na medida em que para o autor a melhor parte do tratamento era a necessária mudança de rotina, sendo que quanto maior fosse a distância entre a estância termal e o local de residência melhor seria o resultado do tratamento. Esta noção da viagem curativa insere-se no contexto de uma conceção da saúde e da doença do século XIX muito associada à noção da natureza como sanatório, sendo as termas descritas como estâncias climáticas.¹⁴⁶ A própria descrição que Ramalho Ortigão faz das “Aguas Da Fonte Dos Cucos” não está apenas relacionada com as virtudes terapêuticas da água, pois o autor acaba por descrever o ambiente, os meios de transporte existentes, os produtos gastronómicos e o alojamento disponível no local e em Torres Vedras em particular.¹⁴⁷

A partir da segunda metade do século XIX, associado ao desenvolvimento do Termalismo em Portugal, assistimos à integração de infraestruturas que visavam sobretudo a o enriquecimento dos espaços destinados à cura termal, promovendo o lazer e a sociabilidade. Veja-se a construção de Casinos, estabelecimentos de âmbito lúdico, onde poderíamos assistir a bailes, concertos, mas que também funcionavam como lugares de jogos. A presença deste tipo de estabelecimento nas estâncias termais era justificada pela necessidade de distrair os doentes e atrair os saudáveis, aproveitando o fascínio existente por este tipo de vida aristocrático. As Termas das Caldas da Rainha, do Luso e da Curia são exemplos de estâncias termais onde este tipo de estabelecimentos construídos inicialmente como anexo ou com infraestrutura secundária passaram para primeiro plano. A clientela acabou por condicionar o próprio desenvolvimento das estâncias termais, associando o lado da terapêutica aos divertimentos sociais.¹⁴⁸

No final do século XIX o dia-a-dia das estâncias termais, destacando o exemplo das Caldas da Rainha, tinha um ritmo próprio que pautava a vida dos seus frequentadores. Começava com a ida aos banhos, seguido de passeios na mata e na alameda, terminando

¹⁴⁵ ORTIGÃO, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Livraria Universal, Porto, p.100-102.

¹⁴⁶ QUINTELA, Maria Manuela (2004), «Cura Termal: Entre as práticas “Populares” e os saberes “Científicos”», *A Questão social No Novo Milénio VIII Congresso Luso-Afro – Brasileiro de Ciências Sociais 16, 17 e 18 de setembro de 2004*, Coimbra, p. 7.

¹⁴⁷ ORTIGÃO, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Livraria Universal, Porto, p.100-102.

¹⁴⁸ VAQUINHAS, Irene (2006), *Nome de Código “33856”, Os “Jogos de Fortuna ou Azar”. Em Portugal entre a depressão e a tolerância (De finais do século XIX e 1917)*, Livros Horizonte, Lisboa, p.21-22.

o período da manhã com jogos mais sedentários, como os jogos de mesa, ou os jogos mais ativos, como o cricket. O período da tarde começava com os passeios, seguido de um período de um descanso após o qual voltavam aos passeios e aos jogos e à noite tinham bailes na sala do clube. Por vezes, também faziam piqueniques e burricadas à lagoa de Óbidos, Tornada e S. Martinho do Porto.¹⁴⁹

Numa perspetiva idêntica, a construção da estância Termal do Vale dos Cucos irá enquadrar-se na moda do século XIX que acabou por promover o desenvolvimento do Termalismo não só em Portugal como também noutros países europeus. O projeto preparado para a construção das Termas dos Cucos visava dotar o espaço com as infraestruturas necessárias à Cura termal, criando espaços de usufruto das águas e lamas minerais, mas ao mesmo tempo não esquecendo os espaços dedicados aos momentos de lazer aceites pela sociedade da época.

¹⁴⁹ MATTOSO, José, dir. (2011), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Coordenação Irene Vaquinhas, Temas e Debates – Circulo de Leitores, Lisboa, p. 249-250.

5 – As Termas dos Cucos

5.1 – Enquadramento histórico – os antecedentes da fundação das Termas dos Cucos

As Termas dos Cucos Localizam-se no Vale dos Cucos, onde, de acordo com a lenda, todos os anos no início da Primavera o Cuco cantava pela primeira vez em Torre Vedras:

“É neste vale ameno, onde o rio Sizandro se espraia depois de entalhar o seu leito, ao contornar a serra de Machêa, nos calcáreos do Cabaço, entre montanhas, que brotam as nascentes dos Cucos. É suave e melancólico o ambiente; respira-se um ar puríssimo, aromatizado pelos matagais onde vegetam o tojo e o carrasco. Em redor do parque arborizado onde se encontram as Termas, pequenas colinas cobertas de matagais, de árvores ou de vinhedos limitam uma bacia quase circular, abrigada dos ventos e com temperatura média no Verão de 25 graus centígrados, com um microclima temperado quente, sêco e saudável.”¹⁵⁰

A amenidade do clima, a pureza do ar, a diversidade dos aspetos, quebrando a melancolia e o sossego do sítio, fazem do local uma verdadeira estância de repouso e de cura com todas as características de um autêntico sanatório.

Os antecedentes apontados para a utilização das águas minerais dos Cucos são remetidos para um passado histórico bastante longínquo, tendo em conta que um dos proprietários, José António Neiva Vieira, no relato da *História das Termas dos Cucos* nos remete para uma utilização pelos romanos. Os Romanos teriam povoado a área da Quinta da Macheia, na qual se integram os Cucos, tendo sido encontrados vestígios de uma antiga povoação romana, nomeadamente um cipo retangular com 1,25 m de altura, sobre o qual se encontraram tijolos de fabrico romano e ossos humanos, aquando da plantação de uma vinha. No mesmo vale foram encontradas outras lápides funerárias, que indicam estarmos perante um antigo cemitério romano.¹⁵¹ Uma outra fonte que nos remete para a presença

¹⁵⁰ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*, Separata de *O Médico* n.º 676, Tipografia Sequeira, Porto, p.3.

¹⁵¹ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*, Separata de *O Médico*, nº 676, Tipografia Sequeira, Porto, p.7.

dos Romanos neste espaço foi notícia na imprensa, num artigo do jornal *O Século*¹⁵² que aponta para uma utilização remota das águas minerais, desde a época da ocupação romana, destacando os vestígios encontrados durante as obras para a construção das instalações da época.

No concelho de Torres Vedras existem várias águas termais e minerais, destacando-se entre todas, pela sua localização e importância terapêutica, as Termas dos Cucos, situadas a dois quilómetros a Sueste da cidade no vale do Sizandro desse nome e onde a natureza dispôs uma atraente bacia abrigada dos ventos, em que a vista se circunda de verdejantes montes.

A primeira referência escrita sobre estas águas surge nas «Memórias Paroquiais», segundo um dos proprietários Neiva Vieira, na parte respeitante à freguesia de S. Pedro¹⁵⁶, datada de 1758, onde podemos encontrar a seguinte notícia:

“Na distância de uma milha ao nascente desta vila na margem do mesmo rio Sizandro estão vários olhos de água, uns contíguos, outros distantes mas todos produzidos de uma veia subterrânea que corre transversalmente por baixo do mesmo rio, como se colhe dos vestígios nitrosos que à superfície da terra estão patentes. Tem esta água bastante calor o qual se conserva por muitas horas fora do seu nascimento. Os minerais que nela se alcançam são muito nitro e não pouco enxofre e também se presume passará por minerais de ferro, porém ao certo se não sabe com evidência. Esteve esta água sempre incógnita até que um grande cirurgião do partido da comarca desta vila por a observar no ano de 1746, a poz em caso de medicina, chamado o dito cirurgião Máximo Moniz de Carvalho e tem alcançado esta água notáveis efeitos em desterrar sarnas, lepras, caquechias, inchações e de curar chagas sórdidas, gotas artéricas, convulsões, paralisias e obstruções de olhos, servindo algumas vezes de remédio paliativo às chagas cancerosas e poderá servir de remédio para outras muitas queixas.”

¹⁵² *O Seculo*, de 27 de julho de 1929 (Imprensa Periódica local - notícia sobre as Termas dos Cucos), p.7.

¹⁵⁶ VIEIRA, Neiva (1947), *As Termas dos Cucos e as suas indicações terapêuticas*. Separata da *Revista Clínica, Higiene e Hidrologia*. Tipografia H. Torres – R. de S. Bento, 279-1º, Lisboa, p. 6 – Segundo esta fonte a primeira referência escrita conhecida sobre a utilização destas águas encontra-se nas “Memórias Paroquiais” que contem as informações que o Marquês de Pombal solicitou aos párocos das freguesias sobre as fontes existentes e qual a sua relevância. Sendo feita nesta obra a transcrição da parte respeitante à Freguesia de S. Pedro de Torres Vedras. **Ver**

Segundo este testemunho vêm-se duas coisas importantes: que as águas estiveram desconhecidas até aquela data e que postas em uso, produziram imediatamente maravilhosos efeitos. Também podemos encontrar nesta referência as doenças para as quais a água tinha bons resultados, tendo sido inclusive o cirurgião Moniz de Carvalho o primeiro, entre os médicos, que prescreveu estas águas e lamas medicinais. Contudo, a sua utilização é apontada como sendo mais antiga.

Esta é uma fase primitiva da utilização terapêutica das águas e das lamas cujas condições são descritas pelo Dr. Francisco Tavares, em 1810, ao inventariar as águas minerais do país. O autor descreve os banhos realizados no Vale dos Cucos, como sendo feitos em tinas de madeira, defendidas por marachões.¹⁵⁷

Foram os resultados surpreendentes obtidos pelos doentes que vinham buscar alívios a estas águas que levaram o médico desta terra, o Dr. João Victorino Pereira da Costa a tornar-se, um século mais tarde, um fervoroso defensor destas águas. Por essa época (1850) tomavam-se os banhos em barracas de madeira, tendo sido feitas algumas obras como a construção de uma muralha no rio e um grupo de nove habitações para os banhistas, sistema que prevaleceu até à fundação do atual estabelecimento termal em 1892. Foi uma obra importante que se ficou a dever à iniciativa do seu proprietário, José Gonçalves Dias Neiva, do qual foi diretor clínico, desde o seu início, o médico Dr. Justino Xavier da Silva Freire, que lhe dedicou grande atenção e empenho.¹⁵⁸

De notar que o estabelecimento termal abriu provisoriamente as suas portas ao público a 11 de Julho de 1892 tendo sido inaugurado oficialmente apenas a 15 de Maio de 1893.

5.2 – Termas dos Cucos – construção e funcionamento.

5.2.1 - As exigências das elites locais e o projeto inicial

a) A crescente utilização e a falta de condições

A primeira manifestação de iniciativa privada no desenvolvimento da exploração das águas termais na Região Oeste refere-se ao proprietário da Quinta da Macheia, Miguel Lourenço Peres, em finais do século XVIII. Foi o primeiro a procurar realizar alguns

¹⁵⁷ FREIRE, António Jorge (1892), *Guia das Aguas Minero – Medicinaes dos Cucos próximo de Torres Vedras*, Typ. Da Companhia Nacional Editora, Lisboa, p.69.

¹⁵⁸ FREIRE, António Jorge (1892), *Guia das Aguas Minero – Medicinaes dos Cucos próximo de Torres Vedras*, Typ. Da Companhia Nacional Editora, Lisboa, p.73-74.

melhoramentos na captação das águas do Vale dos Cucos e nas respetivas instalações de apoio.

Miguel Lourenço Peres, que tinha herdado o Sítio dos Cucos do Dr. António de Matos Pereira, em 1728, influenciado por vários notáveis de Torres Vedras que já então reconheciam as virtudes terapêuticas das águas dos Cucos, reconheceu a necessidade de melhorar as instalações tão rudimentares. Foram construídos três barracas de madeira (a primeira, com dois banhos, a segunda com cinco e a terceira com um), uma bomba para “choques parciais” e um depósito que alimentava a bomba. Estavam a nível inferior ao do leito do Rio Sizandro, levando cerca de cinco horas a encher, devido ao pequeno débito das nascentes. Eram despejadas à mão e o acesso aos banhos fazia-se por degraus feitos na terra. Apesar de um marachão (dique), estas instalações também não resistiam às cheias do Rio Sizandro nos Invernos mais rigorosos. O seu herdeiro, José Lourenço Peres, fez construir algumas casas de habitação térreas a uma certa distância dos banhos para alojamento dos doentes, que no entanto eram inabitáveis no Inverno e, destruídas quase todos os anos pelas cheias. No final do século XVIII, os Banhos dos Cucos contavam então com modestas barracas de madeira, junto ao rio, ligadas por um estreito caminho às casas de habitação¹⁵⁹.

Em 1851, João Gonçalves Dias Neiva, mercador da classe de lã e de seda na cidade de Lisboa, tenente-coronel da Guarda Nacional, compra entre outras propriedades a Quinta da Macheia em que estava incluído os terrenos do Vale dos Cucos.¹⁶⁰ Foi este proprietário que melhorou as instalações balneares dos Cucos, ou seja, mandou construir uma muralha para segurar as águas do Rio e nove pequenas casas para habitação, comunicando entre si e com cavaliças ao fundo.¹⁶¹ Trata-se das “casinhas dos Cucos”, casas estas que ainda hoje mantêm esta designação.

Foi o facto de estas águas atraírem muitos doentes, apesar das fracas condições das instalações, que levou o proprietário, José Gonçalves Dias Neiva, a fazer uma Estância Termal de acordo com todas as exigências da época.¹⁶² Esta afluência de doentes em busca de alívio para as suas maleitas é também descrita num artigo, sobre as “Thermas

¹⁵⁹ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*. Separata de *O Médico*, nº676, Tipografia Sequeira, Porto, p.11-12.

¹⁶⁰ *Termas e Turismo*, Edição da Câmara Municipal de Torres Vedras, 1970, Torres Vedras, p.2.

¹⁶¹ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*. Separata de *O Médico*, nº676, Tipografia Sequeira, Porto, p.17.

¹⁶² VIEIRA, Neiva (1947), *As Termas dos Cucos e as suas indicações terapêuticas*. Separata da *Revista Clínica, Higiene e Hidrologia*. Lisboa, Tipografia H. Torres – R. de S. Bento, 279-1º, p. 8.

dos Cucos” do *Jornal de Torres Vedras*, em 1885, como uma caravana de doentes que todos os anos se dirigiam a esta região para encontrar alívio para os seus sofrimentos. Neste sentido a afluência em busca dos resultados maravilhosos, nomeadamente no tratamento das diversas formas de reumatismo não era maior devido às fracas condições existentes.¹⁶³

Devido ao elevado número de banhos (cerca de mil por ano) a Companhia da Diligencia passa a efetuar, a partir do ano 1860, o transporte de pessoas em carruagens entre a vila de Torres Vedras e a estância termal e entre Torres Vedras e Alhandra.¹⁶⁴

b) As pressões públicas na imprensa

São várias as referências ao valor e benefícios das águas dos Cucos desde o século XVIII, algumas já mencionadas no presente trabalho. Em 1810, Francisco Tavares, docente de Medicina na Universidade de Coimbra, médico da Rainha D. Maria e Físico-Mor do Reino refere-as no seu, tratado de medicina.¹⁶⁵

O Visconde de Balsemão, em 1813, apresenta à Academia Real das Ciências de Lisboa uma memória, em que faz a primeira análise completa das águas medicinais dos Cucos. Esta memória foi apresentada na sessão da Academia a 24 de junho pelo Vice-Secretário Sebastião Francisco de Mendo Trigo, que a considerou importante para a comunidade científica, destacando algumas curas prodigiosas que a tornavam célebres.¹⁶⁶ Em 1835, Manuel Agostinho Madeira Torres, prior da Igreja de Santa Maria do Castelo, tece grandes elogios à água termal dos Cucos na sua obra *Descrição Histórica e Económica da Vila e Termo de Torres Vedras*, no capítulo intitulado “Da enumeração d’alguns objectos singulares, e vantajosos da Villa, e Termo de Torres Vedras”,¹⁶⁷ evidenciando também a necessidade de melhorar as condições dos banhos, destacando que seria muito importante para a própria região em termos de desenvolvimento económico e também ao nível da saúde pública, referindo o caso da Vila das Caldas da Rainha. Aliás, o desenvolvimento das Caldas da Rainha, cidade termal, veio consolidar

¹⁶³ *Jornal De Torres Vedras, Agricola, Commercial. Noticioso – I ANNO – n.º 13, 26 de Março de 1885 (Artigo:” As Thermas dos Cucos”)*.

¹⁶⁴ MATOS, Venerando, in: <http://vedrografias2.blogspot.pt/search?q=Termas+dos+Cucos>.

¹⁶⁵ TORRES, Manuel Agostinho Madeira (1835), *Descrição Histórica e Económica da Villa e Termo de Torres Vedras, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa*, p. 286.

¹⁶⁶ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*. Separata de *O Médico*, nº676, Tipografia Sequeira, Porto, p.15.

¹⁶⁷ TORRES, Manuel Agostinho Madeira (1835), *Descrição Histórica e Economica da Vila e Termo de Torres Vedras, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa*, p. 285.

uma consciência coletiva na população de Torres Vedras de que para o desenvolvimento local seria importante captar melhor as águas medicinais e construir novas e melhores instalações balneares.

Ramalho Ortigão, em 1875, na sua obra *Banhos e Caldas e Águas Minerais*, faz um relato sobre as virtudes das águas, descrevendo a beleza da paisagem envolvente e as parcas infraestruturas balneares existentes. O autor faz também referência aos transportes onde o comboio veio sem dúvida facilitar as deslocações. Ramalho Ortigão destaca o facto de na época existir um forte interesse na valorização das estâncias termais, tornando estes centros de tratamento em centros de lazer e de diversão, através da construção de parques, hotéis e excelentes balneários.¹⁶⁸

O conselho de Saúde Pública do Reino, em 1945, solicitou informações sobre as águas minerais do concelho de Torres Vedras. A resposta dada pelo Vice-Provedor de Saúde do concelho, Dr. José Maria de Oliveira e Silva, sobre este assunto informou por escrito que os doentes que procuravam as águas dos Cucos não eram apenas do concelho de Torres Vedras, mas também dos concelhos mais próximos e até mesmo do Brasil.¹⁶⁹ Tal demonstra já um conhecimento internacional deste local termal.

O aparecimento, em 1885, do primeiro órgão de comunicação social de Torres Vedras, o *Jornal de Torres Vedras*, contribuiu para alertar a opinião pública local e principalmente os responsáveis locais, para a importância do aproveitamento convenientemente do local.

Logo a 26 de Março desse ano o citado periódico publicava um extenso artigo sobre as “Thermas dos Cucos”, chamando a atenção para os frequentes “resultados maravilhosos obtidos pelo uso d'estas águas thermaes no tratamento das diversas formas de reumatismo”, mas queixando-se o articulista de, apesar desses resultados, “aos banhos dos Cucos recorrem relativamente mui poucos doentes” em comparação com outras termas então mais famosas (Caldas da Rainha, Taipas, Vizela, Moledo, São Pedro do Sul), mas onde os doentes não encontravam os mesmos resultados que podiam obter nos Cucos. O articulista apontava como causas para essa baixa frequência das águas dos

¹⁶⁸ ORTIGÃO, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Livraria Universal, Porto, p.100-102.

¹⁶⁹ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*. Separata de *O Médico*, nº676, Tipografia Sequeira, Porto, p.18.

Cucos, em primeiro lugar no facto de alguns médicos e cientistas desvalorizarem aquelas águas e, em segundo lugar, “no desfavor da apresentação”.¹⁷⁰

Exemplo desse movimento de valorização dos Cucos são as referências, algumas já apontadas no decorrer deste trabalho, valorativas às águas dos Cucos feitas por João Vitorino Pereira da Costa, cirurgião da Câmara e do Hospital Civil de Torres Vedras, no seu trabalho “Breve notícias das Águas Termas dos Cucos”; as realizadas por C. Albino no *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*; as tecidas por João Vitorino Pereira da Costa e de Silva Lobo nas suas observações clínicas; as observações feitas pela própria Sociedade Farmacêutica Lusitana no seu jornal; as referências feitas por Francisco da Costa Félix na sua tese “Águas minero-medicinais em geral e de Portugal em particular” apresentada à Escola Médica de Lisboa; ou ainda as descrições feitas por Ramalho Ortigão na sua obra *Banho de Caldas e Águas Minerais*.

O caminho-de-ferro passa a servir Torres Vedras, tendo a primeira locomotiva chegado a esta terra a 30 de Dezembro de 1886,¹⁷¹ o que contribuiu para o aumento de pessoas que procuravam a cura nas águas dos Cucos. Este aumento acabou também por pressionar os proprietários no sentido de melhorarem as instalações dos banhos.¹⁷²

Perante a decisão do proprietário José Gonçalves Dias Neiva, sobrinho de João Gonçalves Dias Neiva, em construir um complexo termal nos Cucos houve um grande entusiasmo por parte da população local e das demais entidades para com este projeto, até porque o concelho passava por uma época de crise devido a doenças da vinha, prejudicando a principal atividade económica da região, o que também terá motivado a decisão do proprietário¹⁷³. Exemplo desse entusiasmo, é o facto de terem dado o nome do proprietário a uma rua e ter sido recomendado como cidadão benemérito e digno de munificência régia. No dia da inauguração receberam-no à entrada da vila com archotes acesos, tendo sido preparado para o efeito um arraial de cariz popular com as presenças das filarmónicas Torriense e da Ermegeira, ambas do concelho.¹⁷⁴

¹⁷⁰ *Jornal De Torres Vedras, Agrícola, Commercial. Noticioso*, I ANNO – n.º 13, 26 de Março de 1885: Artigo: “As Thermas dos Cucos”.

¹⁷¹ TURES VETERAS III – Actas de História Contemporânea (2000), Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector da cultura, Torres Vedras, p.109.

¹⁷² MATOS, Venerando Aspra de (2007), *O Caminho de Ferro em Torres Vedras impacto da sua chegada*, Edições Colibri /Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa, p.69.

¹⁷³ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*. Separata de *O Médico*, n.º 676, Livraria Sequeira, Porto, p.23.

¹⁷⁴ PEREIRA, José Paulino (2008), *Bisturi do Tempo*, Setúbal, p.24.

c) O projeto inicial – uma revolução urbana

Terá sido então José Gonçalves Dias Neiva, sobrinho de João Gonçalves Dias Neiva, que mandou construir as atuais instalações balneares. As obras começaram a 26 de novembro de 1890. O estabelecimento termal foi aberto provisoriamente a 11 de julho de 1892, tendo a sua inauguração oficial acontecido a 15 de maio de 1893.¹⁷⁵ Esta abertura será noticiada no *Jornal Da Barca, Semanário Litterario, Commercial e Noticioso*, no Domingo, 7 de Agosto de 1892, anunciando que o Estabelecimento Balnear Dos Cucos, iria abrir provisoriamente no dia 11 de Julho e encerraria a 31 de Outubro. Refere ainda para que tipo de doenças se recomenda e qual a composição química das águas, destacando a existência de aparelhos modernos ao nível da hidroterapia. Menciona também que serão dadas consultas em Lisboa sobre o uso destas águas.

Uma outra referência surge no *Jornal A Reforma*, no sábado, 22 de outubro de 1892. O redator principal, L.G. Reis Torgal, assina o artigo intitulado “Aguas Chloretadas Sodicas dos Cucos – Torres Vedras”. Segundo este artigo, as águas dos Cucos seriam as mais ricamente mineralizadas de Portugal, indicado para que tipo de doenças se destinava as águas e as lamas destas Termas. Também outro periódico da região, a *Gazeta de Torres Vedras, Agricola. Commercial. Juridica e Noticiosa*, de quinta-feira, 10 de maio de 1894, faz referência às Termas dos Cucos, referindo que a sua abertura seria no dia 15 de maio e o fecho a 31 de outubro. Informa também os leitores de que este estabelecimento estava sob a direção médica do Dr. Justino Xavier da Silva Freire. Um elemento constante a estes três artigos reside, para além das indicações terapêuticas, na menção que é feita sobre a disponibilização das águas em garrafas ou garrafões que eram vendidos a grosso num armazém em Lisboa, situado na rua dos Fanqueiros nº 282 ou 245 e ainda em diversas farmácias do país.

É importante salientar que foi necessário desviar o curso do rio, no início das obras de captação para o atual percurso, afastando-o das nascentes exploradas e deixando espaço livre para a urbanização do local.¹⁷⁶

¹⁷⁵ MATOS, Venerando Aspra de (2007), *O Caminho de Ferro em Torres Vedras impacto da sua chegada*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa, p.70.

¹⁷⁶ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*. Separata de *O Médico*, nº676, Tipografia Sequeira, Porto, p.24.

Tendo sido um êxito a construção do edifício termal, o proprietário idealizou então a construção de uma Vila Termas que teria o nome de “Villa Neiva dos Cucos”.¹⁷⁷ O plano da Vila Neiva dos Cucos foi traçado por António Jorge Freire, compreendendo mais de 40 moradias iguais aos atuais dois chalés; albergaria com casas mais modestas; um hotel com 300 quartos; hospital termal; capela; mercado; casino; a Avenida de Torres que vinha da praça do mercado e cruzaria com a atual avenida das Termas, atravessaria o Rio Sizandro e, depois de ladear o Casal do Cabrito, dirigir-se-ia para a estação do caminho-de-ferro; no alto da Serra da Macheia, instalar-se-ia um solário para crianças e no Morro dos Cucos um pequeno chalé para repouso dos doentes. Todo este projeto que compunha a designada Villa Neiva dos Cucos, foi aprovado por Alvará que data de 25 de outubro de 1893.¹⁷⁸

A Serra foi intensamente arborizada, tendo vindo do Buçaco 2400 árvores para esse efeito. Ainda atualmente o espaço formado pela extensa alameda e o largo fronteiro ao estabelecimento termal mantém toda a florestação original, conferindo um aspeto bastante interessante a este microcosmo termal.¹⁷⁹

O comboio na vila de Torres Vedras veio a favorecer o desenvolvimento das termas, chegando a sua fama a todo o País, Brasil e África.¹⁸⁰

O plano das Termas dos Cucos é o único que traça de raiz o conjunto de equipamentos essenciais ao funcionamento de uma estância termal e, como tal, possui um valor analítico ímpar, embora nunca tenha sido concretizado na sua totalidade, perdendo o efeito urbano que projetava.¹⁸¹

5.2.2 - Da ideia de base à implementação real

Deste projeto inicial da Vila Termal apenas foi construído o balneário, a praça dos Cucos e a Avenida das Termas, o Casino, em 1896. Das quarenta moradias inicialmente previstas apenas foram construídas duas, D. Feliciano, em 1895, e a D. Maria em 1986.

¹⁷⁷ MATOS, Venerando Aspra de (2007), *O Caminho de Ferro em Torres Vedras impacto da sua chegada*, Lisboa, Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa, p.70.

¹⁷⁸ FREIRE, António Jorge (1894), *Relatorio Epoca Balnear de 1893*, Typ. Costa Braga & C^a SUCC, Lisboa, p.86-91.

¹⁷⁹ MANGORRINHA, Jorge (2000), *O Lugar das Termas - Património e Desenvolvimento Regional. As Estâncias da Região do Oeste*, Livros Horizonte, Lisboa, p.175.

¹⁸⁰ PEREIRA, José Paulino (2008), *Bisturi do Tempo*. Setúbal, p.24.

¹⁸¹ MANGORRINHA, Jorge (2000), *O Lugar das Termas - Património e Desenvolvimento Regional. As Estâncias da Região do Oeste*, Livros Horizonte, Lisboa, p.115.

Apesar do projeto não ter sido concretizado a obra feita foi muito importante para a região e para o país, o que de certa forma pode ser ilustrado pelas visitas de importantes personalidade que recebeu. Foi visitado pelo rei D. Carlos, em 1902, tendo, nessa ocasião, José Dias Neiva sido agraciado com o título de Conde da Machêa. Também Egas Moniz frequentou as Termas em 1902 e em 1920 foram visitadas por António José de Almeida.¹⁸²

No ano de 1892 as instalações encontravam-se em funcionamento experimental estando já edificadas as três salas situadas a 3,4 metros abaixo do nível do solo: duas para banhos de lama, tendo uma quatro piscinas e outras três, ambas com as competentes tinas de lavagem; e a terceira com duas divisões, das quais uma teria cinco tinas e outras quatro, destinada aos banhos de terceira classe. Neste pavimento, e num plano superior, estariam instaladas ainda duas tinas, salas de inalações, maquinismo e a casa de engarrafamento das águas minerais. Nas estâncias termais é usual a existência de um salão de espera e de uma copa com duas torneiras para água fria ou quente, desempenhando a sua função terapêutica através do fornecimento de água para beber, mas também constituindo lugares de convívio e peças interessantes do ponto de vista formal e artístico. No caso do estabelecimento termal dos Cucos, este possui uma fonte interior, na área central do edifício, a copa, e com as mesmas funções propícias à convivialidade dos aquistas. Possui igualmente uma fonte exterior, que se encontra no centro de uma casa antecedida de um corredor alpendrado com tripla colunata em cada um dos lados, a Buvette.

O balneário é uma obra tecnicamente modelar e de uma arquitetura sóbria com fachada neoclássica. Aí se aplicavam as águas medicinais em banhos de imersão, duches de todos os tipos, irrigações, inalações e pulverizações e as lamas em banhos gerais e aplicações locais. A copa, esculpida por Moreira Rato, e os tetos trabalhados e no salão nobre três grandes medalhões em mármore de Carrara do mesmo escultor perpetuam a memória do proprietário Dias Neiva, do Engenheiro, Jorge Freire e do Diretor Clínico Silva Freire.

O balneário é o equipamento fundamental das estâncias termais, porque é nele que se encontra todo o serviço clínico necessário à aplicação das técnicas terapêuticas. Em termos urbanos, o balneário é o elemento inicial da estrutura edificada. É deste ponto que

¹⁸² MATOS, Venerando Aspra de (2007), *O Caminho de Ferro em Torres Vedras impacto da sua chegada*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa, p.71.

irradiam as ruas, as casas, os espaços intersticiais, numa teia que se constrói e se dispõe em função desta origem.

O “Estabelecimento Balnear e Hydroterapico dos Cucos” foi projetado em três pisos. No piso térreo, foram instalados serviços de balneoterapia de duches e banhos, para além de gabinetes administrativos e de receção. O piso das piscinas, a uma cota inferior do pavimento térreo, foi destinado aos diferentes serviços, designadamente de balneoterapia por via das águas e das lamas, de salas para inalações e gargarejos, para além de instalações técnicas anexas. O seu desenho apresenta uma planta quase simétrica, pontuada por um corpo central mais elevado, cujo último piso foi destinado à habitação do proprietário.¹⁸³

As obras para a construção do Casino começaram em outubro de 1885, tendo sido aberto provisoriamente a 15 de maio de 1896, sendo a sua inauguração um ano depois, 15 de maio de 1897. Nos Cucos, sabemos que o Casino funcionou até meados deste século como principal polo de recreação dos aquistas, onde era comum a atuação de grupos musicais, designadamente tercetos, que animavam periodicamente as noites na época balnear. A abertura do Casino veio, no entender de Justino Freire, Diretor médico, preencher uma lacuna importante ao complexo termal, oferecendo uma forma de combater a nostalgia própria dos doentes que a ela recorriam. Segundo o autor, em todas as estâncias balneares é reconhecida pela necessidade de diversões e sua influência terapêutica na sua ação moral. “A convivência em comum nos salões, na conversação sob o arvoredado e nos jogos ao ar livre, atenuam as saudades da terra natal e do lar e minoram a longa duração d’aquelas horas sem fim, que nos esmagam e tornam aborrecida a temporada de banhos onde taes diversões não existem.”¹⁸⁴ Dentro deste contexto da criação de estruturas de lazer também teve lugar. Perto do Casino, foi construído um ringue de patinagem que constituía também um saudável motivo de recreação para quem dominava esta modalidade tão em voga. Infelizmente este ringue já não existe.

As despesas tinham sido avultadíssimas e José Gonçalves Dias Neiva resolveu interromper as obras, fazendo uma pausa no investimento. Desta forma as duas vivendas passaram a fazer parte da oferta para alojamento.

¹⁸³ MANGORRINHA, Jorge (2000), *O Lugar das Termas - Património e Desenvolvimento Regional. As Estâncias da Região do Oeste*, Livros Horizonte, Lisboa, p.159.

¹⁸⁴ FREIRE, Justino Xavier da Silva (1897), *Termas dos Cucos Relatorio Epoque Balnear de 1895*, Typ. Da Companhia Nacional Editora, Lisboa, p.55.

Em 1929, José António Vieira herda a fortuna do tio, sendo, contudo, surpreendido por um processo judicial em que alguns familiares invocavam a falsidade do testamento, justificando a sua nulidade por motivos de doença de José Gonçalves Dias Neiva. Esta longa ação judicial impediu José António Vieira de continuar o processo de modernização dos Cucos, pois gastou uma boa parte da sua fortuna na contenda relativa à herança. Contudo, apesar das despesas judiciais, foi José António Vieira quem mandou edificar o hotel ligado ao balneário e a capela de Nossa Senhora da Saúde. Nas Termas dos Cucos, desde os primeiros tempos do funcionamento da estância, que na capela se celebraram missas frequentadas por aquistas e residentes, já que tem ligação direta com o piso superior do estabelecimento, desde sempre destinado à habitação dos proprietários. Aliás, a sua peculiar localização, de cota elevada sobre a encosta, deve corresponder à vontade do proprietário que a mandou construir.¹⁸⁵ A existência de um equipamento religioso nas estâncias termais vem associada à ideia da continuidade do culto durante o período de tratamento ou vilegiatura, e até como modo de libertação espiritual aliada à purificação física que os tratamentos permitem, particularmente os banhos quentes.

Também se deve a José António Vieira a urbanização da Buvette¹⁸⁶ e a remodelação das cabines dos banhos de lama, inicialmente construídos em madeira e agora totalmente estruturadas em pedra mármore.¹⁸⁷ Segundo uma entrevista feita ao Dr. Dias Sarreira, diretor clínico das termas, publicada no Jornal a *Gazeta de Torres*, de 5 de maio de 1929, de modo a dar resposta ao aumento da afluência, estava projetado, nesta época, a construção de mais quatro cabines para a aplicação de lamas. É também curioso o facto de o mesmo destacar na entrevista, que terá sido incumbido pelo proprietário, José António Vieira, de visitar as mais célebres Termas da Europa, de forma a melhor equipar e organizar as Termas do Vale dos Cucos. Tendo em conta as visitas realizadas afirmou que no caso das Termas dos Cucos em termos de estância de cura, não estava muito desenquadrada das restantes. Contudo, o que parecia estar em falta dizia respeito à qualificação da mesma como estância de repouso, de modo a poder atrair não só os que vêm à procura de alívio para as suas doenças, mas também aqueles que precisavam de

¹⁸⁵ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*. Separata de *O Médico*, nº 676, Tipografia Sequeira, Porto, p.35.

¹⁸⁶ Placa Comemorativa que existe no interior da Buvette, em que José António Vieira é referenciado por ter promovido a captação desta fonte termal, realizada em 1929, sob a orientação técnica do Engenheiro C. Freire de Andrade.

¹⁸⁷ Placa comemorativa que existe no interior do balneário – Designando que estas obras foram da autoria de José António Vieira, a 1 de Junho de 1938, sob a orientação do diretor clínico Boaventura Dias Sarreira.

repouso longe das grandes cidades. Um outro jornal, o *Diário da Manhã*, de 19 de dezembro de 1932, num artigo intitulado “As Termas dos Cucos”, informa que em 1926 o Dr. Sarreira assumiu a direção clínica deste estabelecimento balnear, tendo dotado o balneário com 4 cabines de luxo, comparáveis às existentes no estrangeiro. É noticiada também a construção da Buvette sob a orientação do engenheiro Freire de Andrade. Este mesmo artigo informa que o estabelecimento termal iria, nesse mesmo ano, embelezar-se com novos móveis, tapetes, reposteiros de modo a proporcionar um maior conforto aos seus cerca de 300 doentes. É também referido que o Hotel iria sofrer alterações, nomeadamente no parque com a construção e instalação de um campo de jogos, o que de certa forma iria de encontro com à necessidade, evidenciada pelo Dr. Dias Sarreira na entrevista referida anteriormente, isto é, que se devia apostar mais em infraestruturas de lazer, diversificando as ofertas desta estância.

Um outro artigo que evidencia a importância desta Termas é um artigo do jornal *A Hora, Jornal Ilustrado Português Republicano Independente*, n.º 43, de Lisboa, em janeiro de 1937, intitulado “O Turismo em Tôres Vedras”. Neste artigo, as Termas dos Cucos surgem com a designação de a Royat Portuguesa, sendo Royat uma importante estância termal em França. O mesmo artigo menciona que as Termas do Vale dos Cucos seriam as únicas no país que tinham como tratamento terapêutica as lamas naturais.

Todavia, após a construção desta estância termal, e como esta se situa a dois quilómetros de Torres Vedras, a maioria dos seus frequentadores ficavam nos hotéis da Vila, que eram “regulares”, segundo a terminologia da época. Ao contrário das Caldas da Rainha, Torres Vedras, como centro essencialmente agrícola, não possuía, nesta altura, os mesmos recursos para as necessidades de hospedagem, exigidas pelo seu importante comércio de vinhos e pelos banhistas que concorriam aos Cucos.

Para tornar rentável o espaço ao longo de todo o ano, tendo em conta que as Termas apenas estavam abertas quatro meses que coincidiam com as férias escolares grandes, entrou em funcionamento nas instalações termais um colégio, em 1932, sob a direção do advogado Gonçalves Dias e do pedagogo Nascimento Gonçalves, este apenas se manteve aberto durante um ano.¹⁸⁸

¹⁸⁸ PEREIRA, José Paulino (2008), *Bisturi do Tempo*, Setúbal, p.25.

5.3 – Os diferentes projetos de recuperação

A 7 de agosto de 1962, após a morte do então proprietário, sucedeu-lhe o Dr. José António Neiva Vieira na gestão e direção clínica. Por esta altura os doentes afastavam-se das Termas dos Cucos devido à prescrição de corticosteroides que atenuavam as dores da artrite reumatoide.

O Dr. José António Neiva Vieira foi um dos mais conhecidos hidrologistas portugueses, mas também ele não conseguiu avançar com um projeto de remodelação para as Termas, falecendo em 1987.¹⁸⁹

Em 1996 foi efetuado um novo furo de captação de águas termais, comprovativo de que as características hidromedicinais das águas se mantinham. Projetava-se a construção de um novo balneário, destinando-se as instalações existentes para outros fins: “... já sabemos que temos água suficiente e de qualidade para expandir o negócio”, dizia Hélder Pinto Santos, administrador da sociedade formada pelos herdeiros da família Neiva ao repórter do *Jornal de Notícias*, em 1 de agosto de 1999, justificando a razão por que não abririam as termas nesse ano. De facto, não voltaram a abrir até ao presente.

Tendo em conta as várias fontes consultadas sobre a construção das Termas dos Cucos e dos vários intervenientes nesse processo, apresenta-se neste trabalho um quadro que visa sobretudo dar uma visão de síntese sobre os vários proprietários que a propriedade foi tendo e a sua dedicação na melhoria das instalações para os banhos de águas minerais. Ao longo deste período, existem efetivamente duas constantes que residem, primeiro, na contínua procura destes tratamentos, tendo em conta os seus efeitos terapêuticos e, em segundo, como podemos constatar no quadro seguinte, a existência de uma contínua preocupação em melhorar as condições ao nível das infraestruturas desses tratamentos, tentando dar resposta com qualidade à crescente procura. Um outro elemento que acabou por condicionar as obras realizadas foram sem dúvida alguns os processos judiciais com que se foram debatendo alguns proprietários, cujos custos acabaram por se refletir numa redução dos meios financeiros disponíveis, o impossibilitou a realização de mais obras.

¹⁸⁹ PEREIRA, José Paulino (2008), *Bisturi do Tempo*, Setúbal, p. 26.

Quadro síntese dos proprietários e respetivas obras realizadas no Sítio dos Cucos

| Nome do Proprietário | Obras realizadas | Observações |
|---|---|---|
| Dr. António Matos | _____ | Primeiro proprietário que é referenciado nas fontes consultadas. |
| Miguel Lourenço Peres (1728) | Construção de 3 barracas de madeira. Mandou contruir um marrachão (dique), para proteger as instalações então existentes. | Todos os anos as barracas eram destruídas pelas cheias do rio Sizandro. Mandou fazer um mapa detalhado da área onde se identificam as nascentes. |
| José Lourenço Peres | Construção de casas de habitação térreas. | Estas casas eram inabitáveis durante o Inverno, sendo também afetadas pelas cheias do rio. |
| João Gonçalves Dias Neiva (1851) | Mandou construir uma muralha para segurar as águas do rio e 9 pequenas casas para habitação com cavalariças – Casinhas dos Cucos | Comprou a propriedade da Quinta da Macheia que incluía também o Sítio dos Cucos, em hasta pública. |
| José Gonçalves Dias Neiva (1890) | Mandou construir o complexo Termas: o balneário (1892), dois <i>challets</i> (1895) e o Casino (1896). | Para além das construções idealizou e mandou fazer um projeto de uma <i>Villa</i> Termal. Processo judicial – com o autor do projeto da <i>Villa</i> Termal. |
| José António Vieira (1929) | Edificação do Hotel ligado ao balneário, da Capela de Nossa Senhora da Saúde. Urbanização da Buvette e remodelação das cabines dos banhos no balneário. | Instalou um Colégio a funcionar nas instalações das Termas – o que acabou por ser um fracasso. 1932 – Processo judicial – alguns familiares contestaram a sua herança. |

| Nome do Proprietário | Obras realizadas | Observações |
|--|--|---|
| Dr. José António Neiva Vieira (1962 - 1987) | | Um dos mais brilhantes hidrologistas do nosso país e um dos pioneiros dos estudos da Reumatologia em Portugal |
| Sociedade Termal do Vale dos Cucos (-1996) | Realizou-se um novo furo de captação de águas termais. | Projetava-se a construção de um novo balneário. Acabou por encerrar em 1996 |

Quadro 1 Síntese dos proprietários e respetivas obras realizadas no Sítio dos Cucos

Em Maio de 2007 foi apresentado o projeto de reestruturação das Termas pela empresa *Acqualibrium* que tinha como objetivo a internacionalização da estância, combinando-a com um novo conceito de SPA termal. O projeto Termas Vale dos Cucos surgiu como um desafio arrojado que pretendia garantir toda a herança histórica, patrimonial e cultural dos espaços já existentes, conjugado com novos espaços e um maior âmbito de serviços que permitiria a criação de um novo conceito e de um novo envolvimento entre os princípios das termas e de SPA em Portugal. Um dos principais elementos a alterar seria sem dúvida a criação de infraestruturas necessárias para quebrar o estigma da sazonalidade, optando também por explorar o binómio Terapêutico/Lazer.

As Termas do Vale dos Cucos seriam otimizadas e acrescidas de novas dinâmicas no sector do turismo de saúde, tentando dar resposta a uma procura não apenas a nível nacional, mas também a nível internacional. O complexo foi pensado de forma a concretizar-se uma zona ambiental privilegiada, integrando um vasto conjunto de infraestruturas das quais se destacam como aspetos muito importantes um Centro de Investigação, um Espaço Cultural, um hotel de cinco estrelas, uma Unidade de Hidroterapia, áreas de restauração, diversas áreas de Lazer, um *Conference & Business Center*, um SPA / *Healthcenter*, um Museu Termal, um Centro Termal e um hotel de três estrelas. Todo o projeto apresentava-se como contendo mais-valias significativas, particularmente a nível financeiro, uma vez que, se tratava de uma iniciativa com elevado potencial de criação de valor, significando uma inovação, pois não existiam na época, projetos semelhantes em Portugal. O projeto teria um valor total de investimento na ordem dos 38 milhões de euros.

5.4 – Classificações atribuídas / proposta de inventário.

O património cultural, vê a projeção dos bens imóveis e dos móveis assentar nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 107/01 de 8 de setembro. Esta classificação visa sobretudo os bens culturais que constituam uma perda importante para a identidade e património cultural pelo seu valor histórico e cultural. A classificação dos bens imóveis tem várias condicionantes, podendo ser classificados como monumento, conjunto ou sítio. Podem em termos de interesse dividir-se nas seguintes categorias: Interesse Nacional (forma de decreto do Governo); Interesse Público (forma de portaria); Interesse Municipal (legislação aplicável c.f. artigo 28.º da lei n.º 107/01 de 8 de setembro).¹⁹⁰

Todos os imóveis classificados têm sempre uma zona de proteção, podendo até em alguns casos ter uma zona especial de proteção. Estas zonas de proteção dos imóveis classificados são certidões administrativas que se traduz na impossibilidade de serem dadas autorizações para construções ou outras obras que permitam a alteração da topografia, que possam alterar as características gerais do imóvel. Para que seja possível ocorrer uma obra será necessário obter o parecer favorável da administração do património cultural.¹⁹¹

A Estância Termal de Vale de Cucos, situada no concelho de Torres Vedras, sobre a qual já existem dois registos no SIPA, um do ano 1998, efetuado por Paula Simões, e outro de 2007, efetuado por Helena Rodrigues. No primeiro é inventariado o Parque das Termas dos Cucos na Categoria de Espaço Verde com o n.º PT031113150039, enquanto no segundo são inventariadas as Termas dos Cucos enquanto Arquitetura de Saúde Oitocentista, com o n.º PT031113150070.

Foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 106, de 3 de junho de 2013 (em anexo) a classificação da Estância Termal do Vale dos Cucos como Monumento de Interesse Público (MIP) da Estância Termal de Vale de Cucos, freguesia de S. Pedro e

¹⁹⁰ MARQUES, Helena da Silva (2004), «Património imóvel. As novas competências dos órgãos municipais», *Património estudos, Salvaguarda do Património*, n.º 6, Instituto Português do Património Arquitetónico, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p.57.

¹⁹¹ MARQUES, Helena da Silva (2004), «Património imóvel. As novas competências dos órgãos municipais», *Património estudos, Salvaguarda do Património*, n.º 6, Instituto Português do Património Arquitetónico, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p.59-60.

Santiago, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, e a fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP), sendo o seu número de registo IPA.00025191.

No âmbito do Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura foi elaborada em parceria com um colega uma proposta de registo de inventário (em anexo). Segundo essa proposta, trata-se de uma estância termal de elevado valor patrimonial não só para as gentes do concelho de Torres Vedras, como para o panorama do termalismo português. Se aliarmos a componente do turismo de saúde estão apresentadas razões mais do que suficientes para que aquele conjunto mereça a atenção por parte dos visitantes.

6- As Termas do Vale dos Cucos enquanto património – observação empírica

6.1 – O estado atual das Termas dos Cucos



Figura 1 – Termas do Vale dos Cucos

Ana Fernandes 29/03/16

Atualmente a Estância Termal do Vale dos Cucos, uma obra tecnicamente modelar e de uma arquitetura sóbria com fachada neoclássica, é composta por vários edifícios, duas Villas, D. Maria Neiva e D. Feliciano, pelo balneário, pelo Hotel, pelo Casino, pela Buvette, um edifício que no seu interior tem uma fonte, pelas casinhas dos Cucos, pelos tanques das lamas e pelos tanques da

roupa, por uma garagem e por algumas casas de arrumos. Pretende-se nesta fase do trabalho descrever de forma sucinta, recorrendo à observação e à recolha da informação no local, o estado de conservação dos espaços anteriormente referidos que compõem a estância termal.

A Villa D. Feliciano, construída em 1895, cujo nome é uma homenagem à esposa do proprietário João Gonçalves Dias Neiva, foi inicialmente convertida em instalações de apoio ao acolhimento dos utentes da estância balnear, colmatando desta forma a falta de capacidade do Hotel. Acabou por ter várias funções. Uma parte deste edifício chegou a estar arrendada a um engenheiro



Figura 2 – Villa D. Feliciano

Ana Fernandes 29/03/16

belga, passando posteriormente por servir de habitação a um dos administradores das Termas, Sr. Daniel Cruz, primo do Dr. José António Neiva Vieira, ocupação essa que se manteve até ao fecho das Termas. Uma outra zona deste Villa, também serviu para alojar alguns dos funcionários das termas. Atualmente este é um dos edifícios mais afetados

pelo tempo, pois o telhado já ruiu, pelo que todas as estruturas do seu interior se encontram expostas às intempéries e desgaste do tempo. Este edifício tem um pátio que está vedado ao público e é utilizado atualmente para o cultivo e manutenção das flores que são depois plantadas no jardim das Termas.

A segunda Villa, D. Maria, construída em 1896, encontra-se em melhor estado, pois mantém no seu interior o mobiliário e estruturas necessárias ao alojamento de hóspedes. Este edifício terá sido utilizado até ao fecho das Termas, contudo a data de construção é a mesma. Atualmente não tem qualquer utilização, existindo apenas o cuidado de se abrir as janelas esporadicamente para arejamento das instalações.



Figura 3 - Villa D. Maria

Ana Fernandes 29/03/16

Estes dois edifícios ladeiam a avenida que desemboca num jardim oval, que no seu centro tem um lago, com peixes que alguns dos visitantes costumam alimentar. Nesse local existia um chafariz que acabou por ser destruído num acidente de carro. O jardim é um encanto, com os seus canteiros cuidados e com a sua diversidade de flores. Talvez seja este o motivo para muitos procurarem este local para tirar fotografias em ocasiões de festa e outras. Toda a envolvência natural continua a ser cuidada não só pelos dois funcionários das Termas, mas é também uma preocupação do poder local que muito recentemente ajudou a cortar e a transportar as palmeiras infetadas que tinham morrido. Neste sentido, pode-se afirmar que o espaço exterior natural continua a ter a sua função de promover um espaço para passeio, para o lazer sobretudo em família, apesar de atualmente o poder local já ter investido na instalação de dois outros parques na cidade.

A

verdade é que os visitantes continuam a usufruir deste espaço, permanecendo fiéis.



Figura 4 - Buvette/ Fonte Termal

Ana Fernandes 29/03/16

No lado direito, encontramos a Fonte Termal conhecida por “Buvette”, um edifício que no seu interior tem uma fonte, construída posteriormente, em 1929. Este edifício está ladeado por dois pequenos jardins de diferentes dimensões, ambos com bancos em pedra, sendo que no jardim de maior dimensão existe uma cascata com um pequeno lago e dois bancos de pedra e

um banco oval forrado a azulejos amarelos e azuis. Cada um dos jardins tem árvores e vários canteiros criando um ambiente propício ao descanso em comunhão com a natureza. A entrada para a “Buvette” faz-se através de um portão que nos conduz a uma escada, coberta por uma estrutura, ladeada por três arcos que nos deixam ver os dois jardins. Estas escadas conduzem-nos a uma porta, em que as paredes estão cobertas de azulejos pequenos em tom de azul-escuro e de amarelo-torrado, verde com gradeamentos na parte superior da mesma.

O interior deste edifício está coberto de azulejos azuis e brancos que repetem o desenho de um grifo por onde sai a água, sendo este desenho acompanhado na parte inferior do desenho por vários vasos com plantas, até ao meio da parede. No centro existe um gradeamento em círculo que no seu interior tem uma escada em caracol que desce em direção a uma fonte de onde ainda hoje a água sai quente. Todo este círculo tem azulejos aos quadrados pequenos com dois tons diferentes, um branco sujo e outro com tom de caramelo.

Era desta fonte que era retirada a água e depois transportada para o balneário para que os doentes a pudessem beber. Esta é uma estrutura que está muito exposta à deterioração causada pelo passar do tempo e fatores ambientais, pois sempre que o caudal do rio sobe esta fonte fica submersa, sendo depois a água retirada através de uma bomba. Atualmente a água já não é retirada estando submersa a fonte de onde saía a água, não se consegue ver o fim da escada e o gradeamento da mesma está bastante deteriorado, tendo em conta a constante exposição à água. Esta sala da Buvette tem dois bancos de madeira no seu interior. Embora os azulejos permanecem intatos, o mesmo não acontece com a parede que apresenta sinais de humidade e quase já não tem tinta. Aliás podemos ver

pelos vestígios que costumava estar pintada de branco. Encontramos duas janelas laterais com um gradeamento de madeira pintadas de verde, sendo que a janela do lado direito já foi partida num ato de vandalismo, pois podemos ver os remendos que foram feitos na mesma para inviabilizar a entrada de pessoas. No centro temos também uma abertura, mas de menor dimensão com a forma de flor, que em tempos também tinha um gradeamento de madeira que agora se encontra no chão. No teto deste edifício temos um retângulo como moldura de vidros de várias cores que possibilita a entrada de luz de modo muito peculiar.

Ao lado desta estrutura encontra-se uma garagem e um pátio com três tanques que se destinavam à maturação das lamas, sendo que atualmente dois deles ainda se encontram com as lamas retiradas em 1998, último ano em que as Termas funcionaram. A garagem é utilizada para o convívio dos Amigos dos Cucos, grupo criado em 1960, composto por antigos trabalhadores das Termas e da Quinta da Machêa e pelos seus familiares. Era neste edifício que guardavam alguns carros e tratores antigos, já vendidos pelos proprietários, utilizados para a manutenção do espaço. No pátio, toda a roupa utilizada no balneário para os tratamentos era lavada em tanques e depois estendida para secar. Este espaço servia também para guardar a lenha que seria depois necessária para manter as caldeiras do balneário a trabalhar. Com acesso a este pátio existe uma casa, que é habitada por um dos trabalhadores, Sr. Ramiro Fernandes que trabalha para esta casa há mais de 64 anos.

Em frente a estes edifícios, perto do rio, existem duas mesas que o público em geral costuma utilizar para os seus piqueniques em família. Em tempos também havia baloiços, como o comprova ainda a existência das estruturas dos mesmos.

Na lateral do edifício do balneário temos o Hotel, que ainda mantém a placa da sua designação, embora tenha deixado de ser Hotel para passar a ter a classificação de Pensão, tendo em conta que ao longo dos tempos não houve nenhuma remodelação desta infraestrutura, perdendo por este motivo a classificação de Hotel. Este edifício tem dois pisos e encontra-se ligado ao balneário, pois o seu principal objetivo visava que os doentes não tivessem que apanhar frio ao sair para a rua, dirigindo-se para as suas acomodações. Atualmente o edifício encerra em si os 20 quartos, sendo que os quartos com vista para o

jardim tinham quase todos casa de banho privativa, enquanto que os quartos com vista para as traseiras do edifício tinham apenas uma lavatório e um bidé. Podemos aceder ao primeiro piso através de uma escadaria onde encontramos um longo corredor, com as portas para os quartos e com duas casas de banho. Este primeiro piso tem uma porta que comunica com a



Figura 5 - Quarto do Hotel

Ana Fernandes 11/10/15

zona central do edifício do balneário que estava reservada à habitação do proprietário. No piso inferior do Hotel, para além dos quartos, podemos encontrar uma sala de estar, a receção que ainda tem uma estrutura em madeira onde podemos encontrar as chaves dos quartos, uma casa de banho, umas escadas que faziam o acesso à entrada principal do Hotel, um corredor com o acesso aos quartos e, no fim desse mesmo corredor, temos a porta que dava acesso ao balneário. Este edifício no geral apresenta graves problemas ao nível das próprias estruturas, tendo muitas marcas de infiltrações nas paredes. Exemplo disso são as janelas em madeira que se encontram a apodrecer, assim como ao nível dos tetos com alguns problemas, incluindo derrocadas deixando à mostra estruturas de madeira. Os próprios equipamentos dos quartos, como por exemplo os lavatórios, estão partidos dada a sua idade e as condições a que estão sujeitos. O Hotel atualmente não tem qualquer utilização e tal como o chalet D. Feliciano, apenas existe o cuidado de abrir as janelas quando o tempo assim o permite.

O balneário tem quatro pisos. A entrada principal para este edifício faz-se pela escadaria central que dá acesso à sala de espera onde se fazia a receção dos doentes. A administração ocupava a parte principal do corpo central do edifício, com a receção o escritório do diretor clínico e um consultório médico. O escritório apresenta ainda o



Figura 6 – Balneário Termal

Ana Fernandes 29/03/16

mobiliário com uma secretária e um armário e cadeiras da mesma traça. O teto é trabalhado com estuque, apresentando duas cores: o branco dos relevos de elementos geométricos nos contornos do teto, servindo como moldura às ramagens que se encontram nos cantos e no centro, que contrasta com um verde suave das zonas lisas.

A sala de entrada, que tem comunicação com a zona de receção dos doentes, apresenta algum mobiliário, algumas cadeiras e uma mesa. Nesta sala existiu em tempos um relógio de madeira que tinha um cuco que soava para dar as horas. O teto desta sala é ricamente trabalhado, com o relevo de folhas e de pequenas flores contornando todo o teto, sendo o interior desta moldura revestido por uma espécie de malha, que por sua vez envolve uma forma oval. No seu centro tem como que um arranjo de várias folhas de maior dimensão. Aqui as cores presentes são o branco para os relevos e o bege nas zonas lisas. Na zona em que se fazia a receção dos doentes permanecem ainda hoje as fichas dos doentes, bem como o



Figura 7- Sala de receção

Ana Fernandes 11/10/05



Figura 8 - Gabinete de tratamentos

Ana Fernandes 11/10/15

mobiliário logístico onde se inclui um cofre de dimensão considerável.

Um corredor com portas envidraçadas comunica com a galeria central e com a escadaria. Nos corredores laterais existem onze gabinetes que, à entrada, têm um quadro de ardósia para que se pudesse escrever o nome do paciente que o estava a utilizar. Cada gabinete tem uma tina de mármore com um cadeirão de verga, azulejos, amarelos com desenhos geométricos a laranja escuro. Até ao meio da parede, podemos também observar a tubagem, envolta em cortiça, necessária para os banhos de imersão que aqui se realizavam. Podemos ainda encontrar um

gabinete para o médico, a entrada para a zona de residência do proprietário e uma divisão com grandes armários destinada a arrumos. Alguns destes gabinetes, sobretudo os do lado direito, encontram-se baldes, que eram utilizados para o transporte das lamas, com garrafões e com colchões usados para a aplicação das lamas, ou seja, alguns dos materiais utilizados estão aqui guardados. Contudo, toda esta zona direita do edifício apresenta graves problemas ao nível do teto. No fundo do corredor, junto a uma janela, este já ruiu em parte, estando uma viga de madeira a tentar evitar o seu desabamento. No gabinete do médico o estado é um pouco caótico, pois partes do teto já caíram, deixando a estrutura de madeira bem visível,



Figura 9 - Corredor do lado direito

Ana Fernandes 11/10/15

sendo que a madeira em si está podre. A janela, tendo uma estrutura em madeira, parece estar a desmontar-se e as paredes evidenciam a humidade existente nesta zona do edifício. Alguns dos gabinetes apresentam também problemas nos tetos e nas paredes. Nestes



Figura 10 - Uma das salas da zona de habitação

Ana Fernandes 11/10/05

corredores laterais os tetos são trabalhados, tendo também algumas partes caído, apresentando a moldura o desenho de pequenas flores e no centro, em formato oval, temos uma malha concisa dessas flores pequenas. As cores aqui utilizadas são o rosa e o branco do estuque, a combinar com a pintura das paredes que parece imitar o mármore. Os bancos de madeira, presentes nestes corredores laterais, destinavam-se aos doentes durante o seu tempo de espera.

A zona superior do edifício, destinada à habitação, tem uma sala e um gabinete. No lado central do edifício existem dois quartos, uma casa de jantar, uma cozinha, uma dispensa, um quarto para um doméstico e um quarto independente com

servidão própria que se destinava ao maquinista.¹⁹² Atualmente toda esta zona está sem mobiliário e apenas uma divisão mantém o material de escritório para que uma funcionária possa tratar dos assuntos administrativos da propriedade. Toda esta zona apresenta problemas pontuais, ao nível dos tetos devido às infiltrações. Os tetos estão ricamente decorados sendo que cada uma das divisões conjuga o tom das paredes com o das portadas das janelas e das portas. Desta forma, podemos encontrar divisões com tons de azul claro, de rosa, de amarela e uma outra com azul mais forte.

Do lado direito do corredor, na galeria central do balneário, existem quatro gabinetes, com banheiras para os banhos de imersão e de aplicação de lamas. As divisões têm uma porta de comunicação com uma zona de tratamentos de duches e de aplicação de lamas, a sala de Hydrotherapia. Segundo António Jorge Freire¹⁹³, diretor das obras das Termas dos Cucos, a sala de



Figura 11 - Placa existente na sala de Hydrotherapia

Ana Fernandes 11/10/15

Hydrotherapia continha os seguintes aparelhos: para banhos circulares, para banhos chuva, para banhos de coluna, para banhos de jato, para banhos crivo e para banhos de agulheta. Os aparelhos foram fornecidos pela Casa Piet & C^a de Paris, como o afirma o mesmo autor e como podemos também observar através de uma placa que persiste ainda nesta mesma sala. Mais tarde esta sala acabou por ser utilizada pelos doentes que faziam tratamentos com as lamas e que tinham dificuldades de mobilidade. Algumas destas divisões apresentam problemas ao nível do teto, aparecendo a sua estrutura em madeira, podre e com sinais evidentes de num futuro próximo poder desabar.

Nas descrições consultadas sobre o interior do balneário original existe referência aos tipos de banhos, aos tipos de comodidades e preços. A diferença residia entre os banhos de 1^a classe e os banhos de 2^a classe, tendo em conta a sua classificação teríamos

¹⁹² FREIRE, António Jorge (1892), *Guia das Aguas Minero-Medicinaes dos Cucos próximo de Torres Vedras*, Typ. Da Companhia Nacional Editora, Lisboa, p.85.

¹⁹³ FREIRE, António Jorge (1892), *Guia das Aguas Minero-Medicinaes dos Cucos próximo de Torres Vedras*, Typ. Da Companhia Nacional Editora, Lisboa, p.84.

instalações e preços diferentes, esta diferença foi-se diluindo com o tempo e os banhos passaram a ser feitos consoante as doenças e as condições de mobilidade dos utentes.

No cimo da escadaria, existe um aparador, com a copa esculpida pelo escultor Moreira Rato, sobre o qual repousa um “corpo” em mármore, tendo de cada um dos lados um golfinho, por onde em tempos saia água termal, coroado com um espelho ladeado por dois grifos. Toda a estrutura é em mármore e tem à sua volta, formando um semicírculo, um gradeamento verde. Com a construção da “Buvette” passou a estar neste o local uma funcionária que servia aos doentes a água proveniente da “Buvette”.



Figura 12 - Local onde era servida a água termal

Ana Fernandes 11/10/16

O corredor conduz-nos a uma sala ampla, o salão nobre, que funcionava como sala de espera ou de descanso. Existem bancos, como os bancos de jardim em madeira, encostados às paredes e uma mesa de madeira com o tampo oval em mármore, no centro. Era por esta sala, que se fazia a ligação ao Hotel das Termas, servindo de acesso aos hóspedes que assim podiam aceder ao balneário sem sair para o exterior, não estando exposto às intempéries. O teto desta sala é ricamente trabalhado com uma malha aos quadrados que se repete por toda a



Figura 13 - Salão Nobre

Ana Fernandes 11/10/15

sala, tendo nas paredes três grandes medalhões em mármore de Carrara, feitos pelo escultor Moreira Rato, que visam perpetuar a memória do proprietário, Dias Neiva, do engenheiro, Jorge Freire e do diretor clínico, Silva Freire. Ainda nesta sala existe uma porta de pequena dimensão, em vidro, que dá acesso a pequenas divisões que se destinavam aos funcionários para deixarem os

seus pertences e poderem trocar de roupa.

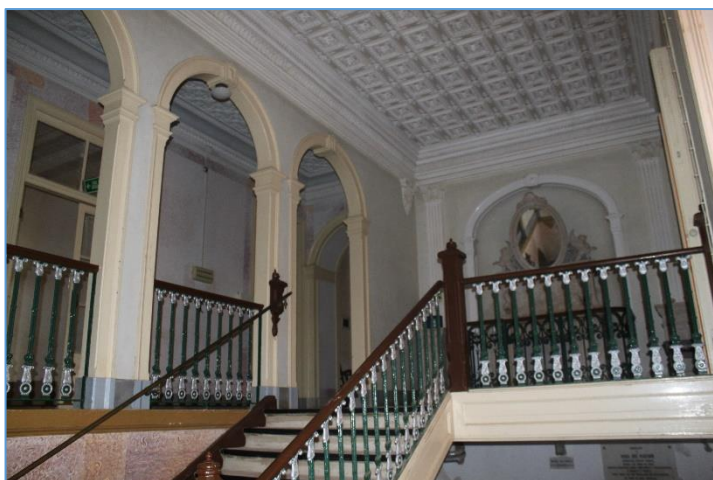


Figura 14 - Escadaria para os pisos inferiores

Ana Fernandes 11/10/15

Frente à fonte existe uma escada de madeira, que nos transporta a um dos pisos inferiores, e logo após a descida das escadas podemos encontrar a sala onde as lamas, transportadas à mão em baldes, eram esterilizadas em quatro grandes tanques de água quente. No projeto inicial, a sala para a esterilização das lamas não

existia, sendo este espaço ocupado por gabinetes de tratamentos, pois a esterilização era feita em dois tanques de pequena dimensão que se localizavam junto à sala das máquinas. O depósito das lamas seria junto à casa das máquinas e por baixo da sala de Hydrotherapia.¹⁹⁴ Esta alteração terá ocorrido pela necessidade de se esterilizar mais lamas o que, dada a dimensão dos tanques, não era possível concretizar. A sala de esterilização das lamas está forrada a azulejos brancos com desenhos em forma de flor azuis que se repetem até ao meio da parede. No resto da parede, existem locais onde a tinta persiste, sendo possível de ver que estava pintada de branco. Dentro desta sala observamos vários tubos e as grelhas que serviam para aquecer a água no interior dos tanques, sendo que esta sala já foi alvo de um assalto devido à tubagem em cobre.

Neste piso, destinado inicialmente para os banhos de segunda classe, podemos encontrar mais seis gabinetes de tratamentos, com banheira em mármore para o banho de imersão e uma cama em madeira para a aplicação das lamas. Cada gabinete está coberto de azulejos iguais aos existentes na casa das lamas. Este corredor dá acesso à zona das máquinas.

¹⁹⁴ FREIRE, António Jorge (1892), *Guia das Aguas Minero-Medicinaes dos Cucos próximo de Torres Vedras*, Typ. Da Companhia Nacional Editora, Lisboa, p.83.



Figura 15 - Antiga Sala dos Gargarejos

Ana Fernandes 11/10/15

Existe, no lado contrário ao da escadaria, uma sala ampla que era a sala dos gargarejos, que posteriormente foi utilizada como a rouparia. Nesta sala podemos ainda encontrar vestígios de algumas das estruturas usadas como sala dos gargarejos. Esta sala está forrada de azulejos amarelos-torrados e cinco janelas grandes próximos do teto, ao nível do chão no exterior, pois está num piso inferior. As janelas são de madeira e estão bastante degradadas, bem como a zona envolvente onde alguns azulejos já caíram e outros apresentam algumas fissuras. Tem estantes de madeira no lado direito da sala e algumas mesas cumpridas dispostas junto

às paredes que se encontram cobertas de colchões e de almofadas forradas com um material plástico, que permitia que fossem facilmente lavados após a sua utilização nas aplicações de lama. Saindo desta sala, podemos encontrar duas divisões pequenas que eram utilizadas, uma para os pertences dos funcionários, que possui uma porta que outrora terá feito comunicação com a sala dos gargarejos, outra com prateleiras que servia para arrumações.

Neste corredor, podemos encontrar duas estruturas que serviam de estufa para aquecer a roupa de banho. Existem neste piso duas lápides, uma para assinalar o nível da água nas cheias de 19 de novembro de 1983 e outra dedicada a uma funcionária, Maria José Martinho, empregada destas termas desde 1 de junho de 1926,



Figura 16 - Estruturas utilizadas para os gargarejos

Ana Fernandes 11/10/15

como exemplo e símbolo de dedicação pelos seus 53 anos de trabalho. Esta placa é datada de 1 de junho de 1979.

Ainda neste piso, existe um corredor, que conduzia à zona das máquinas, nomeadamente das bombas de água e das duas caldeiras, que chegaram a ser as duas a lenha. Atualmente apenas existe uma, tendo a outra dado lugar a uma caldeira de gás natural. Esta divisão vulgarmente apelidada de caldeira tem quatro divisões, uma para as bombas de água, outra para as caldeiras, com uma porta de grande dimensão por onde se fazia a entrada da lenha para alimentar as caldeiras. A lenha era transportada para esta divisão pelos trabalhadores, num carro, desde o pátio até à caldeira. Tinha também uma oficina, que atualmente mantém essa função, com uma série de ferramentas dispostas nas paredes, em armários e numa bancada para todo o tipo de trabalhos necessários.

O último piso era a zona apelidada da zona reservada aos banhos gerais, ou seja banhos de lama e banhos de imersão, sendo que, com o passar dos anos, ocorreram alterações no edifício para que os banhos gerais pudessem ocorrer em qualquer piso do edifício. No início esta zona era considerada a zona da primeira classe, com cinco gabinetes para os homens e quatro para as



Figura 17 - Fotografia dos Banhos das Lamas

Photographia União (data desconhecida).

mulheres. Cada gabinete tinha uma piscina revestida de mármore onde eram colocadas as lamas. Sobre estas piscinas ficava uma espécie de cama de ferro coberta por um colchão. Junto a esta estrutura está uma tina de mármore para banhos de imersão ou de lavagem. Todas estas divisões eram iluminadas por sete janelas e separadas por elegantes divisões de madeira envernizada e envidraçadas, sendo esta a descrição que António Jorge Freire¹⁹⁵ faz da zona e se pode observar na fotografia encontrada durante a visita ao balneário. Desta descrição apenas encontramos as janelas e as estruturas existentes nos gabinetes para os banhos gerais, tendo a zona sido posteriormente alvo de obras, como

¹⁹⁵ FREIRE, António Jorge (1892), *Guia das Aguas Minero-Medicinaes dos Cucos próximo de Torres Vedras*, Typ. Da Companhia Nacional Editora, Lisboa, p.81.



Figura 18 - Banhos gerais - atualmente

Ana Fernandes 11/10/15

indica uma placa que assinala que a zona foi mandada construir por José António Vieira, sob a orientação do diretor clínico, Boaventura Dias Sarreira, a 1 de junho de 1938. Sendo toda esta zona coberta por mármore, mais refere a placa que os mármorees utilizados foram fornecidos pela empresa Mármorees de Souza Baptista de Lisboa. Desta forma, até ao meio, as paredes estão revestidas com mármore, bem como as divisões dos gabinetes e todo o pavimento. Um outro elemento que difere da descrição feita pelo autor anteriormente referido é que existiriam cerca de 9 gabinetes, sendo que atualmente existem 11 gabinetes, ficando por esclarecer se o aumento do número de gabinetes terá ocorrido por ocasião da remodelação, em 1938, ou se

foi posterior. No centro dos dois corredores há um espaço amplo que tinha bancos, para a espera dos tratamentos ou descanso após os mesmos. Destaque-se que esta era uma zona que durante o inverno, com a subida das águas do rio, podia também ser afetada, pois era regular nos invernos mais rigorosos esta zona ficar inundada.

Neste último piso, algumas partes do teto já caíram e algumas das zonas junto às janelas viradas para o exterior apresentam fissuras. Todas as portas dos gabinetes estão danificadas e no interior dos gabinetes é possível ver as duas tinas com as estruturas em ferro descritas inicialmente, sendo que as camas em madeira que assentavam nestas estruturas, as persistiram, estão partidas ou desfeitas.

Existe também uma capela, que era comunicante com a zona residencial dos proprietários e com o primeiro piso do hotel, com um altar de pequenas dimensões ladeado de dois nichos onde deveriam existir figuras de santos. O altar, assente numa estrutura em madeira com três degraus, está embutido numa estrutura oval em mármore, é feito em madeira com algumas aplicações, nomeadamente duas colunas, em talha

dourada. Ainda na parte inferior desta estrutura há uma mesa de apoio que sai deste mesmo corpo, complementando o altar. A capela encontra-se despida de qualquer símbolo ou figura religiosa, tendo as paredes uma pintura que parece querer imitar o mármore. Encontramos



Figura 19 - Capela de Nossa Senhora da Saúde

Ana Fernandes 11/10/15

duas portas laterais ao altar que dão para uma sala que deveria funcionar como sacristia, onde está um móvel de grandes dimensões com duas portas. Nesta divisão o teto já cedeu deixando à vista as telhas e as vigas de madeira do edifício. Uma das portas laterais do lado esquerdo tem um apoio em madeira com uma abertura tapada com um retângulo em metal, que tinha uma portinha em madeira para se mudar, que servia de confessionário. O acesso à capela de Nossa Senhora da Saúde, construída pela iniciativa do proprietário, José António Vieira, podia ser feito pela zona reservada à residência dos proprietários, e por uma outra porta que permitia o acesso generalizado, feito através de um terraço tendo que para isso subir umas escadas ao lado da Caldeira. Esta divisão tem quatro janelas, uma na sala por detrás do altar e três na capela. Para acomodação dos que usufruíam deste espaço, tinham dois corredores com quatro bancos corridos de cada lado. A capela tem algumas rachas nas paredes por cima das portas laterais ao altar, num dos cantos o teto já cedeu e podemos ver as vigas de madeira e as telhas. Podemos também observar alguns sinais de humidade junto às janelas e porta de acesso principal.

O casino tem a forma de T, com uma escada que leva à entrada principal, que nos conduz a um alpendre e a uma porta envidraçada com para um salão amplo, descrito, em 1902,¹⁹⁶ como tendo salas de bilhar, baile, e jogo, dependências para senhoras e cavalheiros, cozinha e copa, além de um vasto subterrâneo iluminado e ventilado para despensas, casa de pesagem, acomodações para os empregados do Hotel e rouparia.

¹⁹⁶ GOUVEIA, Frederico (1902), *Album de Torres Vedras, número único, Commemorativo da excursão realizada a esta villa pela Caixa Economica Operaria de Lisboa*, 29 de Junho de 1902, p.8.

No seu tempo áureo, chegou a ter um palco para os espetáculos, que foi fechado com o passar dos tempos, dando lugar a um aparelho de televisão. Este salão principal estava dividido em duas zonas, uma com sofás para quem quisesse assistir aos programas de televisão, e outra com mesas de jogo e zonas de leitura. Neste momento esta divisão encontra-se sem qualquer tipo de mobiliário e é habitual o seu aluguer para festas de aniversários, batizados e outro tipo de eventos.



Figura 20 - Casino

Ana Fernandes 29/03/16

Deste salão é possível ter acesso às casas de banho para senhores e senhoras e no centro podemos encontrar uma porta central e ampla que conduzia os hóspedes à sala de refeições e ao bar. A sala de refeições é ampla e ainda tem um enorme loiceiro que faz a divisão entre a sala de refeições e o acesso à copa e à cozinha. Esta divisão apresenta algumas marcas nas paredes de humidade e o chão de madeira encontra-se bastante desnivelado. O bar possui algumas máquinas que servem de apoio aos eventos que ocorrem neste espaço. Existe ainda um corredor, do lado direito do acesso à sala de refeições, que nos conduz a três divisões que eram utilizadas para a parte administrativa e logística do hotel. É também por este corredor que podemos ter acesso ao palco que se encontra fechado com uma parede. A zona da cozinha encontra-se num piso inferior e em termos estruturais esta será a parte do edifício do Casino que se encontra em pior estado, pois o teto já ruiu junto aos fogões.

Uma das entradas laterais do Casino dá acesso aquilo que outrora fora a lavandaria do hotel, pois toda a roupa usada no hotel e no casino era aqui lavada e passada a ferro.

No exterior, segundo o que é noticiado no jornal *Diário da Manhã*, de 19 de dezembro de 1932 e também segundo o testemunho do Sr. Ramiro Fernandes, na zona do parque que se situa entre o Casino e um dos “Challets”, em tempos teria existido um ringue para jogos ou para patinagem, o que visava ser mais um elemento que constituía

um saudável motivo de recreação. Nos dias de hoje, este ringue não existe, nem vestígios do mesmo.

As Casinhas dos Cucos são atualmente constituídas por onze casas de habitação que existem numas das zonas laterais da praça central, junto ao Casino. Tendo em conta os dados históricos da construção desta estância termal, estas casas são os edifícios mais antigos, pois foram construídas antes do próprio balneário. Terá sido por ordem do proprietário, João Gonçalves Dias Neiva que, de modo a poder facilitar uma acomodação aos doentes que procuravam estas águas, mandou construir nove casas com comunicação entre elas e com cavalariças. Ao longo do tempo as cavalariças deixaram de ser necessárias o que terá possibilitado o surgimento de mais três casas de habitação. A função original era acomodar as pessoas que vinham tirar proveito das virtudes terapêuticas das águas, mas com o desvio do rio e a construção do estabelecimento termal perderam essa função. Este grupo de casas, que ainda hoje são conhecidas pelas casinhas dos Cucos, acabaram por ganhar uma nova função, que hoje preservam, a de servir de acomodação aos funcionários que trabalhavam nesta Estância Termal. Estas casas são térreas, com duas janelas e uma porta central. Sendo de pequena dimensão todas têm acesso a um pátio comum, voltado para uma zona arborizada.

6.2 – A sua utilização

As Termas dos Cucos encontram-se fechadas desde 1996 e se durante algum tempo após o fecho os doentes continuavam a passar pelo local inquirindo se existia alguma previsão para a sua abertura, atualmente as propriedades terapêuticas caíram no esquecimento, sendo a sua principal função completamente diferente do objetivo pelo qual foi construído. A propriedade do Sítio dos Cucos e da Quinta da Machêa continua a pertencer à família dos mentores da estância termal.

Atualmente as Termas dos Cucos não estão abertas ao público. O balneário, a “Buvete”, edifício que no seu interior tem uma fonte, o hotel e os dois chalés, encontram-se fechados e a única manutenção que tem tido ao longo de dezanove anos consiste na abertura das janelas ocasionalmente pelos três funcionários que persistiram ao fecho das Termas. De todas as infraestruturas que compõem este complexo termal, a única que tem tido alguma utilização é sem dúvida o Casino que pode ser alugado para festas ou eventos,

desde que não seja necessário utilizar a cozinha, pois a mesma, dado o seu estado de conservação, não pode ser utilizada.

De uma forma geral todos os edifícios exteriormente têm um aspeto cuidado, dado que o espaço foi utilizado para a gravação da novela, “Rebelde Way”, e para tal foram todos pintados. Já no interior dos edifícios a situação é completamente diferente: o tempo e a falta de utilização não os têm poupado.

Tendo em conta que o Sítio dos Cucos é um local que se encontra aberto ao público, o espaço verde das Termas dos Cucos continua a ser muito procurado para passeios, para piqueniques, para provas de BTT, ou de Motocross. Existe um grupo, fundado em 1960, os “Amigos dos Cucos”, formado por antigos trabalhadores e seus familiares, da Quinta da Machêa e das Termas dos Cucos, que todos os anos, no mês de janeiro, se reúnem num fim-de-semana para a Matança do Porco.

Existem três funcionários que zelam pela manutenção sobretudo das Termas dos Cucos, mas também realizam alguns trabalhos na Quinta da Machêa. Dois dos funcionários cuidam de todo o espaço verde deste local, zelando pelo jardim, cuja beleza continua a levar os casais a escolher este local para tirar fotografias de casamento. Muitos dos visitantes desconhecem que este é um espaço privado, pois de certo modo já está enraizado na tradição dos Torrienses o passear, treinar, andar de bicicleta, namorar ou seja usufruir de um espaço privilegiado pela natureza envolvente. Infelizmente, são poucos os que conhecem a sua história ou o seu interior.

7 – Perspetivas de futuro

A principal causa da degradação da maioria dos edifícios está relacionada sobretudo com o abandono a partir do momento em que perdem a sua função original. Para além da degradação física dos edifícios existe também o fim de todas as funções sociais que giravam em torno do edifício. Atualmente a preservação destes edifícios passa por uma requalificação “(re-usos)” associada a uma nova função, que necessariamente implica adaptações funcionais.¹⁹⁷

Segundo a Convenção Quadro do Conselho da Europa, assinada em Faro, a 27 de outubro de 2005, o Património Cultural não pode ser visto como elementos identitários de comunidades encerradas sobre si mesmo, devem sim ser encarados como elementos vivos de um grupo que através da criação consegue interligar o passado e o futuro. Associado ao direito de Património cultural está o direito de participar na atividade cultural. Neste sentido é da responsabilidade de todos preservar e usufruir de forma sustentável o Património, pois o mesmo é sinónimo de desenvolvimento humano e de qualidade de vida. Ao conferir ao Património Cultural a designação de interesse público assumimos uma série de compromissos que visam sobretudo a sua interpretação, proteção e conservação.¹⁹⁸ O mesmo documento, no artigo 11.º sobre a organização das responsabilidades públicas em matéria de património cultural, menciona que na gestão do património cultural se deve “encorajar as organizações não-governamentais interessadas na conservação do património a atuarem no interesse público”.¹⁹⁹

Segundo Manuel Lapão²⁰⁰, as medidas atuais para a salvaguarda e promoção do património cultural dão indícios de falência sobretudo no que concerne às classificações de imóveis e atribuição de zonas de proteção. É sem dúvida importante para a sociedade

¹⁹⁷ BARATA, Maria Filomena, «A Salvaguarda dos bens Culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro», *Património estudos, Salvaguarda do património*, nº6 2004, Instituto Português do Património Arquitetónico, Departamento de Estudos, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p.16-17.

¹⁹⁸ MARTINS, Guilherme d’ Oliveira (2011), «Património como valor humano», in *100 anos de património memória e identidades, Portugal 1910-2010*, Lisboa, p. 337-338.

¹⁹⁹ *Diário da Republica* 1ª série – Nº177 – 12 de setembro de 2008 - Resolução da Assembleia da Republica nº 47/2008, Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao valor Patrimonial para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de outubro de 2005.

²⁰⁰ LAPÃO, Manuel (2004) «Vínculo ao Interesse Público», *Património estudos* n.º 6 – Salvaguarda do Património, Instituto Português Arquitetónico, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa p.6-7.

o reconhecimento e a vinculação do Património. O Estado surge como o principal protetor do Património Cultural do povo português, contudo este não deve ser um problema dos outros mas sim uma causa pública. A desresponsabilização parece ser um problema da sociedade em geral, que deveria estar mobilizada de modo coletivo em prol da salvaguarda do Património que a distingue e que ao mesmo tempo a torna única.

É sem dúvida importante ter a noção de que a maioria dos imóveis classificados dependem da interação das estruturas do território em que está inserido. Na opinião de Manuel Lapão²⁰¹ seria importante dividir e clarificar tarefas, nomeadamente delegar às autarquias uma maior relevância na valorização e proteção do Património Cultural. Um outro caminho a explorar será o de tentar, a partir das classificações dos imóveis, obter um compromisso entre o Estado, os proprietários e a autarquia e os demais interessados, no sentido de se esclarecer e aplicar as medidas necessárias para prevenir e assegurar a proteção do Património em questão.

Neste sentido será necessário conferir novos usos enquadrados na sociedade contemporânea, com as alterações necessárias a respeitarem o passado. Todo este trabalho deverá ser aberto às comunidades locais, cuja identidade se pauta pela reivindicação da diferença, assumindo consciencialização se direcione pela afirmação da partilha de uma espaço concreto, de uma herança comum. Esta ideia assenta sobretudo em conferir a devida importância às associações locais, no papel relevante que podem desempenhar na salvaguarda de um Património identificador de uma região.²⁰²

Como afirma Françoise Choay, é necessário pensar que a manutenção do Património como elemento necessário à afirmação da identidade passa por três frentes: a educação e a formação; o uso ético das nossas heranças, do nosso património; mobilização coletiva na construção de um Património vivo.²⁰³

No presente trabalho é importante destacar que também está expresso na “Carta de Cracóvia”, de 26 de outubro de 2000, sobre Princípios para a Conservação e o Restauro

²⁰¹ LAPÃO, Manuel (2004) «Vínculo ao Interesse Público», *Património estudos* n.º 6 – Salvaguarda do Património, Instituto Português Arquetónico, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa p.6-7.

²⁰² CHOAY, Françoise (2015), *As Questões Do Património, Antologia para um Combate*, Edições 70, Lisboa, p.52-53.

²⁰³ CHOAY (2015), *As Questões Do Património, Antologia para um Combate*, Edições 70, Lisboa, p.50.

do Património construído no campo da gestão, ponto 11: “a conservação do património cultural deve ser uma parte integrante dos processos de planificação e gestão de uma comunidade e pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social destas comunidades, e ainda o património (...) é da sociedade, das gentes que vêm nele a sua identidade.”²⁰⁴

O Turismo Cultural permitiu acrescentar um novo e incisivo poder económico em muitos dos edifícios históricos. A “Carta de Cracóvia” de 2000, aponta como sendo um elemento de risco os interesses económicos no Turismo Cultural, que podem inadvertidamente provocar perdas ou alterações irreversíveis nos legados do passado.²⁰⁵

Atualmente assistimos a uma mercantilização da cultura, onde o Património Cultural é entendido como um recurso económico, o que acaba por direcionar o Património para uma dinâmica de consumo. Neste setor, o Turismo Cultural assume uma importância de relevo para a criação de riqueza. Contudo, a questão que se coloca é se ao se tornar num bem de consumo, o Património pode manter o seu valor identitário. Teremos assim duas vertentes, uma associada à criação de riqueza e outra que incide sobretudo na sua salvaguarda. Segundo Deolinda Folgado²⁰⁶ encontramos-nos entre os velhos e os novos patrimónios, na medida em que temos as exigências dos programas de intervenção e gestão, a noção do consumo do Património, e a preocupação em envolver a população num projeto que é de todos.

A estância termal do Vale dos Cucos é uma propriedade privada que se encontra fechada desde 1996, que está classificada como Património de Interesse Público. Este é sem dúvida um Património que necessita de urgente preservação e de medidas que acautelem a sua valorização. Os seus atributos únicos, nomeadamente a qualidade das suas águas e o seu espaço natural envolvente, conferem-lhe riqueza e relevância. Neste sentido, este espaço poderia beneficiar de um projeto de dinamização do espaço e através

²⁰⁴ Carta Cracóvia 2000 -

<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

²⁰⁵ BARATA, Maria Filomena (2004), «A Salvaguarda dos bens Culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro», *Património estudos, Salvaguarda do património*, n.º 6 Instituto Português do Património Arquitectónico, Departamento de Estudos, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p.16-17.

²⁰⁶ FOLGADO, Deolinda (2011), «Património Inclusivo. Das expectativas aos desafios» in *100 anos de património memória e identidades Portugal 1910-2010*, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, p. 329 – 330.

dele conseguir divulgar toda a unidade termal, promovendo a consciencialização da necessidade de preservação do mesmo.

A dinamização cultural poderia passar por atividades mais ligadas ao espaço natural ou ao complexo termal em si. Uma possibilidade de atividade a desenvolver poderia passar pela realização de visitas guiadas ao exterior, explicando a origem da água termal e o próprio trajeto das lamas medicinais desde a sua extração, tratamento e preparação até ao balneário. Já no interior do edifício a proposta iria no sentido de, através de recriações históricas, conduzir o visitante ao interior do balneário e explicar como se faziam os tratamentos termais, reproduzindo o seu funcionamento. A realização de exposições temáticas poderia sobretudo incidir sobre os tratamentos prestados e a sua evolução, sobre o tipo de atividades de recriação dos aquistas durante época balnear. Mais direcionado para a vertente natural do espaço, estaria a realização de percursos pedestres, onde, para além das diferentes espécies, poderiam visitar as ruínas de uma antiga azenha.

Para além do Património edificado, seria também importante salvaguardar as fontes documentais existentes, que são importantes para a história de um espaço, de uma região e até para a história do país. Ao longo das leituras feitas para a elaboração deste trabalho, foram constantes as indicações de existência de documentos que foram elaborados e que fazem parte integrante da história do Sítio dos Cucos e da Quinta Machêa, que não sendo objeto deste estudo é relevante mencionar dado que ambas faziam e continuam a fazer parte da mesma propriedade. Neste sentido a par da abertura do espaço interior para os visitantes, seria de extrema importância a criação de um arquivo das Termas dos Cucos, sendo de salientar que existe uma referência à existência de um arquivo das Termas que possuía mais de 20000 observações clínicas onde constavam as observações médicas dos doentes, a terapêutica aplicada e os resultados obtidos.²⁰⁷

Na mesma obra podemos encontrar informações de que era usual fazer-se um relatório anual das Termas.²⁰⁸ Foram feitos relatórios médicos, publicados de 1893 a 1897 e de 1902 a 1915, sendo estes descritos como sendo documentos de muito valor científico, pois estas referências clínicas puderam definir as indicações terapêuticas e a técnica de aplicação das águas e das lamas medicinais dos Cucos.²⁰⁹ Ao longo desta obra são

²⁰⁷ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*, Separata de *O Médico*, nº676, Tipografia Sequeira, Porto, p.30.

²⁰⁸ FREIRE, Justino Xavier da Silva (1897) *Termas dos Cucos Relatorio Epocha Balnear de 1895*, Typ. Costa Braga & C^a SUCC, Lisboa, p.53.

²⁰⁹ VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*, Separata de *O Médico*, nº676, Tipografia Sequeira, Porto, p.30.

referidos também uma série de artigos científicos escritos por médicos ou por estudiosos das propriedades das águas mineromedicinais. Torna-se portanto evidente, que a preservação da memória deste complexo carece de um trabalho muito mais amplo do que apenas a conservação do Património edificado, pois o seu espólio documental é de vital importância para a manutenção do mesmo.

Tendo em conta que as Termas fecharam as suas portas em 1996, seria necessário fazer um registo de como eram feitos os tratamentos, de como funcionava todo o complexo termal, através de entrevistas a antigos funcionários e aos próprios proprietários. Estes poderiam então ser o suporte para a realização das visitas guiadas pelo complexo termal.

Esta ideia visava sobretudo a proteção do espaço e tudo o que lhe está associado em termos de Património, dando a conhecer ao mesmo tempo, de forma muito concisa, o passado que faz parte da memória dos habitantes locais. O objetivo seria salvaguardar, promovendo o conhecimento que poderia advir das fontes históricas que sendo desconhecidas não estão ao alcance de ninguém.

Em termos de recursos, seria bastante proveitoso e interessante envolver na ação a Câmara Municipal de Torres Vedras, nomeadamente a área dos Serviços Educativos e Pedagógicos, uma vez que, tem uma índole extremamente diversificada, promovendo vários projetos que visam sobretudo a sensibilização e criação de públicos nas diversas áreas. Os serviços Educativos Pedagógicos disponibilizam variadas atividades nos seguintes sectores: Divisão da Educação, Área da Juventude, Área Sénior, Biblioteca Municipal de Torres Vedras, Centro Educativo Ambiental, Fábrica das Histórias, Museu Municipal Leonel Trindade, Galeria Municipal de Torres Vedras, Serviço Municipal de Proteção Civil e o Teatro-Cine de Torres Vedras. Este projeto poderia funcionar como uma parceria entre alguns destes organismos aliando a parte cultural e ambiental, criando um novo espaço de fruição.

Uma outra instituição importante para a promoção e de cooperação na salvaguarda deste Património será a Associação para a defesa e divulgação do Património de Torres Vedras, que tem desempenhado um papel importante em várias atividades relacionadas com o Património da nossa região. Esta Associação organizou uma visita guiada às Termas, no dia 20 de outubro de 2012. A visita foi acompanhada por um dos Proprietários, Paulo Neiva Vieira e pelo Sr. Ramiro Fernandes que lá trabalha há 64 anos,

na qual participaram 150 pessoas. Este número de visitantes evidencia que se esta fosse uma oferta cultural da região ela poderia ser viável em termos de público.

Existem também na região a proliferação de cursos profissionais ligados à vertente de Turismo Ambiental e Rural, à vertente da animação sociocultural e na área Sapadores Florestais, ou até mesmo na vertente da jardinagem, o que poderia ser aproveitado, estabelecendo protocolos no âmbito de estágios profissionais, ou até mesmo em campanhas de recuperação e de manutenção do próprio espaço.

O objetivo seria dar a conhecer uma história, que repleta de memórias, é sem dúvida um lugar esquecido que encerra em si um grande potencial de conhecimento. Este trabalho tem como objetivo principal o despertar nas entidades competentes de que é necessário uma ação, talvez conjunta, para que as Termas dos Cucos, encerradas para os enfermos, não encerrem também o capítulo da memória dos que algum tempo atrás pressionaram para a sua existência. Talvez seja necessária uma forte pressão pública para que se possa revitalizar um espaço que o tempo não tem perdoado.

O futuro das Termas não parece para já traçado mas não se pode descurar um possível investimento transformando-as num local rentável e com uma nova vivência. Poderá esse investimento colidir com a preservação do conjunto de edifícios enquanto Património edificado ou poderemos olhar para essa nova etapa como o desenvolvimento económico natural de uma estrutura que foi criada para prestar serviços pagos a quem deles necessitava?

A mensagem que se pretende transmitir aos potenciais visitantes, é que pela sua presença, pela sua fruição do espaço e pelo seu conhecimento do local, tanto os proprietários quanto as entidades públicas serão levados a decidir o destino do mesmo, seja pela sua recuperação, instalação de um centro interpretativo do termalismo ou outra utilização.

A ideia de base no que respeita a atrair visitantes centra-se no princípio da proximidade. Os primeiros visitantes a captar serão os cidadãos torrienses, pois eles, melhor do que ninguém, funcionarão, *a posteriori*, como embaixadores na divulgação do seu Património.

8– Conclusão.

A Classificação de objetos culturais como Património, implica a união de um grupo ou de uma região em torno de um Património considerado único, passando a ser um elemento unificador, que deveria conter em si o dever de todos contribuírem para a sua preservação. Ao preservarmos o Património estamos a materializar a identidade, a memória coletiva de um grupo ou de uma região. Essa preservação passa muitas vezes pela reinvenção do passado através das representações que fazemos ou dos usos que lhes conferimos, narrando os elementos que, como suporte identitário, justificam o presente e conferem segurança na construção do futuro. Neste sentido, o Património Cultural não deve ficar encerrado em si mesmo, devendo ser considerado como um elemento identitário vivo de um determinado grupo, comunidade ou região que ao ser requalificado permitirá a sua interpretação, a sua proteção e conservação.

O monumento assume-se como tendo um papel fundamental na preservação dos elementos culturais dos grupos, pois os mesmos estão inscritos num passado histórico que acaba por dar coesão à memória coletiva. Uma outra questão que se levanta relativamente à valorização dos monumentos prende-se com o desenvolvimento do Turismo Cultural, que confere uma dimensão económica ao Património, pois atualmente este é um dos fatores que muitas das vezes facilita e promove o investimento na valorização do Património Cultural.

Os monumentos necessitam de novos usos para que possam sobreviver às marcas do tempo. Este deverá ser um dever de todos, de modo a que o legado não ocupe um lugar passivo na memória, que inevitavelmente conduzirá a uma acelerada degradação. Tendo em conta que o objeto de estudo, apesar de classificado, parece estar entregue a uma ação apenas reservada ao saudosismo, onde não existe uma intervenção ativa, nem se promove o seu conhecimento. Será então necessário a atribuição de uma nova função a este monumento, promovendo a sua preservação e o restauro numa vertente de partilha que contribuam para o enriquecimento das comunidades, vitalizando o património.

A comunidade que se identifica com um determinado património tem o dever de o gerir e de o preservar, pois são os valores patrimoniais que fazem parte da memória coletiva que os unifica, mas que ao mesmo tempo os distingue, tornando-os únicos.

A construção da identidade local de Torres Vedras tem, atualmente, a marca das Termas do Vale dos Cucos como um contributo para a sua matriz. O espaço que inicialmente era utilizado livremente pela população que ali procurava alívio para as suas doenças, transformou-se num local de acesso e fruição a pessoas mais abastadas e às elites locais que ali procuravam a diversão. Atualmente, o Vale dos Cucos continua a ser procurado e vivido em família para passeios, piqueniques e diversão, ocorrendo, assim, uma apropriação do espaço privado pelo público.

Será interessante que a partir destas páginas o sentimento de identidade torriense, para o qual as termas contribuem, seja elevado e dessa forma se constitua como um fator de desenvolvimento local, seja no plano económico, como no turístico. De notar que a cidade de Torres Vedras assume atualmente uma clara aposta na promoção da história local, nomeadamente associada às Linhas de Torres, pelo que esta poderia ser uma aposta diferente onde a revitalização da estância termal teria certamente um lugar de destaque.

A mesma ideia pode ser formulada ainda de outro modo, para que o edificado reconstruído não volte rapidamente a degradar-se, é preciso que seja apropriado, cuidado, investido por todos, que se transforme efetivamente num bem comum, na regulação e proteção do qual todos participam.

Este, como muitos outros edifícios ou complexos, apesar de supostamente estarem protegidos pelas classificações atribuídas pelas entidades competentes e publicadas em *Diário da República*, são o exemplo de que este é um sistema que não funciona só por si. É necessário ações concretas, que fomentem uma dinâmica que aposte na fruição cultural através do despertar da curiosidade. A questão que se levanta aqui reside sobretudo no facto de que é efetivamente importante o reconhecimento institucional de que este é sem dúvida um Património Cultural de interesse público. Mas como se poderá promover a sua salvaguarda? Não seria benéfico que se pudesse envolver as entidades locais e toda a comunidade, responsabilizando-os na vigilância e na promoção da preservação do seu Património? Neste sentido seria então importante estabelecer canais próprios que visassem a promoção do diálogo, tendo em conta que neste caso específico a propriedade é privada, entre as entidades locais institucionais, associativas e os proprietários no sentido de projetar a sua salvaguarda e usufruto de forma sustentável e devidamente enquadrada.

Tendo em conta que muitos das estruturas associadas às termas estão muito focadas na presença dos romanos em Portugal, esta poderia ser uma aposta inovadora.

Muitos são os que visitam este espaço, sobretudo pela sua envolvência natural, poucos são os que ainda mantêm viva a memória do que foi este espaço, do que ele representou em termos económicos, sociais e turísticos para esta região. O presente trabalho deixa, assim, algumas ideias possíveis sem esquecer, que este é um espaço privado e que alguma intervenção mais concreta carece sempre de uma articulação de várias entidades, o que nem sempre é fácil e moroso. A alternativa seria numa primeira fase menos ambiciosa, mas com alguma relevância, pois existindo público existe opinião, existe pressão e não esquecendo que as Termas do Vale dos Cucos existem porque houve pressão social e territorial para a sua construção.

Todo este complexo termal encerra em si, para além do Património imóvel, uma vivência imemorial associada ao seu funcionamento, para além das fontes em termos documentais que estão por trabalhar. Todo este complexo tem um manancial de fontes em variadas áreas que poderiam fomentar todo um conhecimento enriquecedor, não só a nível regional, mas também em termos nacionais. Existe espólio documental que poderia dar corpo a um possível arquivo das Termas, que decorrem das inúmeras referências encontradas na bibliografia consultada para a elaboração do presente trabalho, do património existente dentro do edifício termal e dos registos que poderão ser feitos através de entrevistas a antigos trabalhadores.

A salvaguarda deste Património seria sem dúvida importante para um melhor conhecimento do mesmo e permitiria ao mesmo tempo devolver a importância que este espaço merece tendo em conta a ligação histórica que teve e que tem com a comunidade envolvente, permitindo ao mesmo tempo envolver o mesmo num sentido mais global ao nível da importância do Termalismo no nosso país. Promovendo um maior conhecimento do tipo de estruturas e da envolvência em foram construídas e que funções poderão ter atualmente.

9 – Fontes e Bibliografia

9.1 – Fontes

9.1.1- Fontes impressas

DIÁRIO DA REPUBLICA – I Série – A Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, nº209 pp 5808 artigo 2º ponto 4.

DIÁRIO DA REPUBLICA 1ª série – Nº177 – 12 de setembro de 2008 - Resolução da Assembleia da República nº 47/2008, Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao valor Patrimonial para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de outubro de 2005.

FREIRE, António Jorge (1892), *Guia das Aguas Minero – Medicinaes dos Cucos próximo de Torres Vedras*, Typ. Da Companhia Nacional Editora, Lisboa.

FREIRE, António Jorge (1894), *Relatorio Epoca Balnear de 1893*, Typ. Costa Braga & Cª SUCC, Lisboa.

FREIRE, Justino Xavier da Silva (1897), *Termas dos Cucos Relatorio Epocha Balnear de 1895*, Typ. Costa Braga & Cª SUCC, Lisboa.

GOUVEIA, Frederico (1902), *Album de Torres Vedras, número único, Commemorativo da excursão realizada a esta villa pela Caixa Economica Operaria de Lisboa*, 29 de Junho de 1902.

ORTIGÃO, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Livraria Universal, Porto, 1875.

TORRES, Manuel Agostinho Madeira (1835), *Descrição Histórica e Económica da Villa e Termo de Torres Vedras* Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa 1835.

VIEIRA, Avelino (1914), *Termas do Cucos, Dissertação Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto*, Porto.

VIEIRA, José António Neiva (1964), *História das Termas do Vale dos Cucos*, Separata de *O Médico*, nº 676, Tipografia Sequeira, Porto.

VIEIRA, Neiva (1947), *As Termas dos Cucos e as suas indicações terapêuticas*. Separata da Revista Clínica, Higiene e Hidrologia. Tipografia H. Torres – R. de S. Bento, 279-1º, Lisboa.

9.1.2 – Imprensa Periódica

Jornal de Torres Vedras, Agrícola, Commercial. Noticioso, IANNO – nº 13, 26 de Março de 1885 (Artigo: “As Thermas dos Cucos”).

O Século, de 27 de julho de 1929. Notícia sobre as Termas dos Cucos

9.1.3 – Fontes Orais

Entrevista realizada ao Sr. Ramiro Ribeiro Fernandes no dia 29 de março de 2016, nas Termas do Vale dos Cucos.

9.1.4 – Fontes Digitais

Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, “*Termas dos Cucos – Imagens de uma visita guiada*”, consultado em <http://patrimoniotorresvedras.blogspot.pt/2012/10/termas-dos-cucos-imagens-de-uma-visita.html>, 30 de agosto de 2015.

CARTA DE VENEZA 1964, consultado em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>, 30 de agosto.

CARTA CRACÓVIA 2000 consultado em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>, 19 de junho 2015.

MATOS, Venerando António Aspra de, *Vedografias – A história das Termas dos Cucos*, consultado em <http://vedrografias2.blogspot.pt/search?q=Termas+dos+Cucos>, 19 de junho de 2015.

Sistema de informação para o Património Arquitetónico, Registos das Termas dos Cucos, consultado em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25191, 25 de setembro de 2015.

9.2 – Bibliografia

ALMUDENA, Hernando Gonzalo (2002), *Arqueologia de la identidade*, Editorial Akal, Madrid, 2002.

ALVES, Dina Duarte (2009), «Identidade e Património - Um percurso por Óbidos Monumental, Património e Identidade», in VIEIRA Ricardo, MAGALHÃES Fernando (org.), *Identidade e Património*, Leiria, profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p.58-67.

BARATA, Maria Filomena (2004), «A Salvaguarda dos bens Culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro», *Património estudos, Salvaguarda do Património*, nº 6, Instituto Português do Património Arquitetónico – Departamento de Estudos, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 12-19.

BRANDÃO, Pedro (2014), “ Memória e duração: o espaço público da cidade, que se sustém no tempo mudando”, *Revista Património*, nº2 – Direção – Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 34-41.

CANTISTA, António Pedro Pinto (2008-2010), «O Termalismo em Portugal», *Anales de Hidrologia Médica*, 2008-2010 Vol. 3, p. 79 – 107.

CHOAY, Françoise (1999), *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa.

CHOAY, Françoise (2015), *As Questões Do Património, Antologia para um Combate*, Edições 70, Lisboa.

CUNHA, Maria Manuela Ferreira da (2012), *Caldas de Vizela do Passado à atualidade: uma proposta de reconversão*, Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia, Universidade de Coimbra, Coimbra.

CUSTÓDIO, Jorge, Coordenação Científica, SOROMENHO, Miguel, CORTESÃO, Maria Coordenação Editorial (2011), *100 anos de património memória e identidades, Portugal 1910-2010*, 2ª edição, IGPA, Lisboa.

DENZIN, Norman K., Lincoln, Yvonna S. (2005), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. International Education and Professional Publisher Thousand Oaks, London, New Delhi.

FARIA, Margarida Lima de, ALMEIDA Renata (2006), «A Problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita», *Comunicação & Cultura*, nº 1, p. 117 – 133, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

FARIA, M. Lima de (2006), «Trajectórias sociais e representações de “património” – breve apresentação de um estudo de caso», in: *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta.

FOLGADO, Deolinda (2011), «Património Inclusivo. Das expectativas aos desafios» in *100 anos de património memória e identidades Portugal 1910-2010*, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, p.323-330.

FORTUNA, Carlos (2013), *“Identidades, Percursos Paisagens Culturais”*, *Estudos Sociológicos da Cultura Urbana*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

GONÇALVES, Lúcia Saldanha, FORTES, Mário (2014), “O bom e o mau governo”, *Revista Património*, nº2, Direcção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 42-55.

GOUVEIA, Frederico (1920), *Album de Torres Vedras*, número único, Commemorativo da excursão realizada a esta Villa pela Caixa Economica Operaria de Lisboa, 29 de junho.

HENRIQUES, Eduardo Brito e Lousada, ALEXANDRE, Maria (2010), “As férias em Portugal no primeiro quartel do século XX. A arte de ser Turista, Viajantes e Turistas. Portugal 1850 – 1926”, in *Viajar Travelling viajar, viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I Republica*, Centenário da Republica 1910 – 2010, Turismo Portugal, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

HIPÓLITO, Ricardo Fonseca de Oliveira Furtado (2014), *O Turismo nas Caldas da Rainha do século XIX para o século XX*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa.

JARRASSÉ, Dominique (1992), *Les thermes romantiques, bains et villégiatures en France de 1800 à 1850*, Publications de l'Institut d'Études du Massif Central, Collection «Thermalisme et Civilisation», Fascicule II, Faculté des Letres et Sciences Humaines de l'Université Blaise Pascal, citado por CUNHA, Maria Manuela Ferreira da (2012), *Caldas de Vizela do Passado à atualidade: uma proposta de reconversão*, Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia, Universidade de Coimbra, Coimbra.

JENKINS, Richard (1996), *Social Identity*, Routledge, autor citado por ALMUDENA, Hernando Gonzalo (2002), *Arqueologia de la identidade*, Editorial Akal, Madrid.

JORGE, José Duarte Centeno (2003), “A Matéria do Património” in *A Matéria do Património: memórias e identidades*, coord. De Manuel João Ramos, Unidade de Investigação de Antropologia, ISCTE, Edições Colibri, Lisboa p. 11-16.

LAPÃO, Manuel (2004), «Vínculo ao Interesse Público», *Património estudos*, nº6 – Salvaguarda do Património, Instituto Português Arquetónico, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 5-11.

LEANDRO, Maria Engrácia; Leandro, Ana Sofia da Silva (2015), «Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo», *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, Vol. XXX, p. 75 – 96.

LEITE, Ana Cristina (2003), “Lisboa: Memórias da Cidade Intangível”, in RAMOS, Manuel João (coord.), *A Matéria do Património: Memórias e identidades*, Unidade de Investigação de Antropologia, ISCTE, Edições Colibri, Lisboa, p. 23 – 27.

LOWENTHAL, David (2003), *The past is a Foreign Country*, Cambridge: Cambridge Press citado por Faria, Margarida Lima de, ALMEIDA Renata (2006), «A Problemática “Identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita», *Comunicação & Cultura*, nº1, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p. 117 – 133.

LOURO, M.R., «O Culto das Águas, Edições INAPA (1995), Lisboa, citado por RÉZIO, Maria Margarida Dinis (2012), *Transformação Urbana e Vivência Termal: O caso das Caldas da Rainha* (Tese de Doutoramento não publicada em sociologia Urbana Território e Ambiente). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

LOURO, M. R. (1995), *O Culto das Águas*, Lisboa, Edições INAPA, 1995, autor citado por RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005), *O Termalismo em Portugal: Dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística*, (Tese de Doutoramento não publicada) Universidade de Aveiro, Aveiro.

LOUSADA, Maria Alexandre (2010), «Viajantes e Turistas. Portugal 1850 – 1926», in *Viajar Travelling viajar, viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I Republica, Centenário da Republica 1910 – 2010, Turismo Portugal /Imprensa Nacional Casa da Moeda*, Lisboa.

MANGORRINHA, Jorge (2000) – *O lugar das termas: património e desenvolvimento regional: as estâncias termais da região Oeste*, Livros Horizonte, Lisboa.

MARQUES, Helena da Silva (2004)«Património imóvel. As novas competências dos órgãos municipais», *Património estudos, Salvaguarda do Património*, nº6, Instituto Português do Património Arquitectónico, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 57-63.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2011), «Património como valor humano», in *100 anos de património memória e identidades Portugal 1910-2010*, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, p.337-340.

MATOS, Venerando Aspra de (2007) – *O Caminho de Ferro em Torres Vedras impacto da sua chegada*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Edições Colibri, Lisboa.

MATTOSO, José, dir. (2011), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, Temas e Debates Círculo de Leitores, Lisboa.

MATTOSO, José, dir. (2011), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Coordenação de Irene Vaquinhas, Temas e Debates Círculo de Leitores, Lisboa.

NARCISO, Armando (1920), *A evolução da Crenoterapia e as águas medicinais portuguesas*. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra e SARZEDAS, J. (1906) - *Algumas Estâncias Hidromedicinais*, Lisboa, autores citados por RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005), *O Termalismo em Portugal: Dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística*, (Tese de Doutoramento não publicada), Universidade de Aveiro, Aveiro.

NARCISO, Armando (1944), *Investigação Científica e Medicina Social nas Termas*, Editora Médica. Lisboa, autor citado por QUINTELA, Maria Manuela, *Cura Termal: Entre as práticas “Populares” e os saberes “Científicos”*, *A Questão Social No Novo Milénio VIII Congresso Luso- Afro – Brasileiro de Ciências Sociais* 16, 17 e 18 de setembro de 2004, Coimbra.

PEREIRA, José Paulino (2008), *Bisturi do Tempo*, Setúbal.

PEIXOTO, Paulo (2004) «A Identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, dezembro de 2004, pp. 183 – 204.

PRIETO, Luís César Herrero (2014) «La sostenibilidad del patrimonio cultural: reflexiones y desafíos», *Revista Património*, nº2, Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, p. 86-91.

KITS – PATRIMÓNIO | KIT01 Património Arquitetónico – Geral, IGESPAR, Coleção KITS Património, novembro 2010.

QUINTELA, Maria Manuela (2004), «Saberes e práticas termais: uma perspetiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)», *História, Ciências, Saúde*, vol. 11 (suplemento 1), Manguinhos, Rio de Janeiro p. 239-260.

QUINTELA, Maria Manuela (2004), «Cura Termal: Entre as práticas “Populares” e os saberes “Científicos”», *A Questão Social No Novo Milénio VIII Congresso Luso-Afro – Brasileiro de Ciências Sociais* 16, 17 e 18 de setembro de 2004, Coimbra, p. 1-22.

QUIVY, Raymon, Campenhoudt, Lucvan (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

RAMOS, Adília Rita Cabral de Carvalho Viana (2005), *O Termalismo em Portugal: Dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística* (Tese de Doutoramento não publicada) Universidade de Aveiro, Aveiro.

RÉZIO, Maria Margarida Dinis (2012), *Transformação Urbana e vivência Termal: O caso das Caldas da Rainha* (Tese de Doutoramento não publicada em sociologia Urbana Território e Ambiente) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

RODRIGUES, Donizete (s.d.), *Património Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica*, Universidade da Beira Interior, Center of Research in Anthropology, Lisboa, p. 1-8.

SAÚL, António Gomes (2009), «Património Monumental, Identidade e História da Região de Leiria», in *Património e Identidade*, VIEIRA, Ricardo, MAGALHÃES, Fernando (org.), profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p.45- 57.

SILVA, Artur Santos - Rollo, Maria Fernanda - Silva, Raquel Henriques da – Cabral, Francisco Sarsfield – Nery, Rui Vieira (2010), *Corpo. Estado, Medicina e Sociedade no tempo da Primeira Republica*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da Republica 1910 – 2010, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

SILVA, Artur Santos - Cabral, Francisco Sarsfield - Silva, Raquel Henriques da – Nery, Rui Vieira (2010), *Viajar Travelling viajar, viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I Republica*, Centenário da Republica 1910-2010, Turismo Portugal, Imprensa Nacional Casa da Moeda, julho de 2010, Lisboa.

SILVA, Gastão de Brito e (2014), *Portugal em Ruínas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

SOUSA, Acácio (2009), - «Património Identidade e os Registos escritos», in *Património e Identidade*, VIEIRA, Ricardo, MAGALHÃES, Fernando (org.), profedições, Ciid – Centro de investigação identidade(s) e diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, p.99-100.

TEIXEIRA, Frederico, «O termalismo no quadro das políticas de saúde e da segurança social», citado por QUINTELA, Maria Manuela (2004), «Saberes e práticas termais: uma perspetiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)» *História, Ciências, Saúde*, vol. 11 (suplemento 1), Manguinhos, Rio de Janeiro p. 239-260.

Termas e Turismo, Edição da Câmara Municipal de Torres Vedras, 1970, Torres Vedras.

TURRES VETERAS III – Actas de História Contemporânea, Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector da cultura, Torres Vedras, 2000.

VAQUINHAS, Irene e CASCAO, Rui (1993), “Sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa”», in *História de Portugal*, direção de José Mattoso vol. V, coord. De Luís Torgal e João Lourenço Roque, Círculo de Leitores, Lisboa.

VAQUINHAS, Irene (2006), *Nome de Código “33856”, Os “Jogos de Fortuna ou Azar” Em Portugal entre a depressão e a Tolerância (de finais do século XIX e 1927)*, Livros Horizonte, Lisboa.

VIGARELLO, Georges (1998), *O Limpo e o Sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Fragmentos, Lisboa.

10 – Anexos

10.1 – Anexo 1 – Classificação da Estância Termal de Vale de Cucos como Monumento de Interesse Público

17702

Diário da República, 2.ª série — N.º 106 — 3 de junho de 2013

Bilhete de grupo (mais de 51) — preço por pessoa:

Ruínas de Miróbriga (Santiago do Cacém) — 1,50 €;
Ruínas de S. Cucufate (Vidigueira) — 1,50 €;
Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo) — 1,50 €;
Museu de Évora — 1,50 €;
Castelo de Evoramonte (Estremoz) — 1,00 €;
Castelo de Viana do Alentejo (Viana do Alentejo) - 1,00 €;
Castelo de Elvas (Elvas) — 1,00 €;
Ruínas de Torre de Palma (Monforte) - 1,00 €;
Castelo de Belver (Gavião) — 1,00 €.

6 — São as seguintes as regras gerais às entradas nos espaços públicos:

- É obrigatória marcação prévia para grupos superiores a 50 pessoas;
- Os bilhetes especiais dispõem de um prazo de validade de um ano.

7 — Compete à Diretora Regional de Cultura do Alentejo propor à tutela a criação de novos bilhetes, bem como a atualização da lista de bilhetes especiais e de bilhetes circuito.

8 — Compete à Diretora Regional de Cultura do Alentejo a aplicação de descontos ou gratuidades casuísticas ou no âmbito do estabelecimento de parcerias ou outra situação.

O presente Despacho entra em vigor no dia 1 de julho de 2013, ressalvando-se o caso dos grupos turísticos organizados que tenham adquirido bilhetes de ingresso antes daquela data, desde que devidamente comprovado.

23 de maio de 2013. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

13032013

Portaria n.º 318/2013

A Estância Termal de Vale dos Cucos foi inaugurada em 1893, no local onde há cerca de um século existem já algumas estruturas incipientes destinadas a banhos, aproveitando águas terapêuticas documentalmente referenciadas desde meados do século XVIII e provavelmente canalizadas desde a época romana. O plano inicial, desenvolvido após a descoberta de uma nascente particularmente abundante, previa a construção de uma grandiosa vila termal. Apesar de ter sido apenas parcialmente implantado, trata-se do único exemplo a nível nacional onde é traçado de raiz o conjunto de equipamentos essenciais ao funcionamento de um estabelecimento termal, detendo valor patrimonial ímpar.

O conjunto termal é composto pelo edifício principal, centrado num largo de grandes dimensões, pela fonte termal ou *bivette*, por um hotel e casino, duas moradias, capela, oficinas de preparo de lamas e de águas e balneário, cuja fachada neo-clássica se levanta no extremo de extensa e imponente alameda arborizada. O projeto oitocentista assume clara expressão racionalista, evidente tanto na planimetria do conjunto arquitetónico como no desenho funcional do estabelecimento termal, conjugado com o surpreendente neo-revivalismo clássico das moradias destinadas a hóspedes.

Para além do património edificado existente, merecem ainda destaque as importantes obras hidráulicas, implicando o desvio do rio Sizandro, bem como o notável enquadramento paisagístico, sendo que o parque termal, espaço privilegiado de lazer, inclui elementos de grande valor botânico e cenográfico.

A classificação da Estância Termal de Vale dos Cucos reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos ao caráter matricial do bem, ao seu valor estético, técnico e material intrínseco, à sua conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, à sua extensão e ao que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva e à sua importância do ponto de vista da investigação histórica ou científica.

A zona especial de proteção (ZEP) tem em consideração a qualidade e integridade do enquadramento paisagístico e a sua relação com a estância termal, e a sua fixação visa salvaguardar este mesmo enquadramento enquanto contexto visual dos imóveis, bem como assegurar as leituras de vista.

Procedeu-se à audiência escrita dos interessados, nos termos gerais do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo e de acordo com o previsto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro.

Foi igualmente promovida a audiência prévia da Câmara Municipal de Torres Vedras.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, nos termos do disposto no artigo 15.º, no n.º 1 do artigo 18.º, no n.º 2 do artigo 28.º e no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 30.º e no n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, e n.º 265/2012, de 28 de dezembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-

-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

Artigo 1.º

Classificação

É classificada como monumento de interesse público a Estância Termal de Vale dos Cucos, em Vale de Cucos, freguesia de São Pedro e Santiago, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, conforme planta constante do anexo à presente portaria, da qual é parte integrante.

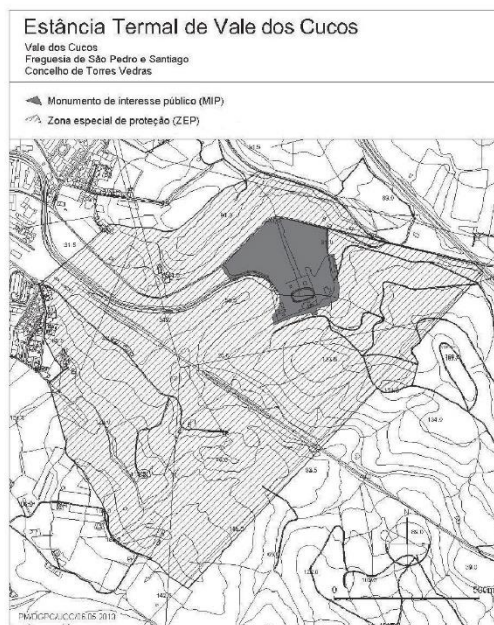
Artigo 2.º

Zona especial de proteção

É fixada a zona especial de proteção do monumento referido no artigo anterior, conforme planta constante do anexo à presente portaria, da qual é parte integrante.

23 de maio de 2013. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

ANEXO



13122013

Portaria n.º 319/2013

O palacete que ocupa o n.º 1354 da Avenida da Boavista constitui um bom testemunho das construções de linguagem neoclássica que dominavam as novas artérias da cidade do Porto no século XIX. Erguido nos últimos anos da centúria, segundo projeto conjecturalmente atribuível ao arquiteto Joel da Silva Pereira, autor da Sala de Audiências do antigo Tribunal de Comércio do Palácio da Bolsa, o imóvel detém evidente impacto urbanístico, bem revelador do estatuto de residência da alta burguesia oitocentista e novecentista que adotara a Avenida como zona habitacional de excelência.

O volume, compacto mas imponente, é particularmente interessante pela simetria alternada dos vãos, pela estrutura da secção central, com arcada tripla constituindo uma galilé de entrada no piso térreo e suportando terraço superior, evocando a composição de uma fachada lateral do Teatro D. Maria de Lisboa, e pela clarabóia em ferro e vidro elevada ao centro da mansarda que percorre todo o edifício. No interior destacam-se a escadaria com iluminação zenital em função da qual se estrutura o espaço, bem como a abundância de elementos decorativos neoclássicos e a qualidade geral das carpintarias, dos pavimentos de embutidos, dos tetos em estuque de inspiração barroca e das pinturas murais. À semelhança de outros edifícios da mesma zona, o palacete articula-se com um jardim composto por magníficos exemplares de árvores e plantas, nomeadamente árvores exóticas de grande porte, incluindo estufa, casa do guarda, coreto, lago e moinhos de vento.

10.2 – Anexo 2 – Proposta de registo de Inventário

1. Categoria

Edifícios e estruturas construídas de saúde

2. Tipo

Termas

3. Identificador

PT03111315

4. Designação

Termas dos Cucos, arquitetura de saúde, oitocentista

5. Localização

Região de Lisboa e Vale do Tejo, distrito de Lisboa, concelho de Torres Vedras, freguesia de São Pedro e Santiago, SIG, 39.090507, -9.241603

6. Acesso

Estrada Nacional 9, a 2 KM a Sueste de Torres Vedras – Termas dos Cucos, 2560-686

7. Proteção

MIP (aguarda publicação da classificação)

ZEP (aguarda publicação da classificação)

8. Época de construção

Séc. XIX (26 de Novembro de 1890 início dos trabalhos de construção)

9. Imagem

Fotos 01 a 10: António Jorge Freire, 1890?

Fotos 11 a 32: Nuno de Almeida, 29 de dezembro de 2012

Termas do Vale dos Cucos

Freguesia de São Pedro e Santiago, Torres Vedras



Foto 01
Desenho da fachada principal



Foto 02
Desenho da fachada poente



Foto 03
Desenho da fachada nascente



Foto 04
Desenho da fachada sul

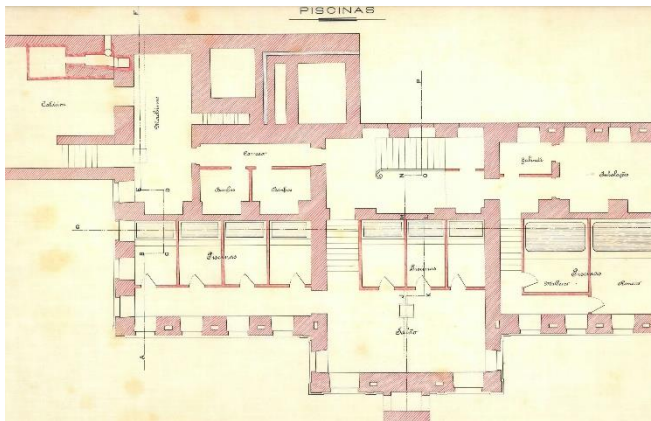


Foto 05
Planta do nível das piscinas, situado abaixo do nível do solo

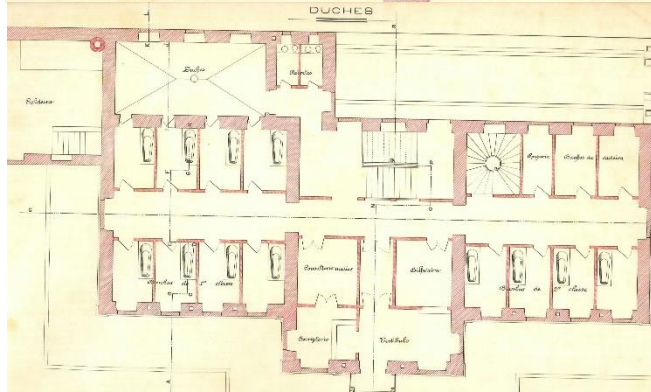


Foto 06
Planta do piso de entrada onde se situavam os duches

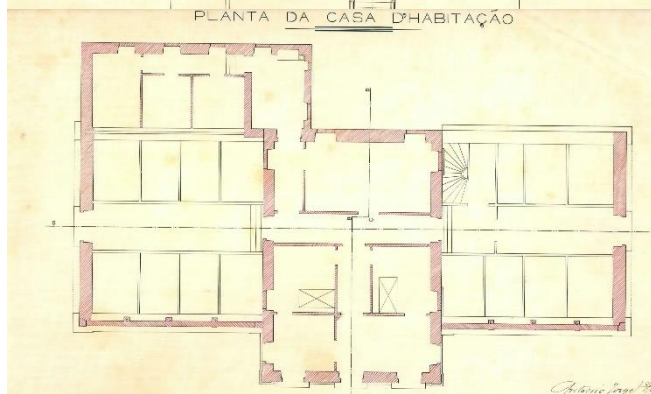


Foto 07
Planta do nível superior, casa de habitação



Foto 08
Corte longitudinal da fachada principal

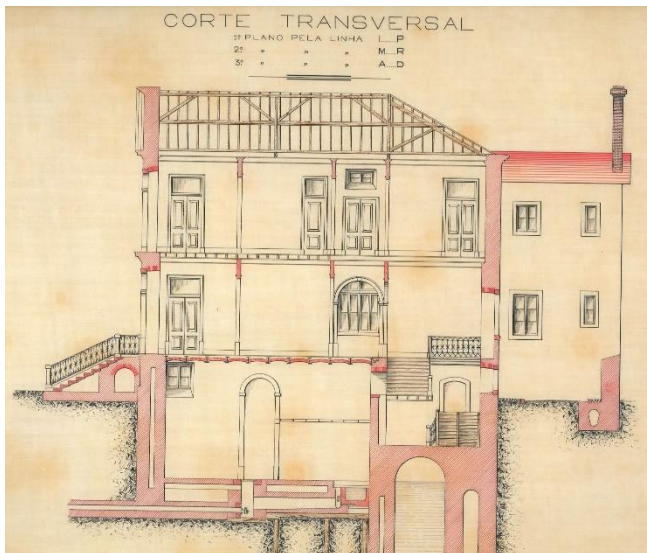


Foto 09
Corte transversal do lado poente

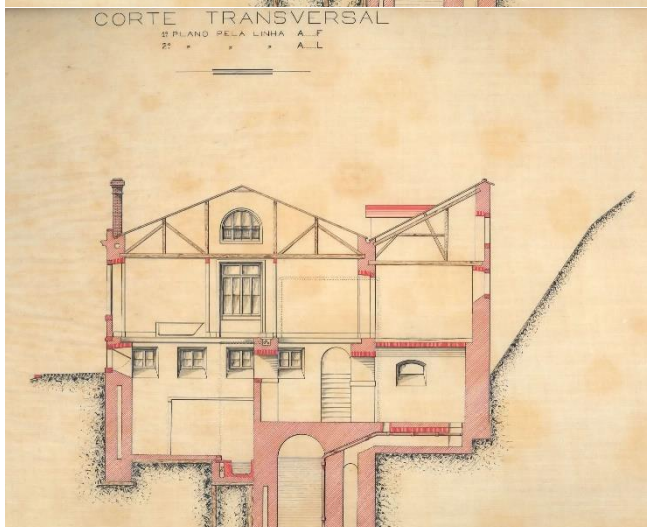


Foto 10
Corte transversal do lado nascente



Foto 11
Fachada do edifício das Termas



Foto 12
Fachada do edifício das
Termas tomada do lado
poente



Foto 13
Pormenor da fachada do
edifício das Termas ao
nível do primeiro andar



Foto 14
Janelas da Capela existente
ao nível do primeiro andar
com ligação direta ao piso
de habitação



Foto 15
Sala de entrada no edifício



Foto 16
Aspetto do teto da sala de entrada



Foto 17
Interior da sala de receção onde ainda figuram os livros de registo dos utentes



Foto 18
Gabinete médico



Foto 19
Uma das salas de banhos e os baldes de transporte de lamas



Foto 20
Corredor com salas de
banhos de um lado e do
outro



Foto 21
Sala dos duches



Foto 22
Um dos painéis existentes
no salão de espera/repouso



Foto 23
Teto do salão de
espera/repouso

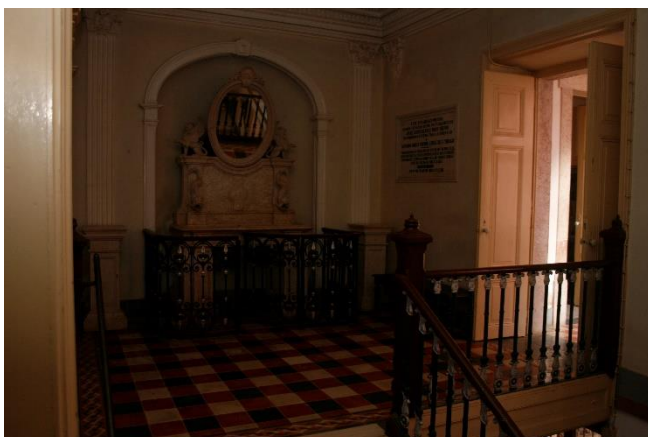


Foto 24
Fonte interior



Foto 25
Escadaria de acesso ao
 piso inferior



Foto 26
Sala de preparação das
lamas



Foto 27
Almofadas que eram
distribuídas aos utentes



Foto 28
Estufas para aquecimento da roupa que era distribuída aos utentes



Foto 29
Balneários para os banhos de lama totalmente em pedra mármore



Foto 30
Aspeto de um balneário com a banheira dos banhos de lama



Foto 31
Casa das máquinas com as bombas de água



Foto 32
Casa das caldeiras de aquecimento das águas

10. Enquadramento

Rural. Implantado no vale dos Cucos de morfologia regular. Encontra-se estabelecido na margem direita do rio Sizandro, na base da Serra da Machêa. A ligação da Estrada Nacional 9 ao edifício termal é efetuada por uma ampla avenida asfaltada que desemboca num largo ocupado centralmente por um jardim onde pontua um lago. O acesso ao edifício é efetuado por uma escadaria de pedra mármore com ferraria.

Neste vale, isolado do aglomerado urbano (cidade de Torres Vedras), encontram-se outras construções de apoio ao funcionamento da Estância Termal (casino, dois chalés, fonte termal, casas de apoio, tanques das lamas, lavadouros). A ligação a estas infraestruturas de apoio é efetuada por caminhos de asfalto, terra batida e passeios calçadados. Na envolvente do espaço podemos encontrar vegetação espontânea, jardins com várias espécies de flores, arbustos, sebes, bancos e mesas e uma mata com árvores de vários portes.

11. Descrição

É uma obra tecnicamente modelar e de uma arquitetura sóbria com fachada neoclássica. Aí se aplicavam as águas medicinais em banhos de imersão, duches de todos os tipos, irrigações, inalações e pulverizações e as lamas em banhos gerais e aplicações locais. A copa, esculpida por Moreira Rato, e os tetos trabalhados e no salão nobre três grandes medalhões em mármore de Carrara do mesmo escultor perpetuam a memória do proprietário Dias Neiva, do Engenheiro, Jorge Freire e do Diretor Clínico Silva Freire.

Apresenta uma planta retangular, desenvolvendo-se o edifício em três pisos, com uma volumetria composta de correspondência clara. As coberturas externas são inclinadas, de várias águas com telhas de barro. Apresenta ainda diversas

chaminés. A fachada é simétrica e aprumada. Provavelmente apresenta vigamento de madeira. Os materiais de revestimento são a pedra, cantaria de pedra e o reboco pintado de cor-de-rosa. A fachada é encimada por um frontão triangular com a inscrição: *Estabelecimento Thermal e Hydrotherapico – Cucos*. O corpo central, pouco avançado, é constituído por uma alternância entre pilastras e janelas, formando varandins no primeiro andar. A fachada apresenta portas-janelas com molduras dos vãos semicirculares e janelas com vãos retilíneos. Como elementos de proteção as janelas apresentam portadas interiores. O acesso ao edifício é feito por uma escada.

No interior figuram diversos elementos de revestimento das paredes como azulejos, pintura mural, pedra mármore e estuque. As coberturas interiores são formadas por tetos trabalhados, apainelados entre os quais se destaca o do salão nobre com caixotões.

Existem diversos tipos de piso: mosaico, soalho e pedra mármore.

No piso situado abaixo do solo, situam-se três salas: duas para banhos de lama, tendo uma quatro piscinas e outra três, ambas com as competentes tinas de lavagem; e a terceira com duas divisões, das quais uma tem cinco tinas e outra quatro, destinada aos banhos de terceira classe. Neste pavimento, e num plano superior, estão instaladas ainda duas tinas, salas de inalações e maquinismo. Há ainda um salão de espera e a *buvette* com duas torneiras para água fria ou quente. No cimo da escadaria, existe uma fonte interior, na área central do edifício com as mesmas funções propícias à convivialidade dos aquistas.

No rés-do-chão, um metro e meio acima do solo estão estabelecidas, em gabinetes, as tinas para banhos de imersão, em número de 12, os duches vaginais, perenais e rectais, e as de hidroterapia, com todos os aparelhos aperfeiçoados conhecidos até à época.

O piso superior era destinado a habitação.

Constata-se a presença de sistema de deteção de intrusão, rede de águas, rede elétrica, rede de gás, rede de comunicações e sistema de evacuação de vapores.

Em suma, pode-se considerar que o edifício é simples, funcional, submetendo tudo ao carácter utilitário e simétrico.

12. Arquiteto/construtor/autor

Estudo, traça e direcção: António Jorge Freire

Construtor: José Gonçalves Dias Neiva

13. Cronologia

1746 – Dr. Moniz de Carvalho, médico, descobriu o seu valor terapêutico muito embora a população as usasse empiricamente e terá começado a prescrever as águas e lamas medicinais dos Cucos

1787 – Construção de alguns poços cobertos com barracas

1810 – Dr. Francisco Tavares, consagrado hidrologista destacou num dos seus trabalhos – a vocação destas Termas para reumáticos e gotosos.

1810 – Referência à utilização de dez afloramentos de uma mesma nascente, embora as instalações consistissem apenas em algumas tinas de madeira protegidas por motes, uma barraca para o banho de embarcação

1845 – O governo solicita informação sobre as águas minerais do concelho de Torres Vedras, tendo respondido o vice-provedor da Saúde do concelho, Dr. José Maria de Oliveira e Silva

1851 – Arrematação em asta pública da Quinta da Machêa e do Sítio dos Cucos por João Gonçalves Dias Neiva.

1858, julho, 12 – É determinado por Decreto o preço de 80 réis para as garrafas de água dos Cucos

1866 – É nomeada uma comissão para o estudo das águas minerais que elaborou um estudo sobre as principais águas minerais do Reino com referência aos Cucos

1886, dezembro, 30 – Primeiro comboio chega à vila de Torres Vedras

1890 – Escavações para as obras do atual edifício em que foi posto a descoberto a parede cilíndrica de um poço romano

1892, julho, 11 – Abertura provisória do estabelecimento termal

1893, maio, 15 – Inauguração oficial

1895 – Construção da vivenda D. Feliciano

1896 – Construção do casino e da vivenda D. Maria

1926 – Abertura de um novo poço para captação das águas dos Cucos Velhos

1929 – José António Vieira herda a fortuna do tio contudo é surpreendido com um processo judicial em que alguns familiares invocavam a falsidade do testamento por motivos de doença de José Gonçalves Dias Neiva.

1932 – Funcionou durante um ano um colégio nas instalações termais

1962, agosto, 7 – Dr. José António Neiva Vieira assume a gestão e direção clínica.

1996 – Novo furo de captação das águas termais

2007 – Apresentação do projeto de reestruturação das termas pela empresa Acqualibrium

14. Tipologia

Arquitetura de saúde. Oitocentista. Planta retangular. Sistema de distribuição espacial interno é paralelo à fachada principal. O sistema de iluminação é unilateral. O edifício apresenta três pisos. No piso térreo, foram instalados serviços de balneoterapia de duches e banhos, para além de gabinetes administrativos e de receção. O piso das piscinas, a uma cota inferior do pavimento térreo, foi destinado aos diferentes serviços, designadamente de balneoterapia por via das águas e das lamas, de salas para inalações e gargarejos, para além de instalações técnicas anexas. O seu desenho apresenta uma planta quase simétrica, pontuada por um corpo central mais elevado, cujo último piso foi destinado à habitação do proprietário. Em termos urbanos, o balneário é o elemento inicial da estrutura edificada. É deste ponto que irradiam ruas, casas, espaços intersticiais, numa teia que se constrói e se dispõe em função desta origem.

15. Bens móveis

Entrada do edifício: cadeiras de madeira, mesa de centro em madeira e candeeiro; receção: secretárias, cadeiras, prateleiras e cofre; gabinete médico: cadeiras, secretária, armário e marquesa; gabinetes de balneoterapia: banheiras em pedra mármore e cadeirão em verga (num dos gabinetes estão armazenados os baldes em folha de zinco para transporte das lamas); sala de espera: dois bancos em madeira e mesa de centro em madeira; gabinete de balneoterapia de duches: equipamentos diversos para os vários tratamentos de hidroterapia; na cota inferior do pavimento térreo encontram-se a sala de tratamento das roupas encontram-se prateleiras em madeira com colchões e almofadas; no corredor existem duas estufas de aquecimento da roupa; na sala de aquecimento das lamas existem duas tinas em cimento; nesse piso encontram-se ainda banheiras de pedra mármore nos restantes gabinetes de balneoterapia; na sala das máquinas encontram-se quatro bombas de água, sendo duas delas de origem das instalações; na sala das caldeiras encontram-se instalados dois equipamentos, um a lenha e outro a gás.

16. Utilização inicial

Balneário dos Cucos.

17. Utilização atual

Nenhuma

18. Proprietário

Propriedade privada

19. Utente

Termas dos Cucos. 2560-686 Torres Vedras.

20. Conservação geral

Mau, com algumas partes em ruína, nomeadamente os tetos.

21. Documentação

- A Hora - jornal ilustrado português republicano independente, ano IV, nº42, Lisboa, 1936.
- Freire, António Jorge. Guia das Aguas Minero – Medicinaes dos Cucos.
- Guia das águas Minerais dos Cucos proximo de Torres Vedras, Lisboa, Imp. da Companhia Nacional Editora,1892)
- Mangorrinha, Jorge, O Lugar das Termas - Património e Desenvolvimento Regional. As Estâncias da Região do Oeste, Livros Horizonte, Lisboa, 2000
- Ortigão, Ramalho, 1836-1915 - Banhos de Caldas e águas minerais/Ramalho Ortigão, introd. Júlio César Machado. - Sintra: Colares, D.L. 2000.
- Torres, Manuel Agostinho Madeira - Descrição histórica e economica da vila e termo de Torres Vedras - Parte histórica, 2ª edição, Coimbra - imprensa da Universidade, editores J.A. da Gama Leal e J.Eduardo César, 1861
- Pereira, José Paulino. Bisturi do Tempo. Setúbal 2008.
- Silva, Carlos Guardado da, *et al.*, Cronologia da História de Torres Vedras, Município de Torres Vedras, Torres Vedras, Abril 2008
- V. A., Portugal Passo a Passo-Estremadura, SAEPA, 1995;
- V. A., Torres Vedras-Passado e Presente, vol. I, CMTV, 1996.

- Vieira, Avelino. Termas dos Cucos. Imprensa Nacional de Jaime Vasconcelos. Porto, Outubro. 1914
- Vieira, José António Neiva. As Termas dos Cucos e as suas indicações terapêuticas. Separata da Revista Clínica, Higiene e Hidrologia. Tipografia H. Torres. Lisboa. 1947
- Vieira, José António Neiva. História das Termas do Vale dos Cucos. Separata de “O Médico”. 1964
- Vieira, Júlio, Torres Vedras, Antiga e Moderna, Tipografia da Sociedade Progresso Industrial, 1926.
- <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/11133235/>
- http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6345
- http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25191
- <http://www.acqualibrium.pt/index.asp>
- http://www.aguas.ics.ul.pt/lisboa_cucos.html
- http://vedrografias2.blogspot.pt/2009_07_01_archive.html

22. Observações

23. Autor(es)

Ana Paula Moreno Fernandes

Nuno Miguel Cardoso Lopes de Almeida

24. Data

11 de Janeiro de 2013

25. Tipo de registo